



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA CAROLINA FARIAS FRANCO

**CARTOGRAFIAS DO DIÁRIO DO PARÁ: UM ESTUDO GENEALÓGICO DO
ACONTECIMENTO HOMICÍDIO CONTRA JOVENS EM UM JORNAL IMPRESSO**

BELÉM
2012

ANA CAROLINA FARIAS FRANCO

**CARTOGRAFIAS DO DIÁRIO DO PARÁ: UM ESTUDO GENEALÓGICO DO
ACONTECIMENTO HOMICÍDIO CONTRA JOVENS EM UM CADERNO
POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos. Co-orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira.

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Franco, Ana Carolina Farias, 2012-Cartografias do
Diário do Pará: um estudo
genealógico do acontecimento homicídio contra
jovens em um jornal impresso / Ana Carolina Farias
Franco. - 2012.

Orientadora: Flávia Cristina Silveira
Lemos;

Coorientador: Paulo de Tarso Ribeiro de
Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2012.

1. Homicídio - Pará. 2. Jovens e violência - Pará.
3. Imprensa - Pará. 4. Racismo. 5. Sociedade civil. I.
Título.

CDD 22. ed. 363.32098115

ANA CAROLINA FARIAS FRANCO

**CARTOGRAFIAS DO DIÁRIO DO PARÁ: UM ESTUDO GENEALÓGICO DO
ACONTECIMENTO HOMICÍDIO CONTRA JOVENS EM UM CADERNO
POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Co-orientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profª. Dra. Maria Lívia do Nascimento.
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª. Dra. Estela Scheinvar
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio por meio da concessão de bolsa de pesquisa, fundamental para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos docentes e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA pelas contribuições teóricas e metodológicas.

Aos professores de outros Programas de Pós-graduação, Maria Ataíde, Angélica Motta-Maués, Estela Scheinvar, Salé e Heliana Conde pela interlocução e deslocamentos teóricos.

Ao Ney, secretário do PPGP, pelo apoio e atenção sempre que solicitada.

Às contribuições valiosas dos professores Dr. Carlos Maciel, Dra. Lívia Nascimento, Dr. Paulo de Tarso, que compuseram a banca de qualificação do projeto de Mestrado.

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa Transversalizando, por nossa produção coletiva do saber, em especial, a Danielle Miranda e Franco Cruz.

Ao carinho de minha família: minha mãe Eunice, meu pai Luiz, minha irmã Daniela, minha sobrinha Luana, minha vó Tereza, meu tio Antônio, meu amigo Teofilo.

À Cristiane Souza, pela parceria da escrita e, sobretudo, por compartilhar seus sonhos, suas críticas, seus risos e, sobretudo, sua amizade, nestes dois anos de Mestrado.

À Juliana Nogueira, por seu carinho e amizade, por ter compartilhado comigo sua alegria e generosidade, durante os quatro meses de intercâmbio acadêmico no Rio de Janeiro.

À minha querida orientadora, Flávia Lemos, que com sua coragem, compromisso ético, ousadia e ternura, faz do campo de produção de pesquisa um valioso *front* de luta política. Pelas preciosas orientações e por sua confiança e carinho, depositados nesta parceria acadêmica.

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes, gestos naturais”.

Caetano Veloso

“Não utilize o pensamento para dar a prática política um valor de verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não fosse senão pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política”.

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a forma como é abordado o acontecimento homicídio contra jovens no caderno “Polícia” do Diário do Pará, jornal impresso de grande circulação no estado. O Diário do Pará, como um veículo de comunicação de massa, produz saberes, faz circular certos valores, institui regimes de verdade e forja subjetividades, que coadunam com o projeto político e econômico do (neo)liberalismo. Desta forma, empreendemos uma breve análise cartográfica das forças políticas e econômicas contemporâneas que regulamentam as parcelas juvenis e outros segmentos populacionais que, em nossa análise, fundamentam as racionalidades do Diário do Pará na produção de notícias sobre o homicídio juvenil. À luz do método arqueogenalógico, damos visibilidade a rede de enunciados e práticas não-discursivas deste jornal, que projetam o lugar da juventude, especialmente a pobre e não-escolarizada, aos territórios da violência e da criminalidade. Notamos que, nas matérias jornalísticas analisadas, a morte dos jovens é produzida como um acontecimento, ao mesmo tempo, impactante, em virtude dos recursos sensacionalistas utilizados na construção da notícia, e justificável por ser objetivada como resultado de uma trajetória juvenil que insistiu em desviar do modelo do bom cidadão (dócil e produtivo), ao enveredar pelos caminhos da criminalidade e dos vícios. As práticas jornalísticas lançam um feixe de luz sobre a vida dos jovens considerados infames, ao buscar informações minuciosas sobre o que denominam de “vida pregressa” da vítima e acionam o “dispositivo de periculosidade”, que associa pobreza a violência. Concluimos, ainda, que as práticas deste jornal conectam-se a obsessão securitária que tem investido todo o corpo social e o tem organizado a partir da demanda por lei e ordem.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, Homicídio contra jovens, Racismo e Sociedade Penal.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how to approach of murder of young in the police part of the Diário do Pará, newspaper of great circulation in the state. The Diário do Pará as a vehicle of mass communication, produces knowledge, circulates certain values, establishing regimes of truth and forging subjectivities, which are consistent with the project's political and economic (neo) liberalism. Thus, we undertook a brief analysis mapping of contemporary political and economic forces that govern the plots juveniles and other population segments that, in our analysis, underlying the rationales of the Journal of Pará in the production of news about the juvenil homicide. With the arquegenealógico method, give visibility to the network listed and non-discursive practices of newspaper, who design the place of youth, especially the poor and non-educated, to the territories of violence and criminality. Notice that in newspaper articles analyzed the death of young is produced as an occurrence at the same time impressive, because of the sensasionalist resources used in the construction of news, and justified by being inteded as a result of an juvenile trajectory who insisted on diverting the model of the good citizen (sweet and productive), to embark on the path of crime and vice. We also conclude that the practices of this paper connect to security-obsessed who have invested the whole social body and has organized from the demand for law and order.

Key-Words: Media, Juvenil Homicide, Racism e Penal Society

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: “Chamado” atrai desempregado para morte.....	29
IMAGEM 2: Em Números.....	30
IMAGEM 3: 10 assassinatos em 72 horas.....	140
IMAGEM 4: Fim de semana sangrento tem 6 execuções.....	140
IMAGEM 5: Era só ter seguido Jesus... ..	141
IMAGEM 6: Marituba: famílias perdem filhos para criminalidade	141
IMAGEM 7: Assalto com refém termina em morte	142
IMAGEM 8: Tiros no olho e na cabeça matam jovem.....	142
IMAGEM 9: Mataram “Olhão” e fugiram a “pé na moral”	143
IMAGEM 10: Usuário de droga é assassinado.....	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. MAPEANDO AS RELAÇÕES DE FORÇA NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL: DELIMITAÇÕES DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.1. Políticas de Regulação da Mídia no Contexto da Nova Democracia.....	17
1.2. O Diário do Pará e a Oligarquia na Imprensa Local.....	22
1.3. A Aposta na Notícia Cor de Sangue.....	27
2. AS FERRAMENTAS ANALÍTICAS DA CARTOGRAFIA	32
2.1. A Pesquisa Documental: a Invenção de uma Trajetória.....	32
2.1.1. O Documento e a Pesquisa Histórica	33
2.1.2. História e Memória: Questões para Problematizar a Escrita e a Trama Jornalística.....	39
2.1.3. A Análise da Imagem Fotográfica.....	41
2.2. O Método Arquegenealógico	43
2.2.1. A Pesquisa Arqueológica: o Fazer do Arquivista	44
2.2.2. A Pesquisa Genealógica: o Fazer do Cartógrafo	48
3. GOVERNO, BIOPODER E RACISMO: PROBLEMATIZANDO AS PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA	54
3.1. Das Artes de Governar	54
3.2. Das Tecnologias de Governo: Disciplina e Biopolítica	58
3.3. O Racismo de Estado e de Sociedade.....	66
3.4. A Gestão dos Perigos na Primeira República Brasileira	69
4. A GESTÃO DA JUVENTUDE EM TEMPOS NEOLIBERAIS	77
4.1. Mundialização e Neoliberalismo: Interrogando os Efeitos sobre as Políticas Publicas para a Juventude	87
4.2. Governamentalidade Neoliberal, Dispositivos de Segurança e Criminalização da Miséria	94
5. CARTOGRAFIAS DO CADERNO POLÍCIA: A VIDA DOS JOVENS (POBRES) SOBRE O REGISTRO DA INFÂMIA	94
5.1. A Produção de Práticas Divisoras: o Jovem Virtuoso e o Jovem Vicioso	95
5.2. “Agora é Tarde”: a Responsabilização dos Jovens e de suas Famílias	102
5.3. “É uma Área Vermelha”: a Produção da Periferia como Lugar Perigoso.....	106
5.4. A Objetivação do Tráfico de Drogas como Explicação Causal da Violência.....	109

5.5. O Extermínio da Vida Nua na Exceção da Ação Policial	113
5.6. Da Abordagem da Segurança Pública a Produção de uma Sociedade Penal	116
5.7. Últimas e Provisórias Interrogações da Análise Cartográfica	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	133
Anexo 1: Lista de Documentos Analisados.....	134
Anexo 2: Imagens	141

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a forma como é abordado o acontecimento homicídio contra jovens no caderno Polícia do Diário do Pará, jornal impresso de grande circulação no estado paraense. A partir da metodologia foucaultiana, denominada de arqueogenealogia, problematizamos os efeitos de verdade, de poder e de subjetivação das práticas deste jornal, neste caderno específico. Nesta cartografia buscamos interrogar de que modo certa racionalidade sobre o homicídio contra jovens tem ganhado corpo nas páginas dos noticiários policiais e como este regime de racionalidade articula-se às formas de gestão da juventude pobre, em um contexto de capitalismo neoliberal.

As pesquisas realizadas, anualmente, pelo Ministério da Justiça, em parceria com instituições não-governamentais, têm divulgado que a população da faixa etária de 15 a 24 anos continua a concentrar as maiores taxas de homicídio no país. O Mapa da Violência de 2011, comparando as mortes por causa externa entre a população não jovem (0 a 14 anos e mais de 25 anos) e a população jovem, identificou índices preocupantes: 9,9 % do total de mortes da população não jovem foram atribuídos a causas externas (como acidentes de trânsito, homicídios e afogamentos), enquanto esta taxa chega a 73,6%, entre a população jovem.

Desde a década de 80, do século passado, as taxas de homicídios contra jovens tem se elevado. A referida pesquisa expõe que enquanto os homicídios corresponderam a 1,8% das mortes da população não jovem, este mesmo fator foi responsável por 39,7% das mortes da população jovem. Dentre estas vítimas de homicídio, a pesquisa aponta para uma predominância de jovens negros e do sexo masculino¹ (WALSEIFISZ, 2011).

No estado do Pará, o número de mortes atribuídas aos homicídios, nos últimos dez anos, cresceu 273%. No ranking nacional dos estados que mais registraram homicídios entre a população total, o estado deixou de ocupar a 19º posição, no ano de 1998, para a 4º, no ano de 2008. Quanto às taxas de homicídios da população jovem, a posição do estado paraense pouco se altera, ocupando o 8º lugar, do ranking nacional (com o total de 71,3% das mortes atribuíveis a homicídio). O estudo indicou, ainda, uma interiorização da violência homicida, isto é, um acréscimo das taxas de homicídio nas cidades do interior do país. Vale destacar, que três municípios paraenses possuem os maiores índices nacionais de homicídios:

¹ No ano de 2008, as vítimas de homicídio corresponderam 103,4% a mais de jovens negros do que brancos. A disparidade entre os sexos também foi identificada, 92% das vítimas de homicídio são homens (WALSEIFISZ, 2011).

Itupiranga, Marabá e Goianésia do Pará ocupam, respectivamente, o 1º, o 4º e o 6º lugar (WALSEIFISZ, 2011).

Diante das informações produzidas por esta pesquisa, nos parece pertinente afirmar que há no Brasil a produção de um genocídio cotidiano contra a população masculina, jovem e negra no país. Optamos por problematizar este acontecimento como um *analisador político* tanto dos modos de organização social do país, quanto das práticas sociais dirigidas a este segmento juvenil. Analisar a violência letal contra os jovens brasileiros como um acontecimento implicou em problematizá-lo a partir da heterogeneidade das forças que o compõe, o que significa tomar esta prática, não em busca de uma relação de causa e efeito, mas de decompô-la, esmiuçando os múltiplos processos que a constituem.

Na busca por um pensamento interrogante sobre o genocídio de jovens no Brasil, a caixa de ferramentas utilizadas em nossa análise foi proveniente das contribuições de Foucault, Deleuze, Agamben, Bauman, Castel e Wacquant. Seguindo as pistas destes autores, consideramos que vida e morte mais do que fenômenos naturais, estão localizados dentro de um campo político: tanto a produção da vida, quanto a produção da morte estão vinculadas as formas como os dispositivos de poder-saber se configuram na contemporaneidade.

Entendemos que o extermínio de determinados grupos juvenis se sustenta em uma racionalidade racista, de um governo da vida que “deixa morrer” e “expõe a morte”, aqueles que são classificados como uma ameaça à ordem social. Esta racionalidade racista ganha eco no clamor midiático que demanda por mais punição e tem ressonância local com as práticas do Diário do Pará, que ao noticiar os acontecimentos de homicídio contra jovens, de forma sensacionalista, banaliza esta forma de violência.

As inquietações presentes nesta pesquisa, bem como, meu interesse acadêmico pela temática da violência, dos direitos humanos e da mídia brasileira implicam-se com minha experiência como estagiária de psicologia em um programa de atendimento a vítimas de violência, executado pela Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH), nos anos de 2008 e 2009. A partir das questões suscitadas nesta experiência, realizei como trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa sobre Violência Policial, por ser esta uma das principais formas de violação de direitos sofrida pelos usuários do referido Programa. A literatura levantada nesta pesquisa indicava ser os membros das classes populares as principais vítimas das formas de violência institucional, bem como, a atuação protagônica da mídia na difusão do apelo social por políticas de recrudescimento penal.

Participei também como voluntária de uma pesquisa em andamento (e que acabou não sendo concluída) realizada pela referida organização, cujo objetivo era o de monitoramento e

avaliação do cumprimento pelo estado do Pará das recomendações da Relatoria de Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais da Organização das Nações Unidas, feitas após a visita do Relator Especial ao Brasil, no ano de 2007. O relatório produzido após esta visita indicou os altos índices de execuções sumárias praticadas no país. Estas informações provocaram o interesse em problematizar o genocídio produzido diariamente contra os jovens no Brasil.

Por fim, devo salientar que a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Transversalizando, da Universidade Federal do Pará tem sido fundamental para revisão das posições sobre o tema pesquisado, provocando-me constantes deslocamentos teóricos e estranhamentos em relação ao objeto estudado. Ademais, nós, pesquisadores e alunos vinculados a este grupo, temos entendido que as lutas políticas podem ser fabricadas nos mais diversos *fronts* de batalhas e não apenas nos espaços tradicionalmente vinculados como de “militância política”; que é possível provocar interferências políticas com nossas pesquisas, ainda que os efeitos sejam sempre imensuráveis. Assim, espero que esta pesquisa possa contribuir com a desnaturalização de regimes de verdades e das práticas de poder e de subjetivação, que tem legitimado a morte de milhares de jovens no Brasil.

Essa dissertação foi organizada em quatro capítulos. No Capítulo 1, problematizamos as relações de poder e de dominação concernentes ao Sistema de Comunicação no Brasil, mapeando as composições de força, salientando alianças e oposições estratégicas, dando visibilidade às práticas heterogêneas, com vistas a questionar o silenciamento e invalidação de determinadas demandas, bem como, a estigmatização de grupos sociais. Neste capítulo, apresentamos ainda a trajetória do Diário do Pará e sinalizamos a adoção de recursos sensacionalistas na construção da notícia por este jornal.

No Capítulo 2, expusemos as ferramentas metodológicas utilizadas nesta dissertação. A princípio, discorremos sobre a produção da pesquisa documental no campo disciplinar da história e, em seguida, apresentamos as categorias analíticas do método arqueogenealógico.

No Capítulo 3, outros conceitos analíticos da caixa de ferramenta foucaultiana são apresentados: os de governo, de soberania, de disciplina, de biopolítica, de biopoder e de racismo. Além disto, a partir destes conceitos, propomos uma breve reconstituição histórica das formas de gerir a população pobre, durante o período da Primeira República, no Brasil.

No Capítulo 4, explanamos sobre as novas formas de gerir a juventude e os segmentos miseráveis da população no Capitalismo Contemporâneo. Assim, analisamos os efeitos da mundialização da economia e da adoção das prescritivas neoliberais sobre as políticas destinadas a juventude. Argumentamos, ainda, sobre a criminalização e o extermínio da

população pobre, valendo-nos da análise de pensadores como Wacquant, Bauman, Castel e Agamben.

No Capítulo 5, apresentamos as séries discursivas cartografadas a partir da análise documental. Nesta Cartografia, damos visibilidade à rede de enunciados e práticas de poder e de subjetivação que dividem os jovens, a partir de modelos normativos: os “jovens virtuosos” (disciplinados e produtivos) e os “jovens viciosos” (envolvidos nas redes de criminalidade e usuários de drogas). A morte dos “jovens viciosos” é objetivada como previsível, por ser resultado final de uma vida desviante e, justificável, uma vez que a vida do jovem é visibilizada como um perigo social.

Concluimos, ainda, que as práticas jornalísticas do Diário do Pará contribuem para a constituição de um regime de verdade, que tem como efeito a produção de uma sociedade penal, uma vez que uma forma de pensar a Segurança Pública é difundida por este jornal: a que deve inflacionar os dispositivos penais e que esvazia as discussões políticas em torno de um Estado de Seguridade Social.

CAPÍTULO 1:

MAPEANDO AS RELAÇÕES DE FORÇA NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO BRASIL: DELIMITAÇÕES DO PROBLEMA DE PESQUISA

O Diário do Pará é um jornal impresso que integra os meios de comunicação de massa no Brasil, com ampla circulação no estado do Pará. Em nosso estudo sobre as práticas discursivas e não-discursivas disparadas pelo mesmo, por meio de um caderno específico denominado “Polícia”, consideramos imprescindível atentarmos ao conjunto de relações de força que compõem o sistema de comunicação brasileiro, uma vez que tais práticas aí emergem. Consideramos o que se tem chamado de sociedade como uma realidade compósita, cujos arranjos de força são permanentemente reconfigurados por meio da formação de alianças e de oposições estratégicas. Portanto, é sob a inteligibilidade das lutas e das estratégias que optamos, também, analisar os grupos midiáticos, dando visibilidade tanto às alianças formadas, às manobras e às táticas operadas, quanto às maneiras pelas quais os mesmos produzem saberes, fazem circular certos valores, instituem regimes de verdade e forjam subjetividades, que coadunam com o projeto político e econômico do (neo)liberalismo.

Problematizar as relações de poder imanentes ao campo midiático implica em pôr em questionamento a utopia liberal de um espaço público midiático livre, em que as opiniões dos diversos segmentos sociais podem circular sem barreiras. A inviabilidade desta utopia se torna patente, sobretudo, quando atentamos que, no modo de organização capitalista, as diferenças de capital econômico e político operam como filtros para a legitimação de valores e para a circulação de informações e de bens culturais.

Ainda que por meio de consensos rápidos e de cooptação de interesses, a chamada grande mídia tente pautar uma agenda social e participativa, sob o rótulo de democrática, esta tem, nitidamente, priorizado a difusão dos projetos políticos, econômicos e culturais de uma parcela pequena de grupos sociais, silenciando à pluralidade de projetos, de valores, de discursos e de versões de um mesmo acontecimento. Desta forma, a função de mediação dos interesses públicos delegada aos veículos de comunicação, nos regimes democráticos, se apresenta como um paradoxo, por estarem estes vinculados ao campo de interesse privado, em virtude de seu caráter empresarial (FONSECA, 2004).

A outra parcela da população, a que não está vinculada aos conglomerados de capital político, econômico e cultural, ganha a visibilidade midiática apenas sobre o registro da infâmia, nas páginas policiais e nos programas de rádio e televisão, taxados de bandidos,

ladrões, viciados, prostitutas e doentes mentais. Ou ainda como elemento exótico, folclórico e representativo da cultura popular, muitas vezes, tornando-se chacotas dos programas de humor por seus costumes ditos não-escolarizados.

Os efeitos das novas configurações do capitalismo mundial sobre a comunicação, ligadas ao acirramento da globalização econômica e cultural e do desenvolvimento de novas tecnologias são vetores importantes que constroem o fluxo de informações. As agências midiáticas têm se articulado cada vez mais sob a forma de conglomerados, o que contribui para a monopolização das informações. Por exemplo, as principais agências internacionais, a France Presse (França), a Reuters (Grã-Bretanha), a Associated Press e a United Press Internacional dos Estados Unidos, juntamente com os canais de televisão como CNN e Fox News (dos Estados Unidos), e BBC (Grã Bretanha) formam uma rede internacional de informações e contam com agências locais para distribuição e apuração das notícias. No caso brasileiro, as principais agências a produzir e a reproduzir as informações para estas agências são o Estado de São Paulo, a Folha e o Globo. Desta forma, a articulação internacional destas agências somadas aos avanços das tecnologias informacionais possibilitam a divulgação quase imediata de eventos, que podem ocorrer distante do local em que se localiza o leitor, telespectador ou ouvinte, sendo comum a “ilusão de onipresença na imprensa” (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004).

A homogeneização da notícia é outro efeito das formas como o sistema de comunicação tem se articulado internacionalmente. Zanchetta Jr (2004) exemplifica que as notícias da captura de Saddam Hussein, no ano de 2003, foi destaque em diversos jornais brasileiros, os quais utilizaram as informações oriundas das mesmas agências internacionais. O mesmo padrão de conteúdo e as mesmas imagens compunham as reportagens dos jornais brasileiros sobre o acontecimento. O fato de ser o exército estadunidense a fonte principal das informações utilizadas, explica “[...] o realce do lado espetacular da façanha (fazendo-o aparecer um filme hollywoodiano) e a ‘dessacralização’ do ditador (Saddam é mostrado como um sujeito aparvalhado e maltrapilho, contradizendo a fama de corajoso líder anti-americano) (ZANCHETTA, 2004, p. 20). O acesso a uma versão alternativa à oficial deste acontecimento estava limitado ao grande público.

O sistema de comunicação brasileiro é imanente a estes modos de produção capitalísticos, que com Guattari & Rolnik (2007, p. 21), podemos pensar que não funcionam apenas como valores da ordem do capital, mas também através do controle da subjetivação, o qual os autores chamam de “cultura de equivalência”. Os mesmos destacam ainda que: “(...) o

capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva”.

Nesta relação entre mídia e público, o que não aparece na grande imprensa é como se não tivesse ocorrido, assim como, o que ganha corpo no coro midiático é produzido como verdade. De acordo com Alvarez (2011), a divulgação do Mapa da Violência 2011 que constatou a produção da massiva violência letal contra os jovens no Brasil chamou pouca atenção da mídia nacional, no máximo, foi comentado em matérias curtas. Se por um lado, o genocídio não declarado da juventude pobre permanece a sombra midiática, por outro, os atos infracionais atribuídos a jovens adolescentes é um tema privilegiado pelo jornalismo brasileiro, que de maneira moralista, tem o associado a desestrutura familiar ou a traços psicopatológicos dos jovens, em uma aplicação da velha operação liberal de culpabilização dos indivíduos. Eis aqui um exemplo de pauta produzida midiaticamente.

A partir de agora, nos ateremos aos modos de organização do sistema de comunicação brasileiro.

2.2 POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA NOVA DEMOCRACIA

Nosso objeto de estudo se situa em um momento histórico do Brasil, chamado de Nova República, cujo início é assinalado pelas ações de redemocratização, que empreenderam uma reforma jurídica, após o período de Ditadura Militar. De acordo com Carvalho (2008), a Constituição de 1988 provocou grandes expectativas. Entusiasmadas, porém ingênuas expectativas: “havia a crença de que a redemocratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional” (p.7). Ainda que tenha garantido concretamente direitos, especialmente, civis e políticos, como o direito ao voto, à participação política, à liberdade de expressão e à sindicalização, permaneceu uma enorme distância em relação aos direitos sociais entre o que foi promulgado pela Constituição e a prática política efetiva destes. A maior parte dos problemas sociais conserva-se sem intervenções eficazes ou ainda tem sido minorada de maneira lenta.

Queremos a partir de agora chamar atenção para os limites do liberalismo no Brasil e para a atualização de uma cultura política senhorial, pois entendemos que estas formas de fazer política se articulam em diversas práticas sociais engendradas no país, inclusive nas comunicacionais. Para entender no que se constituíam estas práticas coloniais e de que formam se atualizam nos modos de organização políticos no Brasil da Nova República é

necessário fazer um recuo histórico. A formação dos impérios coloniais, como o Português, foi concomitante à forma de absolutismo no plano político, assim, após a colonização vivemos a experiência de um Estado extremamente centralizado, hierarquizado por estamentos e legitimado pelas ideias de direito divino.

Chauí (2000) explana que a Monarquia Absoluta, adotada pelos países ibéricos tratou-se de uma estratégia de garantir os privilégios da nobreza e de uma nova camada social, que se formara com o desenvolvimento do mercantilismo – a burguesia. A política estamental funcionava a partir de uma rede de privilégios, favores e apadrinhamentos políticos, que resultava na distinção social do uso do poder político.

No modelo absolutista, o soberano é um representante divino, e como tal só pode ser julgado por Deus, ele está acima das leis dos homens. Nesta lógica, “governar é realizar ou distribuir favores” (CHAUÍ, 2000, p. 83). A colonização do Brasil se fez a partir desta teoria dos favores, o rei de Portugal concedeu a alguns poucos donatários as capitâneas hereditárias, permanecendo a Coroa Portuguesa como proprietária das terras brasileiras. Na política brasileira contemporânea, ainda com a eleição de um representante político, a lógica dos favores se atualiza. Isto é expresso nas formas de populismo, quer dizer, uma forma de governar personalista e que opera pela prática da clientela e da tutela (CHAUÍ, 2000).

O modelo federativo assumido pela Primeira República, o qual descentralizou o poder político, trazia a possibilidade de diminuir as distâncias entre os governos e a população local. Contudo, de acordo com Carvalho (2008, p. 41) a instauração da República “[...] facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política”.

Durante a Primeira República, o coronelismo foi o exercício político comum nos governos locais. Nas grandes propriedades rurais, espalhadas pelo interior do país, o que valia era a lei do coronel, havendo pouca ingerência do Estado sobre estes espaços. A interferência estatal só se realizava mediante acordo com o grande proprietário e, no geral, se pautava na troca de favores políticos. Nas fazendas prevalecia a ação de uma justiça privada, na qual a lei só servia de mecanismo de repressão para os inimigos políticos e aos apadrinhados, restava à submissão a uma relação de vassalagem ao coronel (CARVALHO, 2008). No Pará, um território fortemente marcado pelos conflitos agrários resultantes da concentração de terra e práticas de trabalho análogo à escravidão, é facilmente visível à atualização da ação política dos coronéis.

Ainda com os avanços democráticos conquistados ao final da década de 80, certas práticas da cultura senhorial tem se materializado também em outros campos políticos, como o do sistema de comunicação brasileiro, ainda que de maneira mais sutil. Desta forma, Lima (2011) analisa que o modelo de radiodifusão adotado pelo Brasil, ainda na década de 30, contribuiu para a construção de oligopólios midiáticos, isto é, criou condições favoráveis para que as elites locais e nacionais, desde as primeiras décadas do século passado, passassem a deter o controle de grande parte das emissoras de rádio e televisão, assim como, da imprensa brasileira.

Este modelo de radiodifusão não prevê formas de regulamentação da mídia nem no que se refere ao conteúdo, tampouco no que se refere ao mercado. Por exemplo, não há no Brasil mecanismos jurídicos de controle da propriedade cruzada da comunicação, isto é, o impedimento legal para que uma empresa mantenha ao mesmo tempo um canal de rádio e outra de televisão, a exemplo de outros países. A falta de regulação da mídia cria brechas para consolidação de um coronelismo eletrônico, que de acordo com Lima e Lopes (2007, p.4) é:

resultado da adoção do modelo de curadoria (*trusteeshipmodel*), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985).

A Constituição de 1988 prevê que a outorga e a renovação da concessão das empresas de radiodifusão são de responsabilidade do Congresso Nacional². É justamente a liberação destas concessões públicas que se consolida como “moeda de troca” do “novo coronel”.

Lima e Lopes (2007) avaliam não ser mera coincidência a relação entre alguns sobrenomes conhecidos da política brasileira (Barbalho, Sarney, Jereissati, Garibaldi, Collor de Mello, Franco, Alves, Magalhães, Martinez e Paulo Octávio, dentre outros) com empresas de comunicação. Tal relação existe e, na maioria dos casos, é ilegal, uma vez que a Constituição veta aos deputados e aos senadores, que conservem contrato ou exercerem cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público, o que inclui as concessionárias de radiodifusão (LIMA, 2005).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso as concessões passaram a ser vendidas, desde então, “são conhecidos os episódios de favorecimento de grupos de mídia, com concessões de redes inteiras de televisão e empréstimos oficiais subsidiados, vários deles jamais quitados” (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004, p.25).

² É importante salientar que os sistemas de concessões públicas referem-se, somente, as mídias de rádio e televisão e que, portanto, os veículos de mídia impressa não estão vinculados a estes mecanismos.

Como já indicamos, a instituição de um marco regulatório da mídia poderia evitar estas irregularidades. Contudo, as grandes empresas de comunicação tem se declarado amplamente contrárias a qualquer tipo de controle externo, sob a alegação de que isto se caracterizaria como uma restrição à liberdade de imprensa no país.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), organizada pelo Governo Federal, em Dezembro de 2009, deu visibilidade às divergências sobre esta questão entre empresários da comunicação e movimentos sociais de direito à comunicação, uma vez que uma das principais pautas da Conferência era a criação de Conselhos de Comunicação, nas esferas federal, estadual e municipal.

No espaço da Conferência, as organizações e movimentos sociais questionaram o monopólio da comunicação no Brasil, problematizando a limitada participação da sociedade brasileira na concepção, gestão e fiscalização neste setor. Requereram ainda uma mídia, de fato, democrática e plural, que reflita as diversidades regionais e fomente um debate crítico na temática de direitos humanos. Esta pauta de reivindicações não poder ser dialogada com os grupos empresariais, uma vez que, desde o início da organização do evento, retiraram-se das discussões da CONFECOM, em desacordo com as propostas em pauta, as seis principais associações empresariais: a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Associação Brasileira de Internet, a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a Associação de Jornais e Revistas do Interior do Brasil, a Associação Nacional dos Editores de Revistas e a Associação Nacional de Jornais. Em nota, o diretor geral da Abert, argumentou sobre o motivo da retirada da associação da Conferência:

“Nossa apreensão inicial se confirmou diante das propostas aprovadas na Confecom que, em sua maioria, impõem modelos que não interessam à sociedade brasileira”, afirma.

Para Antonik, o país precisa de um debate amplo sobre o futuro das comunicações num cenário novo de convergência tecnológica e de digitalização das mídias. “Mas, ao contrário, esses setores optaram por discutir o passado, com claro viés ideológico”, disse (ABERT, 2009, s.p.).

Outro exemplo de jogo de disputa de interesses privados no campo da comunicação pública foi a reação das empresas de comunicação ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2010. No que se refere especificamente à mídia, o documento apresenta propostas de monitoramento dos veículos de comunicação. Entre as 25 Diretrizes, que compõe o PNDH-3, as de número 20 e 22 tratam, diretamente, sobre as concessões de canais de rádio e televisão.

A diretriz de número 20 versa sobre o reconhecimento da educação formal como um espaço de defesa e promoção dos direitos humanos e a outra aborda, de maneira direta, a garantia do direito à comunicação democrática e do direito ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em direitos humanos (MARTINS, 2010).

Vale lembrar, ainda, que desde o dia 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal tornou extinta a lei n.º. 5.250, lei de imprensa editada em 1967. A lei, criada na conjuntura da Ditadura Militar no Brasil, foi considerada autoritária e inconstitucional por sete ministros dos onze do STF. Os artigos que previam penas de detenção mais rigorosas para os jornalistas que cometiam os crimes de calúnia, injúria e difamação do que o Código Penal, já havia sido suspenso desde o ano anterior (2008). Com a suspensão total da lei, os juízes passaram a se basear na Constituição e nos códigos Penal e Civil para decidir ações criminais e de indenização contra jornalistas.

Com a inexistência de um código jurídico referente à imprensa, a proposta dos setores empresariais é que se consolidem os mecanismos de autorregulação da mídia, isto é, que as próprias empresas criem mecanismos de avaliação da conduta jornalística, uma vez que qualquer forma de controle externo representaria uma iniciativa de censura à liberdade de imprensa.

Lima (2007) analisa que argumentação de cerceamento da liberdade de imprensa utilizado contra qualquer tipo de controle externo do setor tem fragilidades. O problema nesta argumentação é de que o direito reivindicado de liberdade de imprensa esteja sendo utilizado em nome de uma ética corporativista, posto que este tem sido exercido como direito de expressão de apenas um grupo empresarial. Desta forma, não há equilíbrio entre os interesses das indústrias de comunicação e os dos leitores/telespectadores/ouvintes, descaracterizando a radiodifusão de sua função de serviço de interesse público.

O mapeamento das relações de força no campo midiático brasileiro, nos ajuda a interrogar como são produzidas as subjetividades do Brasil da Nova República: ao mesmo tempo em que somos subjetivados por demandas de lei e de ordem em um Estado neoliberal, sob o estandarte do progresso e do desenvolvimento, atualizam-se resquícios endurecidos de subjetividades coloniais e neocoloniais, autoritárias e ainda escravocratas. Neste sentido, as mídias atuam no bojo destes processos de saber, de poder e subjetivação que se materializam em diversos liberalismos e por práticas anteriores aos mesmos.

Vemos uma composição política que sustenta alguns elementos do liberalismo, quando, por exemplo, defende-se a liberdade de expressão e de imprensa como direito crucial às democracias, mas que também rechaça outros princípios importantes da racionalidade liberal,

como a livre concorrência. Ademais, a formação de monopólios e quebra da concorrência limita o direito à informação e ao acesso à manifestação do contraditório que seria indicador de democracia da comunicação.

As posições acerca da possibilidade de controle externo da comunicação brasileira são exemplares para o reconhecimento dos modos como os grupos empresariais do setor têm tecido alianças. A disputa existente entre estes grupos por audiência e por anunciantes, no mercado da informação e entretenimento, é posta temporariamente em segundo plano diante da pauta da regulação do sistema de radiodifusão. Afinal, entende-se que a regulação pode representar não, somente, perdas no imenso lucro econômico destas empresas, das quais as mesmas não abrem mão, como a perda de espaço político. A articulação em oposição à regulação extrapola o próprio campo empresarial, buscam-se alianças com outros agentes e instituições, como as do legislativo, do executivo e do judiciário. Tais articulações têm sido facilitadas pela ocupação política, que muitos dos empresários da radiodifusão exercem.

Os movimentos, organizações sociais e os grupos de mídia livre não participam desta conjuntura como meros expectadores. Estes também promovem articulações, entre si, com agentes governamentais e com representantes do judiciário. As associações empresariais de radiodifusão optaram sair da primeira Conferência Nacional de Comunicação, justamente, por prever que, neste espaço, as forças políticas articuladas pelos movimentos sociais era tal, que a batalha contra o controle externa do setor, nesta arena, seria facilmente perdida.

Crescem ainda as chamadas mídias alternativas como contra-poderes da tentativa de hegemonia midiática. São rádios comunitárias, blogs de denúncia política, jornais pessoais distribuídos em menor escala, produzidos de maneira mais artesanal, mas com grande impacto em termos de questionamentos políticos ou ainda podemos falar das resistências via envio de e-mails com manifestos públicos, de vídeos no *youtube* com denúncias graves, da postagem e compartilhamento de abaixo-assinados no *facebook* e no *twitter*. Estes veículos realizam resistências aos aparatos de dominação da mídia e criam brechas para novas versões sobre os acontecimentos. Inventam, assim, novas subjetividades, mais plurais e possibilitam que discursos múltiplos ganhem visibilidade e criem interferências e agencia potências críticas e disruptivas politicamente.

2.3 O DIÁRIO DO PARÁ E A OLIGARQUIA NA IMPRENSA LOCAL

No Pará, o funcionamento da indústria midiática repete o padrão nacional do patronato da comunicação. As duas principais organizações da mídia paraense pertencem à família

Maiorana, da Organização Rômulo Maiorana (ORM) e à família do ex-governador do Estado, Jader Barbalho, proprietário da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA).

Estes grupos, além de serem retransmissores de canais de televisão nacionais e de serem proprietários de emissoras de rádios locais, são detentores dos jornais impressos de maior circulação da Região. A Organização Rômulo Maiorana (ORM) põe em circulação diária os jornais, “O Liberal” (em formato de standart) e o “Amazônia” (em formato de tablóide). Além disto, é proprietária de uma Televisão, uma TV por Assinatura e oito rádios (das quais uma opera por sistema de radiodifusão de Ondas Tropicais, duas são AMs e cinco são FMs). Enquanto a família Barbalho é dona do jornal “Diário do Pará” (standart), duas TVs (em Belém e Marabá) e quatro rádios (uma OT – Ondas Tropicais, uma AM e duas FMs) (DE CASTRO, 2012). Ambas reproduzem deste modo, o modelo de propriedade cruzada empregado pelas emissoras nacionais.

O Sistema de Comunicação no Pará é formado, ainda, por inúmeras empresas médias de comunicação, com impacto nas mesorregiões do estado e que estão afiliados a estes dois grupos empresariais ou a empresas nacionais³. Veloso (2008, p.36) narra, de forma sintética, a história do jornalismo no Pará:

Nessa perspectiva, a imprensa do Pará pode ser pensada em três fases: a primeira, inaugural, onde os jornais são produzidos artesanalmente e investem no tom panfletário, ajudando a nutrir os debates em torno das guerras pela Independência; a segunda, quando a imprensa pós-republicana começa a se profissionalizar, mas permanece dominada pela virulência das paixões políticas, sendo estas a sua principal razão de ser; e a terceira, quando os jornais se organizaram em indústrias culturais cuja marca maior é o monopólio da informação, enquanto permanecem atrelados a grupos políticos. A diferença, agora, é que esse atrelamento acontece de modo sempre escamoteado.

A consolidação das grandes empresas de comunicação no Pará (ORM e RBA) faz parte desta história recente da comunicação no Estado e tem sido atravessada, ainda de acordo com autora, pelo confronto dos interesses, não apenas comerciais, mas também partidários. É importante demarcar, que estas empresas possuem relação estreita com a elite política local. Sobre esta característica comum aos dois jornais, comenta Pinto (2007, p.?):

[...] foram criados para ser jornais de partido, com a imediata finalidade de influir na campanha eleitoral em curso (ou em perspectiva) quando surgiram, e por trás da iniciativa estava o mesmo esquema político, embora em posições distintas entre um e outro momento.

³ Para uma descrição mais detalhada do sistema de comunicação na Amazônia, conferir: DE CASTRO, F. Geopolítica da Comunicação na Amazônia. Comunicação & Sociedade, ano 33, n.57, p. 151-171, jan./jun. 2012

O Liberal foi criado, no ano de 1945, para proteger o coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata⁴, dos ataques jornalísticos da *Folha do Norte*, jornal do reduto anti-baratista. Em 1966, quando Romulo Maiorana comprou O Liberal este deixou de ser um jornal de partido, para se transformar em uma empresa jornalística. Esta mudança não implicou em uma menor relação com a política local, pelo contrário, para que o jornal expandisse e evitasse alguma forma de censura pelos órgãos de segurança, a família Maiorana aliou-se às lideranças políticas do Regime Militar (PINTO, 2007).

O Diário do Pará foi fundado em 1982, ano que marca a entrada da família Barbalho no setor da comunicação empresarial e ano da eleição ao Governo do estado de Jader Barbalho⁵, político que começa a construir sua carreira com o apoio do pai, Laércio Barbalho (ex-deputado). Desde os anos 60, o ex-governador engajou-se na oposição do Regime Militar, ligado ao então Movimento Democrático Brasileiro- MDB (que depois se transformou em PMDB). Nos anos posteriores, ocupou outros cargos eletivos, como os de senador da república e de deputado estadual, acumulando uma série de escândalos políticos, relacionada a graves casos de corrupção e desvio de dinheiro público (VELOSO, 2008).

Na eleição de 1982, o principal concorrente de Jader Barbalho, o situacionista Oziel Carneiro, contou com o apoio de O Liberal. A criação de Diário do Pará foi também uma estratégia política, para a disputa eleitoral. Em Caderno especial de comemoração dos 26 anos do Diário, o jornal publica sua versão para esta história:

A manchete “Eleição Limpa” foi a primeira de muitas que seriam dadas pelo DIÁRIO desde então e revela o nascimento de um jornal sob o signo da luta em duas frentes: a política, comprometida com a redemocratização do país; e a jornalística, sendo inovados na forma e no conteúdo. Era uma segunda-feira de 1982 que o primeiro exemplar do DIÁRIO DO PARÁ circulou nas ruas de Belém. Ninguém apostava que aquele panfleto impresso de maneira quase amadora de 26 anos atrás, que funcionava como instrumento do PMDB contra a ditadura militar e da campanha vitoriosa de Jader Barbalho ao governo do Estado, se tornasse hoje o mais moderno jornal impresso de todo o Norte e Nordeste do País e líder de mercado (FLÁVIO, 2008, p.3).

⁴ Magalhães Barata foi interventor do Pará, durante o Estado Novo. No ano de 1945, data de criação de O Liberal foi o senador eleito com o maior número de votos.

⁵ No último pleito eleitoral (no ano de 2010), Jader Barbalho voltou a se candidatar a uma das duas vagas ao Senado Federal, ficando em segundo lugar. Contudo, em virtude da lei, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, foi impossibilitado de assumir o cargo. No final do ano passado, com a declaração de inconstitucionalidade da lei pelo STJ, Jader Barbalho foi empossado ao cargo. Não foram poucas as reportagens de capa do Diário do Pará, que reivindicaram a inconstitucionalidade da lei e, portanto, da legitimidade da eleição do político.

A versão do Diário do Pará sobre sua própria história não revela de onde veio o capital financeiro que possibilitou a impressão do jornal. Segundo Pinto (2007), a hipótese mais provável que circula nos meios jornalísticos é de que o principal financiador para o projeto inicial tenha sido o governador de São Paulo à época, Orestes Quércia, vislumbrando as eleições presidenciais. O fato é que, ainda de acordo com Pinto (2007), a Gráfica Bauru, de São Paulo, forneceu o sistema gráfico, considerada rudimentar para o aparato tecnológico utilizado naquele momento. No decorrer dos anos, o Diário do Pará foi ganhando competitividade, especialmente, quando substituiu as velhas máquinas de impressão por rotativas offset. Competitividade não esperada pelos jornais concorrentes:

O Diário não apenas sobreviveu: aumentou a competição com seu grande rival e já o superou no segmento da mídia impressa. Essa façanha pode ao menos parcialmente ser explicada pelo uso do poder político pelo empresário, que se vale de certa falta de separação entre o público e o privado (PINTO, 2007, p. ?).

De acordo com o Diário do Pará, o mesmo é o jornal mais lido no estado, com cerca de 60% da preferência dos leitores, com uma tiragem média de 37 mil exemplares a cada dia da semana e 40 mil exemplares aos domingos, distribuído em cerca de 100 municípios do estado.

Estas informações são importantes para a análise empreendida, pois indicam a posição política subjacente à linha editorial definida pelo Diário do Pará. Veloso (2008, p. 22) analisa que, no geral: “[...] a linha editorial dos periódicos locais conduz invariavelmente à conclusão de que os interesses de seus dirigentes são tratados como prioridade absoluta”.

Os interesses comerciais têm prevalecido também em seus cadernos dedicados ao noticiário policial, ainda que faça pouco uso do espaço deste caderno para venda de publicidade. Em Abril de 2009, os três principais jornais do estado (Diário do Pará, O Liberal e Amazônia) foram proibidos pelo Tribunal de Justiça de publicar imagens de pessoas vítimas de acidentes e de mortes brutais. O descumprimento da decisão judicial implicava em multa diária de R\$ 5.000. A ação civil pública foi movida pelo governo estadual, por meio da Procuradoria Geral do Estado, com apoio do Movimento República de Emaús e da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, com a justificativa de que a exposição das fotos é "lesiva aos direitos constitucionais" e não coadunam "com a preservação da dignidade da pessoa humana". A ação, de acordo com os autos do processo, pretendia ainda ser exemplar.

De acordo com a matéria do Folha On Line (2009, p.?), para os representantes dos jornais a medida judicial teria sido feita com objetivos políticos, uma vez que a iniciativa visava “diminuir o desgaste da administração estadual com uma onda de crimes que atingiu a

classe média de Belém à época e que gerou uma breve crise política na gestão de Ana Júlia Carepa (PT)”. Sobre a questão, Gerson Nogueira, diretor de redação do Diário do Pará, a época, declarou que: "talvez não fosse conveniente para alguns que esses fatos fossem expostos" (declaração divulgada na matéria do Folha On Line). No decorrer do processo, a interpretação jurídica de que o dispositivo colocaria em risco o direito da liberdade de imprensa, assegurada pela Constituição Federal, prevaleceu em decisão posterior aos recursos impetrados pela defesa das Empresas de Comunicação.

Ações judiciais com teor semelhante têm sido impetradas em outros Estados Brasileiros, com o intuito de controlar o abuso da imprensa neste aspecto. Os Ministérios Públicos Estaduais e o Federal têm ressaltado o desrespeito ao direito à imagem, honra e vida privada do cidadão comum, protegido como direito fundamental pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X. No Código Civil, estão previstas também normas quanto à divulgação, transmissão, publicação e utilização da imagem de uma pessoa. O art. 20 do Código Civil normatiza que “em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes”.

O direito a imprensa permanece válido no caso em que a divulgação de imagens tenha um interesse público justificado, mas este não é o caso, aqui não há interesse público, mas há uso comercial destas imagens. A violação aos direitos é agravada no caso dos jovens com idade menor de 18 anos, que tem o direito à imagem protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Caderno Polícia do Diário do Pará faz uso constante de fotos para noticiar os assassinatos de jovens no Estado. O Jornal, ainda que em muitas matérias, tenha o cuidado de não relatar o nome e esmaçar as imagens dos jovens acusados de ato infracional, não mantém o mesmo critério ético com a divulgação de fotografias dos jovens vítimas de homicídio. O nome completo e alguns casos as imagens das vítimas são divulgadas sem cerimônias. No período pesquisado, apenas uma matéria expõe claramente que as informações divulgadas sobre a vítima e as circunstâncias do homicídio foram concedidas pelos familiares, as demais expõem as vítimas e seus familiares sem nem um critério ético⁶. No caso dos jovens maiores de 18 anos, poucas são às fotografias, em que os rostos foram esmaçados para inviabilizar a identificação dos mesmos. As imagens expostas são na grande maioria de

⁶ Na seguinte matéria: SILVEIRA, Amaury. Família acredita que PM matou adolescente. Diário do Pará. Caderno Polícia, 10/01/2011, p. 5.

jovens, pobres e negros, cujas famílias têm maior dificuldade de acesso à justiça, com poucas possibilidades de questionar o direito violado.

Como observa Pinto (2008), a concorrência entre os jornais locais por leitores e anunciantes tem intensificado a sangria em suas páginas policiais, em um mercado considerado cada vez mais crítico para os impressos. Estes justificam a exploração de tais imagens, sob o argumento de popularização do jornal, uma vez que supõe que a população da chamada faixa C, D e E (com menor poder aquisitivo) “goste de sangue e de tragédia”. Entendemos que se existe um interesse do público por notícias sobre o crime e morte violentas, esta corresponde a uma produção subjetiva historicamente datada, vinculada a emergência de uma “cultura do perigo”, tema que voltaremos a esmiuçar ao longo da dissertação. Discordamos, portanto, dos estudos que vinculam a este “interesse” à ação de pulsões destrutivas e agressivas do público leitor, tais como o de Angrinami (1993).

Lembremos que na realidade é, sobretudo, com este tipo de registro (o policialesco) que as classes populares têm sido visibilizadas pela imprensa. Esta parece ser uma opção, não apenas dos editores do jornal, mas da empresa de comunicação a qual pertence o DP. Na rede de televisão do mesmo proprietário, a TV RBA, são produzidos diversos programas que seguem a linha policial sensacionalista (Cidade contra o crime, Barra Pesada, Metendo Bronca, Brasil Urgente – local, Rota Cidadã 190) e reproduzidos programas da grade nacional da TV Bandeirantes (Brasil Urgente e Polícia 24 h).

O posicionamento do Diário do Pará, bem como dos outros jornais locais, demonstram o pouco compromisso com a temática dos Direitos Humanos e com a ética na produção da notícia, ao apostar na comercialização da notícia de crime como entretenimento.

2.4 A APOSTA NA NOTÍCIA COR DE SANGUE

No Polícia do Diário do Pará publicam-se notícias e relatos sobre assaltos, homicídios, sequestros, tráfico de entorpecentes, matérias sobre o incremento da violência e sobre segurança pública. A maior parte dos acontecimentos noticiados tem proximidade tanto temporal quanto geográfica do leitor, pois se referem, sobretudo, aos eventos diários que ocorreram na Região Metropolitana de Belém, onde também se concentram a maior parte dos leitores. Este caderno é facilmente distinguido dos outros cadernos do Diário do Pará por suas características de diagramação: o jornal inteiro, com exceção do caderno de esporte e das revistas suplementares (incluídas aos Domingos), possui um formato classificado como standart, isto é, um formato de jornal que possui cerca de 55 cm; enquanto o Polícia, possui

um formato de tabloide, menor no tamanho (cerca de 33 por 25 cm), com um número maior de ilustrações e com uso de uma linguagem com marcas de oralidade e com tendência a construção sensacionalista da notícia, com variação de 8 a 12 páginas.

No geral, as notícias sobre homicídios são escritas com informações pouco apuradas, baseadas em hipóteses iniciais sobre o crime formuladas por oficiais da Polícia Militar e agentes da Polícia Civil. O desenrolar das investigações sobre os acontecimentos noticiados não são acompanhados pela equipe jornalística, a não ser nos casos de grande repercussão midiática ou quando as vítimas são conhecidas do grande público. Entre as matérias que analisamos, apenas quatro referiam-se a notícias já publicadas, informando sobre a continuidade das investigações ou sobre a repercussão do acontecimento na comunidade em que ocorreu. Consideramos que este é um analisador pertinente para pensar a pouca relevância dada a tais acontecimentos, uma vez que os mesmos só são noticiados de forma sensacionalista, como mera estratégia de venda do jornal.

Os títulos e sub-títulos em fontes de tamanho grande, em cores vermelha e preta, sinalizam outra estratégia de diagramação para chamar a atenção do leitor. O uso da linguagem que une “humor com horror” (DIAS, 1992) é outro recurso bastante usado:

No “curu”, jovem mototaxista faz a última viagem (Polícia, 04/01/2011, p. 3).

Traficantes detonam viciado em Icoaraci (Polícia, 16/01/2011, p.5).

Tiro na cabeça elimina Belisca (Polícia, 16/01/2011, p.8).

Não livraram nem a cara do “Lacraia” em Marituba (Polícia, 17/01/2011, p.11).

Mataram “olhão” e fugiram a pé “na moral” (Polícia, 31/01/2011, p.10).

‘Encaminharam’ o coveiro para debaixo da terra (Polícia, 17/02/2011, p.6).

“Buiuzinho” é derrubado a bala no Val-de-Cans (Polícia, 13/03/2011, p.4).

“Parada mal acertada” leva mais um para o túmulo (Polícia, capa, 06/04/11, p.1).

“Na hora do banho, três balaços e adeus, mundo!” (Polícia, 18/06/2011, p. 7).

A linguagem utilizada para construção das notícias do Polícia nos chama atenção por mesclar a linguagem jornalística padrão a elementos da linguagem coloquial como gírias, frases feitas e elementos textuais característicos da oralidade, o que de acordo com Dias (2004) são características que contribuem para o registro sensacionalista dos acontecimentos. Vejamos que o verbo matar é substituído por outras expressões como “detonar”, “derrubar”,

“eliminar”, “ir para debaixo da terra”, que banalizam a violência, ao tentar obter o efeito de comicidade da notícia.

Sem dúvida, são as fotografias as principais estratégias de atração do leitor, estas chegam a compor quase 2/3 da matéria. Na pesquisa realizada por Dias (2004) sobre o *Notícias Populares*, jornal que circulou em São Paulo, entre os anos de 1963 e 2001, e que ficou conhecido pelas manchetes sobre violência e temas sexuais, com exploração da comicidade na construção da notícia, destaca o uso das imagens fotográficas e as legendas que acompanham as mesmas pelo referido jornal para noticiar o crime:

As fotos publicadas, que sabemos ser um chamariz à atenção do leitor, priorizam ângulos reveladores de pormenores cruéis e são legendadas com frases que soam como “comentários a propósito de”. Ou seja, destacam informações contextuais, pequenas curiosidades periféricas ao crime, e tecem comentários indicadores de uma postura determinista em que a violência encontra sentido para além do crime (p 101).

A semelhança do *Notícias Populares*, o Diário do Pará não poupa o uso de imagens dos jovens mortos como um apelo visual para a notícia:



Imagem 2 – “Chamado” atrai desempregado para a morte

Fotógrafo: Mauro Ângelo

Fonte: Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/02/2011, p. 8.

Na legenda da notícia intitulada “*Chamado*” *atrai desempregado para a morte*, de 14 de Fevereiro de 2011, descreve: “*a mãe de Peter John contou aos policiais* que a vítima foi presa há pouco tempo, mas não sabia que estava marcada para morrer. O assassino e a dona da voz “fatal” ainda não foram encontrados”. A legenda, como sinaliza Dias (2004), direciona uma leitura para o acontecimento: a passagem pela prisão na biografia do jovem pode oferecer uma motivação ou justificação para o crime.

As legendas não são utilizadas para descrever as imagens, elas ou resumem o acontecimento ou chamam atenção para os pormenores do crime. Os textos diagramados no box também tendem a apresentar informações de menor importância para o entendimento do acontecimento informado pelo jornal. Em alguns, nitidamente o objetivo é de chocar o leitor, como ocorre no “box” a seguir, com o título de “Em números”:

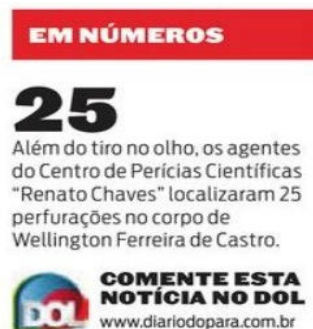


Imagem 3: Em números

Fonte: ROBALO, A. Assassinado com tiro no olho na Cabanagem. Diário do Pará, Polícia, 24/03/2011, p. 6.

A forma de produzir a notícia sobre o homicídio de jovens não somente é o efeito midiático de uma “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), isto é, de uma sociedade que capitaliza tudo (inclusive o crime) em entretenimento da indústria cultural, como também é o resultado da construção de certa racionalidade criminológica sobre a questão. As expressões discriminatórias, imagens fotográficas chocantes empregadas nas matérias constituem-se como primeiras pistas de uma racionalidade racista que constroem as personagens e o cenário deste drama-notícia de maneira a naturalizar a relação dos jovens com a violência. Consideramos a abordagem do Diário do Pará um analisador político tanto dos modos de organização da segurança pública, no Brasil, quanto das práticas sociais produzidas em relação à juventude pobre.

Não podemos ignorar a atuação protagonista dos meios de comunicação de massa na gestão da violência e, conseqüente, implicação no direcionamento das políticas do sistema de

segurança criminal. De acordo com Batista (ano, p.14): “os *faits-divers* da antiga página policial migraram para a primeira página, e as páginas políticas recebem um tratamento policialesco”. Com a afirmativa, o autor nos chama atenção de que os crimes que passaram a estampar as capas de jornais são fragmentos de um discurso criminológico midiático, que defende a expansão do intervencionismo penal. Do programa de variedades ao de esportes a tônica da criminalização das relações sociais se tornou pauta comum, isto, sem mencionar os programas destinados exclusivamente à cobertura policial.

A produção massiva de notícias de teor criminal instaura um medo coletivo que nos faz pensar sempre como vítimas em potencial da violência. Esta cultura de insegurança conjugada ao individualismo exacerbado (característica do capitalismo neoliberal), quando não fabrica a indiferença com os miseráveis, atualiza os velhos estigmas e estereótipos produzidos para qualificar os indigentes. Sob a leitura maniqueísta dos eventos objetivados como crime, dicotomiza-se os indivíduos em vilões e mocinhos, e o encarceramento massivo e o extermínio são produzidos como remédio milagroso para as mazelas sociais.

Ao longo desta dissertação procuramos aprofundar estas produções de criminalização da pobreza, por se constituírem como práticas vizinhas as do Diário do Pará. No próximo capítulo, nos detivemos a apresentação dos balizadores metodológicos, que orientaram a análise dos documentos.

CAPÍTULO 2

AS FERRAMENTAS ANALÍTICAS DA CARTOGRAFIA

Esta dissertação constituiu-se em uma pesquisa documental, apoiada em alguns elementos do método arqueogenealógico, proposto por Michel Foucault. Neste capítulo propomos apresentar os balizadores teóricos e metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa, bem como, apontar como estes foram apropriados para a análise das práticas discursivas (de saber) e não-discursivas (de poder e de subjetivação) produzidos pelo Diário do Pará sobre o acontecimento homicídio contra jovens.

Organizamos este capítulo em duas partes, que se subdividem em tópicos: na primeira parte, realizamos uma breve apresentação da trajetória desta pesquisa e uma discussão sobre a noção de documento para a historiografia; na segunda parte, nos debruçamos sobre o método arqueogenealógico.

2.1. A PESQUISA DOCUMENTAL: A INVENCÃO DE UMA TRAJETÓRIA

Nosso interesse na investigação sobre as práticas sociais da mídia impressa paraense, em especial, as práticas de objetivação da violência urbana, apresentadas de maneira bastante ampla no pré-projeto de pesquisa submetido na seleção da Pós-Graduação em Psicologia, para que pudesse ser viabilizada em uma dissertação produzida em curto período de tempo, precisou de recortes e do estabelecimento de objetos de análise mais bem definidos.

As primeiras delimitações estabelecidas referiram-se as práticas a serem analisadas, o que exigiu, desta forma, o recorte da forma de violência a ser abordada pelas notícias da imprensa local. A opção pelo recorte do homicídio contra jovens se deu pela implicação com a temática, já mencionados (na introdução). O segundo passo foi o de definir em qual ou em quais Jornais problematizar a produção de tais práticas e em que cadernos. Entre os três jornais de maior circulação na região metropolitana de Belém, optamos pela análise do Jornal Diário do Pará, justamente, porque é este, de acordo com algumas pesquisas divulgadas, o jornal de maior tiragem do estado. E o caderno Polícia do Diário do Pará foi escolhido, por ser nele, em que majoritariamente são publicadas as matérias sobre homicídios contra jovens.

Em nossa trajetória, o primeiro ano (2010) do Mestrado foi dedicado à participação nas disciplinas do PPGP e de outros programas, bem como, de levantamento da literatura sobre a temática pesquisada. No ano posterior, além da continuidade do levantamento da

literatura e da participação em outras disciplinas, iniciamos a triagem das matérias referentes a homicídios de jovens publicados no Caderno “Polícia” do Diário do Pará, ocorridos no período de Janeiro a Junho de 2011. Considerando a produção diária do jornal e, logo, do grande número de matérias produzidas mensalmente sobre o tema pesquisado, o período de seis meses pareceu-nos oferecer material suficiente para uma análise aprofundada. Desta forma, para análise dispomos de um conjunto de 147 matérias (em anexo: lista com documentos analisado), das quais 139 abordam homicídios contra jovens e as restantes referem-se às questões de segurança pública e de violência no estado do Pará.

O acesso a este material se deu via acervo de periódicos da Biblioteca Pública Arthur Viana, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, a qual disponibiliza todas as edições do Diário do Pará, entre outros jornais locais e nacionais. Além do recorte temporal, o critério para seleção das notícias foi de que as mesmas precisariam mencionar a idade dos jovens, as quais deveriam corresponder à faixa etária de 15 a 24 anos⁷. A página virtual do Diário do Pará⁸ também foi acessada para obter informações diversas.

Por termos documentos como matéria de pesquisa e com intento de evitar a naturalização dos mesmos, consideramos indispensável à aproximação com as discussões desenvolvidas no âmbito do fazer historiográfico, uma vez que é neste campo de saber que o debate sobre o documento tem sido mais fértil e problematizador. Além das perspectivas históricas lançadas por Foucault, o qual propõe questionar o passado para problematizar questões do presente, nos amparamos nas críticas documentais disparadas pela Escola dos Annales, em especial as vinculadas a História Nova. É sobre este campo disciplinar e sobre o conjunto de transformações históricas em torno da noção de documento que nos deteremos no tópico a seguir.

2.1.1. O DOCUMENTO E A PESQUISA HISTÓRICA

A valorização do documento como fonte do ofício do historiador se imbrica com o início do projeto de constituição da História como disciplina científica. Desde o século XIX, quando certo modelo historiográfico foi objetivado como científico, o documento tornou-se a fonte por excelência do acesso ao passado.

⁷ Faixa etária em que se tem concentrado as taxas de homicídio no Brasil, quanto a isto conferir o Mapa da Violência no Brasil (2011) - estes dados são apresentados na introdução desta dissertação.

⁸ www.diarioonline.com.br

As elites emergentes da III República Francesa, no século XIX, a fim de construir uma memória da nação e limitar o campo de sujeitos autorizados a produzir esta memória, fundamentaram o projeto de transformar a História em uma disciplina autônoma e científica, definindo as regras e as metodologias autorizadas ao ofício do historiador. Antes disto, na França, a prática da pesquisa histórica era metodologicamente heterogênea e exercida por profissionais do campo da literatura e da filosofia (FERREIRA, 2002).

A iniciativa de institucionalização da História deve ser analisada, portanto, vinculada a dois outros processos, que emergiram no século XIX: ao nacionalismo difundido com a formação dos Estados Nacionais, em que o historiador passa a ser considerado um intelectual de “ponta”, por deter a missão de construir a memória da nação (ALVES, 1988); e a difusão do modelo epistemológico construído por Auguste Comte, o modelo positivista, que se generaliza como parâmetro para as chamadas ciências sociais.

Os historiadores da Universidade de Sorbonne, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, em 1898, publicaram um texto intitulado *Introdução aos Estudos Históricos*, que divulgava os métodos das ciências históricas. Neste texto, entre outros publicados pelos professores, defendiam que as fontes documentais configuravam-se como os principais alvos da suspeita da História Metódica (BORGES, 2008). Era nítida ainda a ressonância sobre a chamada Escola Metódica dos pressupostos teóricos-metodológicos lançados pelo historiador Leopold Von Ranke (1795-1886):

Seriam quatro os pressupostos rankeanos necessários para atingir a objetividade e conhecer a verdade da história – relatar apenas aquilo que realmente ocorreu, a dissociação entre sujeito e objeto do conhecimento com objetivo a constituição de uma visão imparcial dos acontecimentos, a ideia de que a história já existe em si mesma, cuja estrutura é diretamente acessível ao conhecimento do historiador, o historiador age dentro de uma relação passiva em relação ao fato histórico que pretende registrar, a tarefa do historiador consiste fundamentalmente na reunião de dados assentados em fontes seguras que revelaram a verdade sem necessidade de qualquer tipo de especulação filosófica (ARRAIS, 2006, p. 1).

A crítica documental positivista assegurava que só a análise rigorosa dos documentos poderia legitimá-lo como fonte segura do passado. Com a garantia da autenticidade e objetividade das fontes, os documentos passavam a figurar como testemunhos fiéis dos acontecimentos. Estes eram tidos como provas dos fatos históricos e como tais, carregavam, portanto, a verdade dos fatos pronta a ser revelada pelo historiador (LE GOFF, 2006). Caberia ao historiador positivista organizar e ordenar os fatos históricos latentes no documento em uma sequência linear e cronológica, evidenciando uma relação de causa e efeito entre os mesmos (SOUZA JÚNIOR, 1988).

Albuquerque Junior (2009) aponta que tanto a Escola dos Annales, quanto o materialismo histórico dialético, correntes historiográficas que se tornaram hegemônicas ao longo do século XX, teceram críticas à posição positivista a cerca do documento. Enquanto os marxistas chamaram atenção para o caráter ideológico dos documentos, questionando os interesses políticos e econômicos que sustentam os discursos presentes nos mesmos; a Escola dos Annales questionava a credibilidade dada, exclusivamente, aos documentos oficiais e de Estado, bem como, “[...] propusera a tese de que o documento era também uma elaboração do historiador e que este devia ser pensado em suas condições de produção, arquivamento e recepção” (p. 233).

Queremos destacar as contribuições desta última corrente historiográfica pela proximidade que a mesma manteve com o pensamento foucaultiano. Le Goff (1996) e Burke (1991) destaca o mérito dos Annales, movimento formado por um grupo de historiadores associados à revista *Annales d’histoire économique et sociale* (lançada em 1929, na França), para a construção de uma nova perspectiva historiográfica, que rompesse com alguns destes postulados. Burke (1991, p.11-12) destaca algumas inovações engendradas por este grupo na tradição histórica:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, e tantas outras.

A escola dos Annales, como ficou conhecida, pode ser dividida em três fases: A primeira (1920-1945), onde se destacam a produção teórica de Lucien Febvre e Marc Bloch, foi marcada pela contraposição de seus membros à história tradicional, dirigida a uma história política e de eventos (BURKE, 1991). A história factual positivista dispunha-se a narrar apenas os grandes eventos políticos e a produção biográfica das grandes personagens, fazia-se a história dos reis e dos marechais. A nova historiografia francesa propunha-se a lançar a análise do não-factual, isto é, investigar os eventos ainda não reconhecidos como legítimos objetos de estudo (VEYNE, 2008).

No combate a posição positivista, Febvre e Bloch defendiam uma “história total”, que apreendessem a história não dos fatos políticos, mas das sociedades humanas. Sob a égide do termo “social”, estes historiadores “[...] procuraram demonstrar que o epíteto ‘social’ significa a apreensão da história do homem na sua totalidade, ou seja, o homem entendido no seio dos grupos de que faz parte” (SOUZA JÚNIOR, 1988, p. 73).

Na segunda fase do movimento são empregados novos conceitos, como os de estrutura e conjuntura, assim como, novos métodos, como o criado por Fernand Braudel da história serial das mudanças de longa duração. A visibilidade as longas durações era mais uma ferramenta de contraposição a esta história episódica, que se materializava como crônica política dos acontecimentos oficiais (BURKE, 1991).

Após 1968, dá-se início a terceira fase do movimento, caracterizado pela pluralidade de abordagens. Enquanto alguns pesquisadores avançaram em direção a uma história das mentalidades, uns apostavam em uma história quantitativa e outros ainda se contrapunham a mesma. Destaca-se também uma “viragem antropológica”, isto é, a aproximação do trabalho historiográfico à antropologia cultural, resultando na produção de uma história cultural da sociedade. Outra característica desta fase é o retorno á temática da política (já que nas outras fases do movimento, enfatizavam-se os aspectos econômicos e sociais na narrativa historiográfica) e o renascimento do interesse pela narrativa de eventos (BURKE, 1991).

A terceira geração dos Annales, também chamada de História Nova, de acordo com Araújo e Fernandes (2006, p. 15), lançou “novas perspectivas e conceitos, delimitados, principalmente, pelo esgotamento das concepções traçadas pela Escola dos *Annales* e pelas mudanças políticas e sociais que marcaram as décadas de 1960 e 1970”. O lançamento das três publicações de Jacques Le Goff e Pierre Nora foi fundamental para divulgação de novos métodos, novas abordagens e novos objetos históricos.

As novas movimentações e organizações políticas articuladas na emergência de novos atores sociais (mulheres, negros, trabalhadores migrantes, indígenas e homossexuais), a partir da década de 60, teciam críticas à história oficial, que excluía ou minorizava a atuação política destes grupos sociais. Na Inglaterra, neste período, os historiadores marxistas são os primeiros a escrever uma “história vista de baixo”⁹ (ARAÚJO e FERNANDES, 2006). Segundo Veyne (2008, p.27), passou-se a entender que “os povos ditos sem história” eram, na realidade, “povos cuja história se ignora”.

Foucault é contemporâneo a esta efervescência política que reinventava não somente a historiografia como também outros campos de saber. Em meio a esta profícua produção de novas formas de abordagens, dimensões e métodos históricos, Foucault produzia pesquisas

⁹ De acordo com Araújo e Fernandes (2006, p. 17): “a expressão ‘*history from below*’ (‘história vista de baixo’) foi criada por Edward P. Thompson num artigo publicado em 1996 no suplemento literário do *The Times*”.

históricas que questionavam o presente por meio de problematizações de caráter ético-políticas.

Na introdução de *Arqueologia do Saber*, Foucault (2005a) escreve sobre este novo posicionamento histórico, que começou a ser delineado na primeira metade do século passado. Ele afirma que já há algum tempo historiadores do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia e da literatura indagam-se sobre as rupturas, cortes, transformações, os quais revelam o interesse destes pela descontinuidade histórica (como exemplo cita as proposições de Bachelard, Canguilhem, Guérout) (FOUCAULT, 2005a). O pensador anuncia a que certa perspectiva histórica quer se distinguir: é aquela que dá preferência aos longos períodos históricos, como se nestes fosse possível encontrar “regulações constantes”, que apontassem para uma continuidade secular.

A nova história empreende ainda uma história geral, em detrimento de uma história global. Esta última defende que sobre todos os acontecimentos ocorridos em uma determinada época e lugar é possível identificar uma rede de causalidade que os relacione e que expresse um único núcleo central. Busca-se o princípio de uma sociedade ou civilização; supõe-se a existência de estágios ou fases históricas, submetidos a um princípio de coesão; ou ainda que estes acontecimentos apresentem uma mesma forma de historicidade, “que compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos”, e que possuam sempre as mesmas fôrmas de transformação (FOUCAULT, 2005a, p. 11). É importante demarcar que há neste posicionamento um nítido distanciamento da história total, visada pelos historiadores da primeira geração dos *Annales*, bem como, uma crítica ao conceito de “sociedade”, como norteador teórico das análises históricas, assim como, de outros conceitos universalizantes.

O projeto de uma história geral, pelo contrário, não anseia por invariantes históricos. O que a história nova problematiza são “as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação” (FOUCAULT, 2005a, p. 11). Ao fazer isto, assegura Foucault, não se busca produzir uma variedade de histórias, que ainda que ocorram no mesmo espaço e tempo, seja pensada de forma justaposta e em total independência umas com as outras. O que se quer fazer aparecer são estas séries, a relação entre estas séries (séries de séries), e de que modo estas compõem “quadros”.

Para Foucault (2005a, p. 14), a história contínua e a história totalizante conduzem a um mesmo pressuposto: a “função fundadora do sujeito”, isto é, atribuem à consciência

humana e ao sujeito originário, o sentido da história. Desta forma, as revoluções jamais passariam de “tomadas de consciência”.

O projeto arqueológico segue na direção da crítica a esta soberania do sujeito, objetivo que é mantido, como veremos posteriormente, com o desenvolvimento da genealogia. Quis, assim, desvencilhar-se destas práticas históricas: que se valiam da noção de um sujeito constituinte e; daquelas, cujo domínio de estudo era explicado a partir de um imperativo econômico, evidenciando a relação entre uma superestrutura e uma infraestrutura. Não lhe interessava nem a semiótica, com o uso das análises dos campos simbólicos e das estruturas significantes; nem a dialética, que com sua lógica de contradição tentava evitar a “realidade aleatória e aberta” dos acontecimentos históricos (FOUCAULT, 2009a, p. 5).

Foucault reconhece outra mudança na escrita da história e que incide sobre o documento: “a crítica ao documento”, isto é, a crítica à noção de que no documento está a verdade dos fatos, e que a partir deles o passado seria encontrado. Neste novo posicionamento da história:

[...] ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2005a, p. 7).

Tratava-se, portanto, de usar o documento não a favor de uma história-memória, mas de debruçar-se sobre o mesmo, o problematizando como um monumento, isto é, como o resultado de uma montagem, produzido por determinada sociedade e em determinada época, afinal cada sociedade elege aquilo que deseja que se torne memória coletiva (LE GOFF, 2006).

Para Albuquerque Júnior (2009), ao passar a interrogar junto com Le Goff sobre a produção do documento, Foucault avança em aspectos não problematizados nem pela corrente marxista, nem exatamente pelos Annales, isto por que, nestes movimentos os documentos “[...] eram analisados (e também ainda o são, muitas vezes) enquanto construções de versões sobre o passado, mas nunca interrogados eles mesmos como construções narrativas” (p. 234).

Voltaremos a apresentar o posicionamento foucaultiana sobre a história, nos interessa, por hora, salientar que a inovação de objetos, abordagens e métodos históricos pela História

Nova levou a uma triunfante ampliação qualitativa e quantitativa do que se define como documento:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem Le Goff (2005, p. 22).

É apenas com a efetiva expansão das fontes documentais e dos objetos de pesquisa, empreendidas pela terceira geração dos Annales, que o jornal ganhou um novo estatuto nas produções históricas. Se para a tradição histórica prescrevia-se como fonte essencial, documentos que dispusessem de características objetivas, os jornais, para esta lógica, não cumpriam os requisitos exigidos para uma fonte fidedigna, uma vez que eram considerados como imparciais, pois produzidos a partir das paixões dos jornalistas, transbordados de ideologias (DE LUCA, 2006).

O método histórico, especialmente o produzido pela História Nova, tem sido bastante utilizado pelos estudos sobre a imprensa, para problematizar os aspectos de produção, circulação e recepção da notícia. Vejamos esta possível articulação entre os campos disciplinares da História e do Jornalismo.

2.1.2. HISTÓRIA E MEMÓRIA: QUESTÕES PARA PROBLEMATIZAR A ESCRITA E A TRAMA JORNALÍSTICA

Paul Veyne (2008), historiador e professor do College de France, afirma que a História não se ocupa e nem pode se ocupar dos fatos tal como estes ocorrem, esta propõe sempre uma narrativa para os eventos históricos, como um itinerário possível dentre outros. O documento pode oferecer apenas os indícios e é o historiador quem tecerá a trama dos acontecimentos, propondo certa versão, a que nomeará de História.

Os historiadores narram tramas, que são tantas quanto forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo (o qual é divisível até o infinito e não é composto de partículas factuais); nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar toda a parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História. Enfim o campo factual não compreenderia lugares que se iria visitar e que chamariam de acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis (VEYNE, 2008, p. 45).

Com esta afirmação, o historiador não quer sustentar um relativismo teórico, quer afirmar, sobretudo, que o passado é um campo altamente disputado e que não há postura ingênua ou neutra neste tecer da história, uma vez que o historiador não a escreve como um espectador distante dos eventos, já que o mesmo faz parte do jogo constitutivo desta. E ainda que esteja limitado a um determinado tempo e lugar, que lhe impõe regras e prescrições, o historiador não está inteiramente submetido às mesmas, pode sempre escapar a repetição e produzir uma nova leitura, narrar o mesmo evento pelas mais diversas perspectivas (ALBURQUERQUE, 2007).

Tampouco há neutralidade na escolha do documento, o pesquisador, ao eleger um documento para investigação, empreende sempre um recorte, entre tantos outros possíveis, da realidade. Lembremos que o documento é, afinal das contas, um monumento e como tal é “[...] o resultado da cristalização de verdadeiras ‘batalhas pela memória’” (CASTRO, 2005, p.15).

É preciso, ainda, demarcar a diferença entre memória e história. A memória individual ou coletiva não é o acesso direto aos eventos históricos é sempre a visão de um grupo ou pessoa sobre o passado. A História oferece uma conceitualização a estas memórias, neste sentido, Albuquerque (2007) afirma que gestar a história é uma forma de violar memórias. A “História é uma violação”, na medida em que historiador constrói uma narrativa a partir destas memórias, buscando evidenciar as diferenças entre passado e presente e na medida em que “[...] trabalha com temporalidades longas que escapam à cotidianidade de qualquer pessoa ou conjunto de pessoas”, cuja experiência vivida apresenta uma temporalidade curta (ALBUQUERQUE, 2007, p. 207).

É possível realizar aproximações entre o fazer do historiador e o fazer do jornalista, ainda que suas práticas sejam demarcadas por objetivos e procedimentos distintos. Tal como na escrita da história, o jornalista não narra a verdade dos fatos, antes oferece uma versão para os eventos sociais. A articulação entre os fatos não é natural no ofício do historiador, esta articulação “[...] é que é a condição de produção dos discursos da História e do Jornalismo” (STEINBERGER, 2005, p. 91).

Assim, como um historiador pode narrar um século em apenas uma página, o jornalista seleciona, organiza e simplifica um acontecimento, podendo narrá-lo em uma pequena matéria ou, ainda, relatar um evento de um dia em longas reportagens. Steinberger (2005) lembra o caso dos atentados de 11 de Setembro, sobre o qual muitas páginas foram dedicadas pela imprensa nacional e internacional. A autora chama atenção aos possíveis efeitos desta

seleção: “acontecimentos que só são tratados em notas, por exemplo, serão considerados também pelo leitor como de pouca importância” (p.88).

Mas o que faz com que um evento tenha pouca ou grande importância para um jornalista? O valor de noticiabilidade de um acontecimento é dado por um conjunto de fatores como o “potencial de sedução apelativa” que tenha determinado fato, isto é, a capacidade atribuída ao mesmo de atrair atenção de quem lê a notícia (STEINBERGER, 2005). Mais do que isto, o que indicará qual evento é passível de se tornar notícia ou não (para além das normativas técnicas, as quais o fazer do jornalista pode estar submetido) é a orientação da política editorial a qual a empresa em que trabalha possui e o contexto sócio-político em que a matéria é produzida.

Os meios de comunicação também são produtores de memória coletiva, neste sentido, Barbosa (2004) ressalta os jornalistas como “senhores da memória”, pois agenciam no processo seletivo de produção da notícia o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Por ser outorgada como discurso verdadeiro, dificilmente, questionamos a narrativa jornalística. A produção da memória tem uma importante função política ao determinar não somente o que deve ser lembrado, mas como o deve. Neste aspecto, os meios de comunicação de massa tendem a abordar, por exemplo, a vida dos jovens pobres e moradores das periferias das grandes cidades menos nos espaços destinados ao esporte, ao lazer e à cultura, do que nos noticiários policiais. Encontra-se aí rastros de uma opção que deve ser tensionada.

Os questionamentos do historiador frente as suas fontes documentais lançaram-nos pistas para indagar nosso objeto de pesquisa, o Diário do Pará: são perguntas referentes tanto ao contexto de produção deste documento, quanto ao contexto de recepção: a que posição institucional ocupa o produtor deste documento? A partir de que argumentos sustenta seu discurso? Sobre que tema trata e qual não menciona? A que público se destina?

2.1.3. A ANÁLISE DA IMAGEM FOTOGRÁFICA:

Os documentos em análise, no geral, são compostos por textos verbais e por fotografias. Por ocuparem grande parte das matérias, consideramos importante fazer algumas considerações sobre as fotografias e apontar alguns elementos metodológicos que orientaram a análise das mesmas.

A técnica de fixar a luz dos objetos em uma câmara escura, mediante a ação de processos químicos data do início do século XIX. Todavia, no campo historiográfico, a fotografia permaneceu, por muito tempo, excluída do rol de fontes privilegiadas, de acordo

com os parâmetros da História Metódica. Borges (2008) resalta que os tipos iconográficos, para Escola Metódica no século XIX, possuíam uma função subalterna nas pesquisas históricas: as imagens visuais eram utilizadas apenas para facilitar a compreensão das informações contidas nas fontes impressas.

Ademais, requeria-se a manutenção de uma “visão retrospectiva” dos fatos, pois se entendia que “só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica” e objetiva dos mesmos (FERREIRA, 2002, p. 316). Desde modo, as fotografias não poderiam ser objetos de investigação das pesquisas históricas no século XIX, uma vez que eram contemporâneas as mesmas. As fotografias eram consideradas “testemunhas do presente”, não do passado. Só a mudança no paradigma histórico pôde igualar a importância das fontes escritas, orais e visuais (BORGES, 2008).

Já no campo midiático, a fotografia foi adotada pela imprensa ainda no século XIX. Contudo, somente ao longo do século XX, com o desenvolvimento das técnicas fotográficas, estas passaram ocupar espaço mais relevante na imprensa, inclusive, levando a criação de um gênero específico, o fotojornalismo. Zanchetta Jr. (2004) afirma que, a partir da década de 1920, “o fotojornalismo aprimorou-se em diferentes campos, tendo como marca o flagrante do cotidiano (do mais comum ao exótico), mas que passava a potencializar o sentimento humano (o drama, o êxtase, a alegria, a intolerância)” (p. 79-80).

Salientamos no capítulo anterior, que no Caderno Polícia, a fotografia não é um mero subsídio ao texto verbal, pelo destaque que são dadas às mesmas podemos arriscar que as imagens fotográficas tenha um valor informacional maior do que a fala escrita, em virtude dos possíveis efeitos de sensibilização do leitor que estas produzem.

Tal como o texto escrito, a fotografia não é simplesmente um retrato fiel e neutro da realidade, ela oferece uma perspectiva do acontecimento. A escolha de determinada luz, cor, enquadramento, angulação e plano pode cumprir com interesses diversos. Estes elementos indicam não apenas uma filiação estética, mas também um posicionamento político do fotógrafo, do editor e da empresa jornalística.

De acordo com Zanchetta Jr. (2004), o uso da fotografia na imprensa pode cumprir com funções diversas: de *entretenimento*, quando seu uso faz um recorte pontual do que se quer noticiar, evidenciando um sentido lúdico da imagem; de *descrição*, quando a fotografia ajuda a compor o contexto da notícia, tendendo assim, a retratar o lugar, os participantes, o modo ou momento em que tal evento aconteceu; o de *narração*, quando a fotografia proporciona a identificação do encadeamento e das consequências do evento noticiado; e de

expressividade, quando a imagem por si só tem a capacidade de sensibilizar o leitor, no geral, as fotos sobre os dramas humanos (choro, dor e sangue) tem esta função.

Em geral o jornalista fotográfico registra diversas imagens sobre um único evento e a escolha da fotografia, a ser publicada no jornal, não está sujeita unicamente a qualidade da imagem, mas a função que se pretende ressaltar. Ademais:

“a escolha dependerá da posição política, da circunstância, da disponibilidade de imagens raras [...], entre outros fatores. O perfil comercial e a necessidade de oferecer uma informação ‘vibrante’ tendem a fazer valer opções menos insossas ou meramente descritivas” (ZANCHETTA, 2004, p. 97).

Por que o Diário do Pará, ao noticiar os casos de homicídios contra jovens, opta por publicar fotografias que privilegiam certo enquadramento, ângulo ou plano de tomada? Ao fazer esta escolha, quais efeitos dispara? Estas questões mobilizaram a análise das fotografias, que são problematizadas, de forma articulada com o texto verbal.

No entanto, nesta dissertação, também não nos parece ser interessante pensarmos as fotografias nem como mediadoras dos processos sociais, nem como recurso que permite a retratação de práticas sociais. Concebemos as fotografias publicadas pelo Diário do Pará como sendo elas mesmas práticas, que sustentam e que são sustentadas por racionalidades, as quais analisamos á luz do método arqueogenealógico.

A partir de agora, nos deteremos sobre as práticas históricas de Foucault feitas a partir de dois registros – o da arqueologia do saber e o da genealogia do poder, evidenciando os conceitos operatórios priorizados em cada um destes momentos.

2.2. O MÉTODO ARQUEOGENEALÓGICO

Os estudiosos das obras de Foucault têm proposto, com certo consenso, uma divisão na trajetória dos escritos do pensador francês em três momentos, evidenciando alguns deslocamentos temáticos (MUCHAIL, 2004). Sobre estas rupturas, explicita Castro (2009, p. 189):

A tais deslocamentos corresponde a divisão, frequente, de dois ou três períodos na obra de Foucault: arqueologia e genealogia, ou arqueologia, genealogia e ética. A tais deslocamentos corresponde também seu interesse e preocupação, por certas noções características de seu trabalho: epistême, dispositivo e prática. Esse é certamente um modo correto de focar o trabalho de Foucault, na condição, no entanto, de que não se acentuem demasiadamente tais deslocamentos. Por deslocamentos não entendemos abandonos, mas sim extensões, ampliações do campo de análise. Com efeito, a genealogia não abandonará o estudo das formas de

saber, nem a ética abandonará o estudo dos dispositivos de poder, mas cada um desses âmbitos será reenquadrado em um contexto mais amplo. A noção de dispositivo incluirá a noção de episteme, e a noção de prática incluirá a noção de dispositivo. Todo o trabalho de Foucault poderia ser visto como uma análise filosófica-histórica das práticas de subjetivação.

Estes deslocamentos não indicam um abandono do seu projeto inicial, mas descrevem mudanças nas prioridades de suas análises, como evidenciam Lemos e Cardoso Jr. (2009), da arqueologia, em que se priorizavam as análises das regras que regem as práticas discursivas (com a ênfase sobre a teoria, em detrimento da prática), passou-se a um momento posterior, com a invenção da genealogia, em que a primazia analítica tornou-se a investigação das práticas sociais. E em um terceiro período, “[...] não há prioridade de teoria ou das práticas, mas imanência de saber-poder e, simultaneamente, produção de subjetividades” (p. 353).

Mesmo reconhecendo que o arcabouço teórico da denominada “fase ética” de Foucault poderia contribuir à fundamentação dos processos de subjetivação engendrados pelos documentos investigados, nesta dissertação, em virtude das limitações dos objetivos e do curto tempo de realização, optamos pelo uso dos conceitos operatórios da arqueologia e da genealogia.

2.2.1. A PESQUISA ARQUEOLÓGICA: O FAZER DO ARQUIVISTA

De acordo com Machado (1988), a “Arqueologia do Saber”, livro de 1969, é uma obra de referência para entender as pesquisas históricas de Foucault. Machado (1998) ressalva que as posições metodológicas contidas neste livro não se referem, contudo, ao que foi efetivamente empreendido nas obras anteriores. Antes, oferece novas bases para as pesquisas arqueológicas.

As análises arqueológicas anteriores a este livro - “*História da Loucura*”, “*Nascimento da Clínica*”, “*As Palavras e as Coisas*” - evidenciam uma homogeneidade em suas temáticas, posto que se centram na questão “do homem no saber da modernidade”. Estas análises históricas estabelecem:

[...] um mesmo recorte temporal para os saberes ocidentais do século XVI até o século XIX – Renascimento, época clássica e modernidade -, procura destruir o mito da existência de um saber sobre o homem em outras épocas que não a moderna, e demonstra o papel privilegiado que ocupa o homem nos saberes da modernidade, através do estudo dos nascimentos do humanismo terapêutico psiquiátrico, da clínica como conhecimento do corpo doente individual, das ciências empíricas e da filosofia que instituem o homem como ser empírico transcendental e, finalmente, das ciências

humanas que o representam como interioridade psicológica ou exterioridade social (MACHADO, 1988, p.176).

Quanto às questões metodológicas, estas pesquisas diferenciam-se das histórias factuais das ideias e constituem-se como uma “história conceitual”, o que significa dizer que a arqueologia problematiza a ciência, menos a partir de descrições de datas, precursores e teorias, do que como um sistema de produção de conhecimentos e de verdades (MACHADO, 1998).

Ao propor a análise conceitual da formação dos discursos científicos, o faz em cada pesquisa de maneira muito diversa. Nos livros *História da Loucura* e *Nascimento da Clínica* propõem a apreciação dos níveis de percepção e do olhar, ou seja, investiga o que cada época define como verdadeiro. Já em *As Palavras e as Coisas* tratava-se de problematizar as condições de possibilidade dos saberes. Outra diferença, se a *História da Loucura* indagava sobre as práticas políticas econômicas para analisar os discursos sobre a loucura, esta ênfase as práticas exteriores perde força nos escritos arqueológicos posteriores, tanto *Nascimento da Clínica* como *As Palavras e as Coisas* desprivilegiam a relação entre as produções de saber com o não-discursivo (MACHADO, 1988).

Considerando a existência de “arqueologias”, vale ressaltar que nesta dissertação operamos com os conceitos e com as perspectivas históricas apresentados em *Arqueologia do Saber*, os quais a partir deste momento deter-nos-emos.

Mas afinal do que realmente trata a arqueologia sinalizada em *Arqueologia do Saber*? Foucault (2005a) a descreve como a análise da produção do arquivo. O arquivo, por sua vez, é o conjunto de discursos pronunciados, que se transformam através da história e que possibilitam o surgimento e põe em funcionamento outros discursos. Já os discursos, mais do que um conjunto de fatos lingüísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção, constituem um campo de lutas e de jogos estratégicos. Estes são formados por conjunto de enunciados, isto é, por aquilo que é dito.

Para Deleuze (2005), os arquivistas tradicionais se valiam de duas técnicas, basicamente, a formalização e a interpretação. No primeiro caso, o intuito é de destacar um “sobre-dito” da frase, em um campo de superfície simbólica, no segundo, propõe-se rastrear o “não dito”, postulando que o inscrito revelaria um outro inscrito secreto. Foucault, como um novo arquivista, lança um desafio: “[...] chegar a essas simples inscrições do que é dito enquanto positividade do *dictum*, o enunciado” (DELEUZE, 2005, p. 26). Tratava-se de fazer aparecer o “jogo das regras que, numa cultura, determinaram o aparecimento e o

desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal dos *acontecimentos* e de *coisas*” (FOUCAULT, 2008a, p. 95).

Diferente das frases e proposições, os enunciados são raros. Para produzi-los não precisa que haja originalidade, mais do que isto, prescinde da existência de um Eu, do sujeito do cogito. O que interessa é a análise da relação deste enunciado com outros enunciados, com seus sujeitos, seus objetos e seus conceitos (DELEUZE, 2005) e a regularidade dos mesmos.

O discurso é uma prática social, a qual a pesquisa arqueológica explicita suas condições de possibilidade, ao interrogar as regras de produção do mesmo. E nesta trajetória não se busca reencontrar a unidade perdida do discurso, antes a dispersão dos elementos. O discurso obedece a quatro regras de formação: dos objetos, de enunciação, de estratégias e conceitos. Assim, a arqueologia prevê a formação destes quatro níveis:

a) Dos objetos: deve-se atentar às condições históricas que possibilitaram o aparecimento dos objetos, entendendo que estes emergem nos interstícios da luta. Como afirma Foucault (2005a, p. 50), o objeto “não preexiste a si mesmo, retido por alguns obstáculos aos primeiros contornos de luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”.

b) Das modalidades enunciativas: estas devem ser descritas a partir das posições de sujeito, que não esta relacionada à ideia de um sujeito fundador, mas ao lugar institucional que este ocupa. As modalidades enunciativas exprimem a dispersão dos sujeitos “[...] nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que podem ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 2005a, p. 61).

c) Dos conceitos: Não se trata de buscar a coerência interna dos conceitos, mas analisar o campo dos enunciados, nos quais emergem os conceitos.

d) Das estratégias: trata-se de “definir um sistema de relações entre diversas estratégias que seja capaz de dar conta de sua formação” (MACHADO, 1988, p. 164).

Esta formação discursiva, a qual os discursos se apóiam, pode estar relacionada a vários campos de saber. Este é o caso do discurso da mídia, que como expõe Fischer (2001: p. 9):

[...] não se fundamenta em apenas uma disciplina, mais em várias (ligadas ao jornalismo, às artes plásticas, ao cinema, às tecnologias de informação, à teoria da comunicação e assim por diante). Mais ainda se multiplicam nela os discursos, as criações, recriações, transformações de enunciados distintos, em direção a um novo discurso com características próprias.

Coube a esta pesquisa descrever, então, quais enunciados o *Diário do Pará* tem construído sobre os casos de violência letal contra jovens, considerando que tais enunciados estão apoiados em diversas formações discursivas, como a criminologia, a demografia, a estatística, entre outras. E a delinear que características próprias estas práticas trazem a partir da recriação destes diversos saberes, sustentadas em relações de poder e forjando processos específicos de subjetivação.

Em a Ordem do Discurso, texto escrito na transição entre o projeto arqueológico e o genealógico, Foucault (2004) afirma que as práticas discursivas estão submetidas a uma ordem discursiva, produzida por uma determinada época e lugar, e que define as regras para produção e circulação dos discursos. Neste texto, torna-se mais nítida a relação intrínseca entre práticas discursivas e não-discursivas:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Foucault (2004) apresenta estes procedimentos de limitação do discurso. Há os procedimentos de controle externo (fundamentados em sistemas de exclusão); os de controle interno (que implicam em princípios de classificação, distribuição e ordenação dos discursos e que o limitam por um jogo de identidade); e os procedimentos que operam pela rarefação dos sujeitos que falam, através de mecanismos de desqualificação dos discursos destes.

Para devolver o discurso o seu caráter de acontecimento, sugere alguns princípios metodológicos para a análise dos mesmos:

1) o princípio de inversão: aonde se acreditar encontrar uma condição de expansão dos discursos, propõe enxergar uma rarefação dos discursos;

2) o princípio de descontinuidade: compreender os discursos como “práticas descontínuas, que se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2004, p. 53);

3) o princípio de especificidade: não supor um jogo de significações prévias ao discurso, que precisariam ser apenas decifradas. Concebê-lo como uma prática e como tal, dentro de um princípio de regularidade;

4) o princípio de exterioridade: buscar as condições externas que possibilitam a produção dos discursos.

As noções fundamentais que estes princípios apresentam são as de acontecimento, de série, de regularidade e de condições de possibilidade, que se opõem as de criação, unidade, originalidade e significação, que limitam o discurso. É com estes conceitos arqueológicos que realizamos a análise dos documentos, desta forma, concebemos cada notícia como uma montagem, que não é idêntica ao acontecimento relatado, e que é em si mesmo outro acontecimento constituído nas suas diversas etapas de produção. A análise da dispersão e regularidade dos enunciados visou à cartografia das séries discursivas do documento, as quais são apresentadas no Capítulo V.

2.2.2. A PESQUISA GENEALÓGICA: O FAZER DO CARTÓGRAFO

A partir da genealogia, interessa a Foucault fazer uma análise política da emergência do saber, incluindo, assim, as “condições de possibilidades externas aos próprios saberes” (MACHADO, 1988, p. 187). Desta forma, o conceito de relações de poder tornou-se vital para a realização de suas práticas históricas. Atenta-se, agora, para a relação de imanência entre práticas discursivas e não-discursivas:

Temos antes que admitir que o poder produz saber [. . .]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 2007, p.30).

Os livros que marcam o começo desta trajetória genealógica são *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão* e *História da Sexualidade: a vontade do saber*, neles a história do dispositivo penal e do dispositivo de sexualidade são tematizados, a fim de problematizar como a constituição de sujeitos foi possibilitada pelos mecanismos de poder das sociedades de normalização. Para Deleuze (2005), na Genealogia, o exercício analítico do arquivista cede lugar ao do cartógrafo, desta forma, Foucault teria empreendido uma cartografia das sociedades modernas, ao realizar um mapeamento das relações de forças que as constituem.

A despeito das noções jurídicas e sociológicas que postulam o poder como objeto ou direito do qual indivíduo, grupo ou classe se apropriam, seja por meio do contrato social, seja na dinâmica das relações produtivas e econômicas, Foucault prefere pensar o poder como:

(...) a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constituem de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2009 b, p. 103).

Nesta definição, entende-se o poder como algo que se exerce em rede, que capilariza-se e investe todo o corpo social, assim, a investigação do exercício do poder exige à inversão da análise jurídica clássica, em busca da análise das práticas reais e efetivas do poder. A análise ascendente dos mecanismos de poder é uma das principais precauções metodológicas de Foucault, que propõem pensar o poder para além dos aparelhos de Estado ou das instituições, sabendo que as relações de poder os atravessam, sem se fixar nas mesmas. Isto não implica no abandono por completo do modelo contratualista, mas de pensar para além deste: o que Foucault sugere é problematizar a invasão da norma sobre a lei (sobre a relação entre a lei e norma voltaremos a tematizar no próximo capítulo).

A pesquisa histórica deve, assim, dar visibilidade as relações de poder imanentes a outras formas de relações (de saber, sociais, econômicas, entre outras) e que se caracterizam pela luta de constituição de domínios políticos, pela disputa entre os corpos, nos sistemas de hierarquização dos saberes. As estratégias e táticas acionadas nestas lutas operam em meio à microfísica e ao plano do cotidiano, no interior de uma trama histórica que faz emergir sujeitos e objetos por meio de raras e singulares condições de possibilidade.

O poder tomado com relação, como um jogo estratégico, em que há sempre a tentativa de determinar a conduta de outrem, evita uma valoração do mesmo, como um mal ou como um bem, assim como, torna sem sentido a utopia de uma sociedade desprovida de poder. Sustentar que o poder investe a todo o corpo social de maneira capilar é, tampouco, afirmar que os sujeitos encontram-se imobilizados em suas malhas.

Neste ponto, podemos fazer uma primeira distinção entre as noções de dominação e relações de poder. Enquanto na primeira forma de relação, a margem de liberdade é estreita, as relações são desiguais e quase imóveis e as possibilidades de estratégias encontram-se cristalizadas, as relações de poder não podem ser mantidas sem a luta dos sujeitos por liberdade, em que a possibilidade de escape está sempre presente (FOUCAULT, 2006), afinal, “onde há poder, há resistência”. É neste entrecruzamento de relações de poder e de dominação que temos pensando, por exemplo, as formas de organização da mídia no Brasil. Se por um lado, não podemos negar o caráter de reprodução social dos mecanismos midiáticos, o qual

está associado às relações de dominação, por outro, pensamos que estes mecanismos não são simplesmente reprodutores dos modos de organização social, mas também produtores de realidades, verdades e subjetividades, desta forma, atuam também sob a lógica das relações de poder. A positividade do poder é priorizada pela análise foucaultiana por se entender que somente os mecanismos de dominação não são suficientes para sustentar o modo de organização capitalista.

Se o poder não é dominação, tampouco é sinônimo de violência, como explicita Foucault (1995, p.243), em “*O Sujeito e o Poder*”:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele de passividade, e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.

Assim, o que nos sugere o autor é pensar a violência como um extremo das relações de poder. É na impotência, quando os mecanismos de poder se esgotam, que a violência surge requisitada, como mecanismo de submissão. Veiga-Neto (2011, p.119) atenta que a diferença entre poder e violência não é, portanto de intensidade, mas de natureza, enquanto o primeiro remete ação sobre ações, “[...] uma ação violenta age apenas sobre um corpo, age diretamente sobre uma coisa, submetendo-a e a destruindo”. A violência remete a elementos antagônicos, enquanto no poder há “sujeitos num mesmo jogo”. A premissa sustentada aqui é mais uma vez do enfrentamento permanente, por isso fala-se em “agonismo” (neologismo que remete a noção de combate) ao retratar as relações de poder, e não em antagonismo (Foucault, 1995).

Para desenvolver seu método histórico, o qual foi utilizado para analisar as mais diversas práticas sociais, Foucault apropria-se do termo “genealogia”, criado por Nietzsche. Em “Genealogia, História e Nietzsche”, Foucault (2009 c) afirma que o filósofo alemão, quando designava a genealogia como “wirkliche historie”, pretendia reintroduzir o descontinuo ali onde se esperava contínuo, buscando um efeito de corte na História.

Desta forma, Foucault opõe-se a História tradicional, caracterizada pela busca da continuidade ideal e que lança seu olhar para captura do longínquo, a uma época considerada mais nobre. A História tradicional é composta por três formas históricas, a qual Nietzsche e Foucault contrapunham-se: a uma história reminiscência, que busca identificar às identidades

reais do passado, reconstituir as grandes obras, ações e criações passadas. A uma história antiquário, que busca “reconhecer continuidades nas quais enraízam nossos presentes”. E a uma história crítica, cujo grande objetivo é o estabelecimento da verdade, a partir de uma consciência histórica pretensamente neutra e que propõe uma teleologia (FOUCAULT, 2009c).

A genealogia nietzschiana faz crítica a uma “pesquisa da origem”. Nietzsche ironiza os termos “ursprung”, referentes ao fundamento originário, presente no pensamento metafísico de Platão e retomado por Descartes. Adverte que o termo origem remete a alguns erros: à ideia de uma essência, a uma espécie de identidade preservada; a um suposto estado de perfeição deste fundamento originário e ao lugar onde se localizaria uma verdade. Fazer uma pesquisa da “origem” consiste em buscar na História o mesmo de uma identidade perdida. Ora, para Nietzsche, o que se encontra no começo da história não é a essência, tampouco a verdade em seu reino originário, mas “a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 2009c, p.18). A origem solene das coisas é ironicamente questionada pelo pensador, pois todo começo de uma invenção seria baixo e mesquinho. Foucault (1996) acrescenta que o que há no começo é apenas “as obscuras relações de poder”.

Dois outros termos são lançados, por Nietzsche, em oposição à “ursprung” (origem), os de “herkunft” (proveniência) e “entstehung” (emergência) e que também foram apropriados pela genealogia foucaultiana.

A proveniência apesar de ser definida como tronco de uma raça, não remete à identidade ou a coerência dos indivíduos. O que a análise da proveniência permite é:

[...] reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram.

[...].

A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido, ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 2009 c, p.20-21)

Por fim, a proveniência reporta ao corpo, onde se inscreve os acontecimentos. E neste sentido, a história genealógica “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2009 c, p.22).

A análise da emergência remete a singularidade do aparecimento e não é compreendida por seu termo final, pois este fim constitui-se no “atual episódio de uma série

de submissões”, assim, se propõe a visualizar este jogo de submissões, indicando a entrada de uma cena de forças (FOUCAULT, 2009 c, p.23).

“Acontecimentalizar” é a alternativa metodológica para escapar de uma história evolutiva e contínua e consiste em enxergar uma singularidade “[...] ali onde se estaria tentado a se referir uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos”. (FOUCAULT, 2003a, p. 339). Consiste ainda em promover uma “desmultiplicação causal”, isto é, promover a análise do acontecimento em seus múltiplos processos, decompô-los para promover novas formas de inteligibilidade.

No jogo da História, as quedas e as ascensões são circunstanciais e aleatórias. Por mais bem calculados sejam os movimentos dados, as estratégias e táticas utilizadas, as peças recrutadas, o final da batalha é sempre imprevisível. Este jogo “[...] pode depender, inclusive, do imponderável, do golpe de sorte, do lance mágico que destrói todos os esquemas previamente estabelecidos” (ALBURQUERQUE, 2007, p. 169). Por isso, a recusa nietzschiana a uma História que só aceita narrar as grandes vitórias ou ainda uma história-promessa, que se propõe a guiar-nos a uma redenção vindoura.

A genealogia foucaultiana busca, ainda, analisar as condições de emergência dos objetos “no interior de uma trama histórica”, marcando a singularidade dos mesmos. Nesta trama, as relações de força que fazem emergir estes objetos, inscrevem-se em um campo de disputas pela constituição de domínios políticos, cujas armas acionadas são diversas. É sob a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas que se deve pensar a história (FOUCAULT, 2009a, p. 7).

Aliás, a ideia de que não existem objetos naturais, os quais remeteriam a uma “existência em si”, possível de ser alcançada através de racionalizações, e de compreender os objetos como objetivações de práticas determinadas é para Veyne (1998) a grande originalidade do pensamento de Foucault. Para a genealogia, a história deve relacionar estes objetos (não naturais) com as práticas datadas, que os objetivaram, e explicar tais práticas, a partir de tantas outras que as avizinham. Lembremos de que Foucault não fez uma história da prisão como instituição, mas uma história das práticas de encarceramento, não fez uma história da loucura, mas das práticas psiquiátricas, que fizeram emergir o objeto loucura como doença mental. Em todos estes casos, afirma Foucault (2008, p. 26):

[...] não se trata de mostrar como esses objetos ficaram por muito tempo ocultos, antes de ser enfim descobertos, não se tratava de mostrar como todos esses objetos não são mais que torpes ilusões ou produtos ideológicos a serem dissipados à luz da

razão que enfim atingiu seu zênite. Trata-se de mostrar por que interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade –, por que interferências essa série de práticas pôde fazer que o que não existe (a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, etc.) se tornasse porém uma coisa, uma coisa que no entanto continuava não existindo.

Veyne (2008) alerta que Foucault, ao falar de prática, não se remete a uma instância que revela a verdadeira explicação da história, mas a uma prática tal como ela é e que se encontra apenas abaixo da linha da visibilidade. Por isso, na história, nada existe ou existe de maneira apenas material, existe enquanto referente pré-discursivo, como uma “virtualidade sem rosto”.

A prática histórica de Foucault, traçada brevemente até aqui, foi bastante questionada por historiadores profissionais, sobre isto coloca Albuquerque (2007, p. 176):

Acostumados a pensar o processo histórico como uma totalidade coerente e racional, como um processo que possui um princípio de coerência, uma essência ou uma verdade que deve ser buscada, mesmo quando se sabe que dela apenas pode-se se aproximar, estes princípios, digamos, morais que o historiador deve seguir são sempre reafirmados. Ele tem que estar comprometido com a razoabilidade e com a veracidade do que faz, ou seja, o historiador não deve brincar em serviço, ele seria um mau jogador, um ser sem senso de humor, um homem sério, falando de coisas muito sérias.

A postura descrita impediria pensar a História como um jogo, em que o sujeito aparece apenas como um efeito final de relações de poder-saber e não como o “sujeito originário”, “aquele que deu o pontapé inicial na ação”, uma vez que isto (a origem) pouco vale a análise foucaultiana (ALBUQUERQUE, 2007, p. 177). Assim, ao interrogarmos as práticas do Diário do Pará, não nos interessa a intencionalidade dos jornalistas ou dos editores que produzem a notícia, problematizamos os espaços que os mesmos ocupam como posições de sujeitos provisórias, que agenciam uma rede discursiva de verdades. Com o olhar genealógico, questionamos como este espaço de circulação de verdade produz o objeto juventude, entendendo que esta produção mantém uma relação de imanência com outras práticas institucionais datadas, que têm definido um modo de ser jovem e que qualificam como desviantes aqueles que não se enquadram aos modelos valorizados como positivos.

CAPÍTULO 3

GOVERNO, BIOPODER E RACISMO: PROBLEMATIZANDO AS PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste capítulo pretendemos apresentar os temas do Governo, Disciplina, Biopolítica, Biopoder e Racismo, balizadores conceituais foucaultianos utilizados nesta dissertação. Ao final do capítulo, problematizamos como as práticas biopolíticas de racismo foram disparadas no Brasil da Primeira República.

3.1. DAS ARTES DE GOVERNAR

O conceito operatório de governo é utilizado por Foucault, em seus últimos cursos no College de France, para descrever o conjunto de mecanismos e procedimentos utilizados para dirigir a conduta dos homens. Em especial, nos cursos “Segurança, Território e População” (1977-1978) e “Nascimento da Biopolítica” (1978-1979), Foucault problematiza o Estado, a partir da temática das artes de governar, isto é, das racionalidades sobre a melhor maneira de conduzir um governo. Estes modos de governar, emergentes na modernidade, não se apoiando mais no poder soberano (centralizado sobre a figura do rei), passam a ancorar-se em dispositivos disciplinares e, mais tarde, em dispositivos de segurança.

A metodologia foucaultiana para a análise do Estado implica em questionar a noção do mesmo como um universal político, propondo pensá-lo a partir de práticas concretas, múltiplas e heterogêneas. Desta forma, contrapõe-se ao lugar-comum de ver o Estado como um invariante histórico, cujo desenvolvimento o transformou em um “monstro frio”, do qual a sociedade deve se proteger (FOUCAULT, 2008b).

Em *Segurança Território e População*, Foucault (2009d) realiza uma breve reconstituição histórica da problematização do governo. Aponta a existência, entre o século XVI e XVII, de uma série de tratados que se apresentavam como uma arte de governar, trazendo questões acerca dos governos dos Estados pelos príncipes: como fazer para se ter o melhor governo possível? Estas questões aparecem dentro de um momento histórico marcado pela tentativa de superação da estrutura feudal, com a concentração estatal e formação de Estados territoriais, administrativos e coloniais e, pelas dissidências religiosas (Reforma Protestante e Contra Reforma).

Há assim o surgimento de toda uma literatura que tratam do governo em sua forma política, dos quais Foucault (2009d) destaca os textos, que trazem uma crítica ao “O Príncipe” de Maquiavel. Em “O Príncipe”, Maquiavel propõe um exercício do poder, que objetive a manutenção do principado (entendido como o conjunto de coisas que o príncipe herdou - território e súditos). A fim de garantir esta proteção, Maquiavel propõe desenvolver uma arte de manipulação de força do príncipe em relação ao seu principado, propondo o uso de mecanismos de violência.

A primeira crítica que é feita a posição de Maquiavel e que para este o príncipe se mantém em uma relação de exterioridade e transcendência ao próprio principado, o que o deixaria em uma posição vulnerável as oposições políticas. Esta literatura anti-maquiavel argumenta, ainda, que não é apenas o príncipe que governa. O que esta arte de governar defende é a existência de múltiplos governos (como o da casa, da escola ou da ordem religiosa), entre os quais o governo do príncipe aparece apenas como uma destas modalidades, ainda que estas múltiplas formas de governo se situem dentro do Estado.

La Mothe Le Vayer, visando desenvolver uma tipologia das formas de governo, escreve sobre três tipos de governo: o governo de si mesmo, ligado a uma reflexão moral; o governo da família, baseado em um saber econômico e o governo do Estado, cuja ciência fundamental é a ciência política. Estas formas de governo possuem uma continuidade ascendente e descendente, portanto, o príncipe, deve saber governar a si mesmo e a sua família para governar bem o Estado. E por outro lado, um bom governo do Estado repercute nas outras modalidades do governo. “A pedagogia do príncipe assegura a continuidade ascendente da forma de governo; a polícia, a continuidade descendente” (FOUCAULT, 2009 d, p. 281). Esta continuidade tinha como elemento central a economia. Assim, a economia - entendida como “a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família” - deveria ser introduzida no exercício político.

No livro de Guilhame de La Perrière, o governo não está mais relacionado ao território (questão central em Maquiavel). Para ele, o governo diz respeito a uma correta disposição de conjunto de coisas e homens (o território é apenas um elemento dentre outras coisas), dirigidos a uma finalidade. Esta finalidade não é o bem comum da soberania, a qual consistia na própria submissão à soberania, isto é, o bem era a obediência à lei. Esta nova finalidade do governo “[...] está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídas por leis, são táticas diversas” (FOUCAULT, 2009 d).

La Perrière coloca ainda que o que deve garantir o verdadeiro governo não é o direito de matar, mas a sabedoria, definida como “o conhecimento das coisas, dos objetivos que deve procurar atingir e da disposição para atingi-los” e a diligência como “[...] aquilo que faz com que o governante só deva governar na medida em que se considere e aja como se estivessem aos serviços dos governados” (FOUCAULT, 2009 d, p. 285). Ele se remete ao governo da família como modelo do bom governo.

Entre os séculos XVI ao XVIII, o desenvolvimento destas artes de governar, tematizado por La Mothe Le Vayer e La Perrière, foi sufocado e bloqueado pelas Teorias da Soberania. Urgências militares, políticas e econômicas, como a incidência de revoltas camponesas e urbanas, crise financeira e, especialmente, a expansão da política mercantilista foram as razões históricas para organização política em torno uma Razão de Estado, definida como uma racionalidade da prática governamental, fortemente, marcada por uma estrutura institucional e mental da soberania (CANDIOTTO, 2010).

De acordo como o princípio da Razão de Estado, o governo visa tornar o Estado sólido e rico, por isto, acredita-se que “nunca se governa demais”. No que se refere à política interna, caracteriza-se pela ação da polícia, encarregada “[...] da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão” (FOUCAULT, 2008 b, p. 10). Quanto à política externa, desenvolveu-se um aparato diplomático militar, que tinha por objetivo estabelecer o equilíbrio entre as potências europeias. No mercantilismo, se considera que a riqueza adquirida de um Estado ocorre a custo dos outros, sendo assim, a política de equilíbrio europeu visava impedir que esta diferença entre as riquezas das potências inviabilizasse a relação entre as mesmas.

O desbloqueio das artes de governar só se tornou possível quando o objetivo do governante deixou de ser a proteção do território e voltou-se a segurança da população, possibilitando, desta maneira, a criação de um Estado governamentalizado. A finalidade do governo passou a ser a majoração da riqueza, vida e saúde da população e uma série de saberes como a estatística e a demografia foram criadas para mensurá-la. A quantificação dos fenômenos inerentes à população mostrou a limitação do quadro da família, como modelo de governo, possibilitando o desenvolvimento de uma ciência econômica. A família não foi descartada, pelo contrário, foi transformada em instrumento privilegiado do governo da população. Para controlar e regular os fenômenos aleatórios da população são utilizados dispositivos de segurança, as quais são definidas como “uma técnica política que se dirige ao meio” (FOUCAULT, 2009 d, p. 30), isto é, técnica que produz um campo de intervenção sobre a população.

Emerge, assim, outra racionalidade da prática governamental. O Liberalismo, mais do que uma teoria política e econômica trata-se de uma racionalidade que defende uma regra de economia máxima da ação estatal, pois se considera que o “Estado sempre governa demais”. Para os filósofos do liberalismo econômico, tais como os fisiocratas, o mercado era o espaço privilegiado de teste e crítica ao excesso de governo, afinal, este era o espaço, por excelência, do “laissez faire e laissez passer” (FOUCAULT, 2008b).

Se na Razão de Estado, a racionalidade do governo era a racionalidade do próprio soberano, trata-se agora de regular o governo pelos interesses dos próprios governados, dos sujeitos econômicos. Desta forma, o conceito de sociedade civil, elaborado pelos economistas liberais, ganha importância, uma vez que parte dela o questionamento sobre a necessidade do governo.

Nas análises sociológicas há uma tendência de problematizar o Estado e a sociedade civil como elementos dicotômicos e que se rivalizam, no entanto, Foucault (2008b, p434) sugere: “em vez de fazer da distinção Estado/sociedade civil um universal histórico e político que pode permitir interrogar sistemas concretos, pode-se tentar ver nela uma forma de esquematização própria de uma tecnologia particular de governo”.

O Liberalismo é caracterizado como produtor da liberdade (liberdade de mercado, liberdade do proprietário, liberdade de expressão, etc). Todavia, a liberdade de comportamento, no regime liberal, tem de ser regulada e organizada. A cada instante, o custo da produção de liberdade é calculado. A segurança constitui-se como princípio deste cálculo, que avalia até que ponto os interesses individuais representam um perigo aos coletivos e vice-versa. Foucault (2008b, p. 90) coloca que: “o liberalismo se insere num mecanismo em que terá a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo”.

Isto explica por que no final do século XIX, ocorre o aparecimento de uma cultura do perigo, em que os perigos cotidianos são constantemente reativados, bem como, o medo é permanentemente incentivado. Não é de se espantar que nesta época surjam as teorias sobre as classes perigosas, as quais identificam as classes populares e suas formas de organização como potencialmente insidiosas. As diversas formas de revolta popular que efervesceram a luta política na Europa dos oitocentos, representava um risco que se queria evitar.

Este a “*mais de liberdade*”, avalia Foucault (2008b, p. 92), é produzido “[...] *por meio de um ‘a mais’ de controle e de intervenção*”, por isso, para neutralizar estes perigos, além das práticas de criminalização das classes populares, foram criadas toda uma filantropia e medicina social para a moralização destas classes, como a substituição dos costumes

considerados desviantes por um sistema de código e o aprendizado e treinamento para a docilização do trabalho, para estabilidade da habitação e da família (FOUCAULT, 2007). Estas práticas se sustentam em tecnologias disciplinares e biopolíticas de controle da população, bem como dos mecanismos de soberania que são atualizados.

3.2. DAS TECNOLOGIAS DE GOVERNO: DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA

Para governar a população, as sociedades modernas criaram tecnologias de poder bastantes distintas das formas de poder presentes nas chamadas sociedades de Soberania do Rei, isto é, aquelas cuja organização política corresponde ao período do feudalismo. Nas sociedades da soberania, o poder soberano se caracterizava pela possibilidade deste causar a morte dos súditos ou deixá-los viver. Era justamente este direito de retirar-lhes a vida, que consolidava o poder soberano. Foucault relaciona este direito a um tipo histórico de sociedade:

[...] em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apropriar da vida para suprimi-la.

As cerimônias de suplício são paradigmáticas para esta forma de poder. Na soberania, qualquer infração da lei era tida como um ataque ao próprio rei, por isso o suplício deveria ceifar a infâmia com a produção da dor. Possuía uma função exemplar, pois deveriam marcar nas memórias dos homens o castigo pela desobediência ao soberano. É o excesso da violência que mantém a economia desta forma de poder.

A partir dos séculos XVII e XVIII, Foucault (2005b) descreve que ocorreu um deslocamento neste direito assimétrico, o de provocar a morte, que passou a se direcionar a vida. Há a emergência de ao menos duas tecnologias novas de poder que não implicaram mais na submissão dos sujeitos pelos mecanismos de violência ou a fazem uso destes mecanismos apenas de maneira restritiva, sobre o domínio legal do monopólio da violência. Pelo contrário, a majoração da vida tornou-se o principal objetivo destas tecnologias de poder, chamadas de disciplinas e de biopolítica. Inverteu-se, assim, a relação descrita inicialmente e o que passou a valer foi o poder de “fazer viver e ‘deixar morrer’”.

Tais transformações foram possibilitadas por um conjunto de fatores, como o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de técnicas agrícolas, a expansão demográfica e o controle da peste, que possibilitaram diminuir a ameaça da morte e construir “um relativo domínio sobre a vida” (FOUCAULT, 2005b).

a) DISCIPLINA: A ANÁTOMO-POLÍTICA DO CORPO

A primeira tecnologia a entrar em ação foi descrita em “Vigiar e Punir: o nascimento da prisão”. Nesta obra, Foucault (2007) problematiza as rupturas nas práticas penais, ao longo do século XVIII. Neste período, viu-se a instalação de um novo regime político, o da democracia liberal, fundamentada em um quadro jurídico de igualdades e liberdades formais. O “Século das Luzes”, como ficou conhecido, buscou findar o que os reformadores identificavam como todo obscurantismo do Antigo Regime, das tiranias políticas à ignorância religiosa.

As cerimônias de suplício são consideradas, para os reformadores, como exemplo das tiranias da soberania. Foucault (2007) questiona, contudo, que a adoção da prisão como modelo punitivo generalizado, no século XIX, tenha sido resultado de uma humanização das penas ou evolução das regras do direito. Para o pensador, a generalização da prisão ocorreu por esta ser representante de uma nova mecânica de poder de maior eficácia econômica e política, por conta de sua atuação capilar no corpo social.

No Antigo Regime, a crueldade do soberano mostrou-se ineficaz, pois a descontinuidade de sua intervenção e a intensidade de sua violência carregava consigo o risco constante do desenvolvimento de revoltas contra a tirania do poder monárquico. Emerge, assim, a demanda por uma vigilância penal mais atenta ao corpo social.

Ao afirmar que “as ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”, Foucault (2007, p.183) quis mostrar que, na realidade, esse sistema jurídico foi garantido por uma série de mecanismos de poder, que puderam sustentar as exigências destas novas formas de direito, ao promover esta vigilância social mais atenta. Estes mecanismos e técnicas de poder que se concentram no corpo individual são chamados de disciplinas. Sobre a invenção desta nova tecnologia política, Foucault (2007, p.119) analisa sua emergência:

[...] como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.

A constituição de uma sociedade disciplinar não se deu de forma súbita. As disciplinas já existiam nas sociedades da soberania, porém em espaços bem delimitados, como nos monastérios. A partir do século XVII, estas começam a se generalizar por diversos espaços institucionais (escola, hospital, fábrica – invenções do mesmo período) e depois tendem a atravessar o corpo social por completo.

As disciplinas, formadas pelo conjunto de diversos dispositivos técnico-políticos, foram criadas para controlar os corpos¹⁰, corrigindo-lhes possíveis falhas e operando sobre pequenos detalhes. Inaugura-se uma anátomo-política do corpo, que o manipula e o modela, e ao mesmo tempo, multiplica-lhe as forças, a fim de torna-lhe útil e diminui-lhe as suas forças políticas, tornando o dócil. Desta forma, as técnicas disciplinares foram essenciais para o desenvolvimento do Capitalismo Industrial (FOUCAULT, 2007).

As disciplinas se constituem como uma arte de capitalização do tempo e distribuições dos corpos em espaços funcionais e hierarquizados. Nestes espaços, elas estabelecem um lugar para cada indivíduo (seja na fábrica, na escola ou no hospital), visando impedir comunicações indesejáveis, garantir a economia e o controle das condutas. Promovem o controle temporal minucioso dos gestos, onde cada movimento e posição do corpo são antecipadamente determinados. As disciplinas, ainda, agenciam táticas, em que as forças são majoradas através da composição das forças individuais, articulando as diferentes competências. Nas práticas escolares, por exemplo, fazem emergir programas pedagógicos, organizados linearmente em séries, com grau de complexidade crescente, onde a cada série são prescritos exercícios específicos e sucessivos, que permitem tanto a minúcia do controle, como a intervenção pontual sobre cada indivíduo e, ao final de cada etapa de exercício, um teste é proposto como forma de avaliação da aprendizagem e de diferenciação da aptidão entre os alunos (FOUCAULT, 2007).

Neste sentido, transformam “as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2007, p.127). Desta forma, não produz efeitos de massificação, pelo contrário, não lhe interessa atuar sobre a massa, mas sobre os indivíduos, que são segmentados a fim de os gerirem nos mínimos detalhes. Os indivíduos não são apenas os instrumentos das disciplinas, como também são fabricados por ela.

¹⁰ Machado (1988) analisa que a inserção do corpo como alvo do poder, foi uma das grandes novidades a história trazidas pelo pensamento de Foucault.

A sociedade disciplinar promove ainda o “disciplinamento dos saberes”, por meio de duas ações: 1) ela seleciona, normaliza, hierarquiza e centraliza os saberes, pautados na definição de um conhecimento verdadeiro; 2) e procura extrair saber dos indivíduos, objetos de sua ação (FOUCAULT, 2005b). Vejamos com mais detalhes estas questões.

No primeiro caso trata-se da emergência de uma pluralidade de saberes técnicos, no século XVIII, que passam a se rivalizar. Neste embate de saberes múltiplos e heterogêneos, o Estado começa a desenvolver processos de intervenção sobre os mesmos, através de procedimentos: de *desqualificação* dos saberes considerados sem valor; de *normalização*, promovendo a comunicação entre estes saberes dispersos e a dissipação das barreiras técnicas; da *hierarquização* dos saberes, classificando-os dos mais específicos aos mais gerais, o que permite a subordinação de uns aos outros e; a da *centralização piramidal*: “*que permite o controle desses saberes, que assegura as seleções e permite transmitir a um só tempo de baixo para cima os conteúdos desses saberes, e de cima para baixo as direções do conjunto e as organizações gerais que se quer fazer prevalecer*” (FOUCAULT, 2005b, p. 216).

O que se vê é um processo intenso de controle, que organiza os saberes em disciplinas. Estas, por sua vez, distinguem o “saber” do “falso saber”, a partir dos princípios instituídos de veridicidade no interior destas. As diversas disciplinas constituem um campo maior de saber, que desde o século XVII, tem se construído como ciência. Na hierarquização dos saberes, a ciência tem sido legitimada como produtora de conhecimento verdadeiro e isto têm efeitos de poder, já que esta racionalidade autoriza a prática pela ciência do policiamento dos outros saberes (FOUCAULT, 2005b).

As práticas disciplinares também transformaram o corpo em um objeto de saber, produzindo para este um incorpóreo a que chamaremos de “alma”, “psique”, “personalidade”, “consciência”, etc. Conceitos que se constituíram como objeto científico, em especial das ciências humanas e que sujeitam o corpo. Neste sentido, Foucault (2007, p. 29) afirma que: “o homem que nos falam e nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele”. Interessa-nos pensar o sujeito como uma invenção, como um efeito destas práticas de saber-poder.

Foucault (2007) afirma que o diagrama das sociedades disciplinares é o panóptico. Este é um dispositivo arquitetônico e ao mesmo tempo uma tecnologia política, que possibilitou a criação de um regime de visibilidade e a libertação das disciplinas das instituições fechadas e seu funcionamento “de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro” (FOUCAULT, 2007, p. 172).

Ao estudar os grandes projetos de reforma das prisões, do século XIX, Foucault notou que tais projetos faziam referência ao modelo do panóptico, criado pelo reformador penal Jeremy Bentham:

“Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção, elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre, outra dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado” (FOUCAULT, 2007, p. 166).

Esta arquitetura permite uma visibilidade total ao vigia, que pode observar todos os pontos da prisão. E é uma visibilidade relativa aos encarcerados, uma vez que não podem ver as celas laterais, apenas podem visualizar a torre central de onde são observados, sem serem capazes, contudo, de identificar se de fato a alguém de vigilância na torre. Aí consiste a eficácia política do panóptico, induz no encarcerado a sensação de estar permanentemente vigiado, o que garante o efeito contínuo do poder e minimiza as possibilidades de resistência. E há uma eficácia econômica, pois basta um olhar para por em funcionamento esta maquinaria

Se a forma arquitetônica mais adequada para descrever as sociedades da soberania era a dos templos, do teatro ou do circo, uma vez que esta arquitetura permite que uma multidão lance o olhar apenas sob um pequeno número de objetos sobre o palco. A modernidade inaugura uma sociedade da vigilância em que o espetáculo se tornou desnecessário. Afirma Foucault (2007, p. 179): “não estamos nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos sua engrenagem”.

Ainda que as técnicas disciplinares sejam importantes por promoverem a “inserção controlada no aparelho de produção”, para o desenvolvimento do capitalismo foi necessário a invenção de novos métodos de majoração da vida da população, que pudessem estar presente sobre todo corpo social, a estas novas técnicas de poder, Foucault (2009) chama de biopolítica.

b) BIOPOLÍTICA: A REGULAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO

Diferentemente das disciplinas, que realizam o adestramento do corpo, a biopolítica passa atuar sobre o conjunto dos homens, enquanto espécie. Esta surge junto com o interesse

do Estado pelos processos que são próprios da vida, tais como, a natalidade, mortalidade, doenças, higiene e saúde pública.

A biopolítica volta-se a estes fenômenos da população considerados aleatórios, mas que podem ser controlados por uma estimativa de probabilidades, com o objetivo de garantir estados globais de regularidade e de estabelecer um equilíbrio sobre estes acontecimentos (FOUCAULT, 2005b). Para melhor governar, diversos saberes foram produzidos: a estatística, por exemplo, se tornou fundamental para a gestão da população em nome da vida. O mapa estatístico tem um fim econômico e um fim político e mostra a força do Estado. Ele transforma os fenômenos da população em taxas, utilizadas para planejar intervenções sobre o conjunto da população, dividida em segmentos.

Com este saber realizam-se:

[...] estimativas demográficas, cálculo da pirâmide das idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenham um em relação ao outro o crescimentos das riquezas e da população, diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional (FOUCAULT, 2009e, p. 198).

Por meio dos instrumentos estatísticos são traçados cálculos de probabilidade de tudo aquilo que se refere ao conjunto populacional. Com o exemplo da intervenção sobre a varíola (variolação e a vacinação), na passagem do século XVIII para o XIX, Foucault (2009d) diferencia os processos de normalização engendrados por outras tecnologias de poder. Enquanto a quarentena das cidades foi a ação disciplinar para o controle da peste, a ação médica preventiva sobre a varíola aponta para outras formas de agenciamento do poder. A partir de análises quantitativas e de recursos estatísticos tornou-se possível estimar a variação dos casos de varíola, circunscritas no tempo e no espaço; definir o coeficiente de morbidade de uma população e as taxas de morbidade consideradas normais (isto é, o que está dentro do esperado), em virtude da exposição da varíola; identificar para cada indivíduo ou grupo o risco de contrair varíola ou o risco de morbidade; a partir dos cálculos de riscos, define-se o que é perigoso (zonas de mais alto risco). Sobre estas curvas de normalidades, que os processos de normalização irão agir.

Se com o liberalismo que a preocupação com os fenômenos da população ganhou a face de um “verdadeiro desafio” (FOUCAULT, 2008b), é importante ressaltar que a Governamentalidade Liberal não descartou, contudo, as técnicas disciplinares, amplamente utilizadas no Estado Administrativo, cujas práticas apoiavam-se em um Razão de Estado. Disciplina e biopolítica não devem ser pensadas como tecnologias excludentes, mas

complementares: “trata-se de um triângulo: soberania – disciplina - gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (FOUCAULT, 2009 d, p.29). Desta forma, persiste ainda uma teoria da soberania reativada nos códigos jurídicos, como um princípio de legislação e de uma organização do direito público, ao lado destes novos mecanismos de poder. Os poderes são exercidos, então, no limiar de um direito público da soberania e dos mecanismos polimorfos do poder (FOUCAULT, 2009f).

Biopoder é o termo dado à articulação das tecnologias disciplinares e biopolíticas. E é através da norma que esta articulação se torna possível. “Uma sociedade normalizadora é o efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida”, afirma Foucault (2009b, p. 157). Mais do que a lei, é ao redor da norma que se organizaram as sociedades modernas. A lei sempre pesa para o direito da morte, a norma não, ela coloca os vivos “em um domínio de valor e utilidade”. O biopoder produziu novas formas de constituição dos sujeitos na modernidade, pautadas na noção de normalidade.

A medicalização da sociedade, entendida como “o processo que se caracteriza pela função política da medicina e pela extensão indefinida e sem saber dos limites da intervenção do saber médico” (CASTRO, 2007, p. 299), foi fundamental para a normalização social, uma vez que a medicina é uma estratégia biopolítica que atua promovendo a distinção entre o normal e o patológico.

A política de saúde desenvolvida, desde o século XVIII, na Europa, é um campo privilegiado para visualizar como o corpo foi investido por estratégias de biopoder. Na Conferência “*A Política de Saúde do século XVIII*”, Foucault (2009e) aborda como foi possível o desenvolvimento de uma política da saúde graças ao aparelho de polícia, cuja função era a promoção da ordem, da riqueza e da saúde da população. A polícia da saúde substituiu os serviços assistenciais destinados à população pobre, que até o século XVII eram responsáveis pelos encargos coletivos das doenças e eram criticadas por serem onerosas.

A nosopolítica privilegiava duas ações: a primeira era a medicalização da família, com a ênfase na infância, sob a qual se destinaram diversas prescrições para a fabricação de um corpo sadio. A segunda priorizou a higiene “como um regime das saúdes da população” e voltou-se, especialmente, aos espaços urbanos considerados focos de perigo sanitário. Coube aos médicos o desenvolvimento de uma medicina preventiva, com a transmissão das regras de higiene aos segmentos populacionais. Assim, a figura do médico ia ganhando a importância em outros espaços como da política e economia: “O médico torna-se o grande conselheiro e o

grande perito senão na arte de governar, pelo menos na de observar, de corrigir, de aprimorar o corpo social e de mantê-lo num estado permanente de saúde” (FOUCAULT, 2009e, p. 203).

No século XIX, o poder médico (em especial, o psiquiátrico) é estendido também ao campo das práticas penais. A partir de seus estudos sobre as práticas judiciais, Foucault (1996, 2007) analisa a noção de periculosidade como a grande novidade introduzida pela criminologia deste período. De acordo com o pensador, isto “significa que o indivíduo deve ser considerado ao nível de suas virtualidades e não nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 1996, p. 85). O que vai estar em julgamento é menos ação do criminoso, do que tendência do criminoso ao crime.

Para responder a esta nova demanda de produzir uma penalidade a um sujeito potencialmente criminoso, o órgão judiciário mostra-se como um instrumento insuficiente de controle social, vigilância e correção destes indivíduos. Este sujeito passa a ser matéria da ação de uma rede de instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas e pedagógicas. Isto permite a formação de uma justiça psiquiátrica (FOUCAULT, 1996).

Ao criminoso são aplicadas medidas diferenciadas, que tem como objetivo neutralizar a periculosidade do infrator. Para isso, o juiz não atua sozinho, mas em parceria como uma equipe de peritos (psiquiatras, psicólogos, educadores, assistentes sociais, entre outros), que acompanharam o processo e a execução penal. Vê-se, assim, a emergência de um discurso científico, criminológico, antropológico e psicológico sobre o criminoso, que sustentam as práticas penais (FOUCAULT, 1996).

Em “Os Anormais”, Foucault (2002) indica o exame como o instrumento que permite avaliar a conduta potencialmente perigosa e como peça central para a costura entre Medicina e Justiça: “o exame permite passar do ato à conduta, do delito à maneira de ser, e de fazer a maneira de se mostrar como não sendo outra coisa que o próprio delito, mas, de certo modo, no estado de generalidade na conduta de um indivíduo” (p.20).

O exame psiquiátrico busca identificar os antecedentes, os pequenos desvios, que se constituem como indícios da formação de um caráter moralmente defeituoso. E a instituição psiquiátrica deve responder a algumas questões: se o sujeito encontra-se em um estado de demência durante o ato criminoso; se o indivíduo é perigoso, se ele é sensível sanção penal, se ele é readaptável.

Surge, assim, a figura do delinquente, proprietário de uma suposta personalidade criminosa e traz em sua natureza um fragmento selvagem. Este sujeito passa a constituir-se como um anormal por uma objetivação científica, que lhe fornece um tratamento. O dito

criminoso é enquadrado em uma anatomia calculada da punição, que busca atuar sobre todos (criminosos ou não) e estabelece normas comuns, que possibilitem a organização de um campo de prevenção. Temos, assim, no campo das práticas penais mais um exemplo da atuação articuladas de tecnologias regulamentadoras e disciplinadoras.

Sobre o biopoder, há ainda uma última consideração a fazer e que mereceu atenção de Foucault, por se constituir em um aparente paradoxo. O autor nota como jamais na história ocidental “as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações” (FOUCAULT, 2009b). Interroga-se: por que os massacres se tornaram tão vitais? Como se torna possível o direito de matar em uma sociedade, cujo objetivo central é o da majoração da vida?

Para responder estas questões, Foucault delinea o conceito de racismo de estado, definindo-o como “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (2005b, p. 73). Foi o racismo, que permitiu a reativação do direito de matar pelo biopoder. Consideramos este conceito como fundamental para a análise sobre o genocídio de jovens na sociedade brasileira, por isso nos debruçamos sobre o mesmo.

3.3. O RACISMO DE ESTADO E DE SOCIEDADE:

O Racismo de Estado e de Sociedade, do século XIX, é tratado por Foucault, ao longo do curso realizado no College de France de 1975-1976, *Em defesa da Sociedade*. Neste curso, Foucault põe em análise a emergência de um discurso histórico-político sobre a guerra entre as raças, que começa a se desenvolver deste o século XVI e XVII e, que se ramificou em outros dois, no século XIX: o da luta de classes e o do racismo científico.

Este discurso histórico-político tinha como questão primordial a crítica às concepções jurídico-filosóficas, as quais pretendiam legitimar tanto a Soberania, quanto a noção de Contrato Social. Este novo discurso inverteu o aforismo de Clausewitz¹¹, propondo a “política como a guerra continuada por outros meios”. Se para a análise jurídica as questões fundamentais eram relativas às fontes do poder, sua legitimidade e unidade, agora, tratava-se

¹¹ Clausewitz propunha que “a guerra é a política continuada por outros meios”, sobre isto conferir páginas XX de Foucault (2005).

de apreciar a constituição dos poderes políticos não mais sob a inteligibilidade da paz e da ordem, e sim a partir de relações de poder, que ao final, se organizam como relações de enfrentamento, de luta e de guerra. Desse modo, este novo discurso político sustenta que:

[...] o poder político não começa quando cessa a guerra. A organização, a estrutura jurídica do poder, dos Estados, das monarquias, das sociedades, não tem seu princípio no ponto que cessa os ruídos das armas.

[...]

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis do horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

[...]. A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra (FOUCAULT, 2005b, p. 58-59).

Para esta perspectiva, a guerra que se encontra, no fundo, da lei e da ordem, é a guerra entre as raças. Ela divide a sociedade em duas raças, as quais estão em constante enfrentamento. O conceito de raça que é mobilizado neste discurso não é ainda o biológico. Neste momento, o termo raça remonta a existência de dois grupos que não possuem a mesma origem, língua e religião, mas que coabitam o mesmo espaço territorial por forças de guerras e conquistas, e que permanecem sem se misturar em virtude das diferenças nos usos destes dos privilégios e direitos vinculados as formas de organização do poder.

Este discurso se opôs ainda a uma perspectiva histórica, que construía uma história da soberania. A história, na Idade Média, visava fundamentar o poder através de três funções: uma função genealógica, que propunha narrar as “façanhas dos heróis fundadores dos impérios” para dar legitimidade aos direitos do soberano e a sucessão destes direitos aos seus descendentes; uma função de memorização, que buscava registrar o cotidiano do soberano, por meio de crônicas diárias, a fim de afirmar a grandeza de cada pequeno gesto dos reis e; de ter a função de difundir exemplos.

A esta história que dá brilho ao poder soberano, este novo discurso se constituiu como uma contra-história, por querer mostrar que “[...] o poder, os poderosos, os reis e as leis esconderam que nasceram no acaso e na injustiça das batalhas” (FOUCAULT, 2005b, p. 84). Ela dá visibilidade as invasões, as pilhagens, as vitórias e as derrotas que estiveram presente na constituição dos Estados e que eram silenciados pela história da soberania. Trata-se de fazer uma história da luta entre as raças.

Já no século XIX, este discurso ganha outros rumos. Ao ser inserido no campo da biologia, este passa a apoderar-se da temática evolucionista: da luta pela vida, da seleção dos mais fortes e dos mais bem adaptados. Faz aparecer um racismo biológico social, que traz um fundamento diferente:

[...] de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, plenamente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça” (FOUCAULT, 2005b, p. 72).

As guerras passam a ser motivadas por objetivos diferentes, não é mais a defesa do soberano ou do território a chave de motivação da guerra, trata-se da defesa da população ou parte dela (“aqueles que devem viver”). Notemos aí, que o objetivo da guerra desloca-se de um quadro jurídico para encerrar-se em uma questão biológica. Emerge, desta forma, um racismo biológico, no qual estão previstas algumas funções: a primeira é a de estabelecer num contínuo biológico da espécie humana, a hierarquização das raças. E a segunda é a da purificação da espécie, garantida mediante a morte dos considerados “impuros”. Foucault (2005b) coloca que para esta lógica:

“(...) quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu- enquanto espécie viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mas poderei proliferar” (p. 305).

Assim, o que se tentar garantir é a eliminação dos perigos, sejam os mesmos internos ou externos à população. O Estado deixará morrer ou exporá a morte aqueles que são perigosos por não se enquadrarem as normas¹². Não será mais o instrumento que coloca uma raça contra outra, pelo contrário, torna-se aquele que deve resguardar a pureza racial, protegendo a raça da sub-raça.

Notemos que o racismo conserva a utopia eugênica de aperfeiçoamento da espécie, com vistas à produção da sociedade perfeita, livre das degenerescências de todos os tipos. Daí a tentativa de levar a cabo um projeto de sociedade, que elimine aqueles que põem em risco a pureza racial.

¹² Ao falar de função assassina, Foucault (2005) ressalva que esta não se refere somente ao extermínio direto, mas também a possibilidade de morte política, ocorrida através da expulsão ou da rejeição social.

Não à toa, a adoção do modelo biológico se generalizou entre as ditas ciências modernas que pretendiam explicar a formação social e a diversidade humana, a partir do prisma das diferenças raciais. De acordo com Montes (1995), as teorias raciais evolucionistas de inspiração darwinista defendiam que a raça era o elemento biológico que poderia diferenciar o conjunto de homens. A cada raça se atribuía um processo civilizatório específico. Com este critério, buscava-se ordenar e hierarquizar as variedades humanas em uma escala do desenvolvimento humano, que iria da selvageria à civilização. Cumprindo interesses políticos e econômicos, a raça branca europeia, nestes processos históricos, foi colocada como parâmetro de desenvolvimento.

Enquanto as teorias racialistas eram usadas para justificar as práticas (neo)colonialistas nas Américas e nos continentes africano e asiático e, mais tarde, as experiências totalitárias, do século XX, no interior da Europa, o conceito de periculosidade, introduzido como a grande novidade da criminologia do século XIX e extrapolando as práticas judiciárias, era a chave conceitual no qual a racionalidade racista se apoiava para governar a população. Visando a gestão dos perigos, a filantropia e a medicina social de Estado programaram um conjunto de ações de ortopedia social destinado aos segmentos considerados potencialmente perigosos, em virtude de sua condição de pobreza e de baixa escolaridade. Emergente nesta transição de lei para a norma, o racismo biológico-social assegurou o direito de morte do biopoder, capilarizado por meio de técnicas médico-normalizadoras.

No tópico a seguir tentamos esmiuçar como a racionalidade racista da biopolítica se entrelaça as práticas históricas produzidas no Brasil, no final do século XIX. Vale ressaltar, que ainda que a escravidão, no Brasil, se dê desde início da colonização (século XVI), não é possível relaciona - lá às práticas biopolíticas, uma vez que a emergência de uma nova forma de poder voltada a vida é inerente ao modelo político inaugurado pelas democracias liberais modernas. O Brasil colonial e escravista é o Brasil do Absolutismo Monárquico, que centraliza o poder nas mãos do rei, logo, as práticas de suplício, características da escravidão no país, estão vinculadas a racionalidade do poder Soberano. O que queremos dar visibilidade é a sofisticação na racionalidade do racismo, que na Primeira República passou a alicerçar-se nas teorias científicas de cunho biológico.

3.4. A GESTÃO DOS PERIGOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

A “Primeira República” (1889-1930) é um momento histórico relevante para problematizar as práticas sociais destinadas ao controle de crianças e jovens das classes

populares, ao menos, por duas razões: primeiro, por marcar a instauração de um novo regime político no Brasil, o do modelo republicano, democrático e liberal. E segundo, por ter empreendido rupturas importantes na forma de lidar com os classificados como infames, em virtude da iniciação de um processo de normalização da sociedade brasileira. Neste período, se viu a entrada de teorias, como os da criminologia e das teorias racialistas, baseadas em concepções do darwinismo social, que colaboraram para construção de uma racionalidade estigmatizante de alguns grupos sociais.

Sevcenko (1998) situa o “prelúdio republicano”, do final do século XIX e início do século XX, no contexto de expansão capitalista, proporcionado pela chamada “Revolução Científica-Tecnológica”, a qual provocou mudanças qualitativas na esfera tecnológica, em diversos ramos: desde o campo industrial com a implementação de novos processos produtivos, inovações tecnológicas na área da metalurgia e química, ao desenvolvimento de novas áreas, como as da microbiologia, da farmacologia e da medicina profilática. E ainda no campo das comunicações e transporte, materializadas com a invenção do avião, veículos automotores, energia elétrica, telégrafo, e mais tarde radiodifusão, cinema e televisão.

Neste sentido, a Revolução Científica-Tecnológica construiu uma base infraestrutural que permitiu a consolidação da mundialização do mercado capitalista. O aumento da demanda industrial, incomparável ao lento processo produtivo engendrado pela primeira Revolução Industrial, resultou no processo de neocolonização por parte das potências europeias, sobre os espaços do globo ainda não colonizados ou restabelecimento de vínculos com as antigas colônias, com a expectativa de exploração de matérias-primas e de estabelecer nestas os novos hábitos de vida inaugurados pela modernização da economia (SEVCENKO, 1998).

O Partido Republicano, fundado em 1870 no Brasil, foi dirigido por um grupo de intelectuais, fundamentados em um “rígido racionalismo positivista”. Este partido propunha o fim da Monarquia e estava comprometido “[...] com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas na Europa e dos Estados Unidos” (SEVCENKO, 1998, p. 14).

Para a inserção do Brasil na modernidade a qualquer preço (de maneira tardia, porém triunfante) propunha-se uma industrialização imediata. Para estes intelectuais fazia-se necessário, ainda, a adoção de outras medidas que desvencilhasse o Brasil de uma herança de costumes e práticas coloniais, para que enfim pudesse assumir um processo civilizatório desencadeado na Europa. A Abolição da Escravatura, a imigração intensiva de trabalhadores estrangeiros e a consequente adoção de relações assalariadas são algumas destas medidas (SEVCENKO, 1998).

O fim da escravidão no Brasil, aliás, o último país latino-americano a abandonar esta forma de exploração, não foi acompanhada da inserção da população negra a cidadania efetiva. Sem qualquer amparo, aos ex-escravos restaram retornar as antigas fazendas para um trabalho mal-remunerado ou procurar atividades mal pagas e informais (CARVALHO, 2008). Expandiam-se, desta forma, as condições de miséria e exclusão social de grande parte do contingente populacional.

Aos olhos dos reformadores políticos, o grande empecilho, no entanto, para a consolidação dos objetivos da nascente República - a de instituir um modelo jurídico-político, baseado na ideia de Contrato Social – não era o fosso de desigualdades existente entre a pequena elite e a maior parte dos brasileiros e sim a existência de uma população indócil (ALVAREZ, 2002) e pouco “civilizada”.

O mundo do trabalho era para a elite republicana um importante demarcador para distinguir os “trabalhadores disciplinados” dos “ociosos e vadios”, que como sinaliza Dos Santos (2009, p. 213), eram “[...] protagonizados respectivamente pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão”. O hábito do trabalho era uma virtude moral a ser conservada pelos indivíduos. O ócio, ao contrário, era tratado como vício pelas autoridades jurídicas. O renomado magistrado português, Antônio Luiz Gomes, em um tratado de 1982, o descreve como “*um signal pathagnomonic da deliquencia*” (citado por Rizzini, 2011).

Segundo Scwharcz (1993), estes grupos ditos como incivilizados passaram a ser objetos de estudos de um conjunto de profissionais, que adotou “[...] um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (p. 28). Estes indivíduos eram considerados como uma classe inferior por este modelo científico, amplamente utilizado pela política imperialista européia, que a partir de então teria o efeito de um “imperialismo interno”: “os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade” (p.28).

Scwharcz (1993) ressalta que a ciência importada pelos intelectuais brasileiros é menos a sociologia durkheimiana ou weberiana e os tipos experimentais, do que os modelos evolucionistas e social-darwinista. Nestas últimas perspectivas, “o homem, seu caráter, suas tendências e seus comportamentos passavam a ser explicados a partir da interação entre a hereditariedade (física e moral) e meio (idem) sobre o indivíduo e, conseqüentemente, sobre a sociedade” (RIZZINI, 2011, p. 48). Esta perspectiva compunha a idéia base das teorias raciais, do higienismo social e da antropologia criminal: saberes e práticas que alimentavam a utopia eugenista e constituíam-se como um “tribunal de todos os desvios” (LOBO, 2003).

Em busca de novas formas de controle promoveu-se aliança entre o Estado e a medicina, os quais passaram a disparar diversas ações por meio de diferentes instituições, baseadas em versões de teorias do darwinismo social e do higienismo, com o objetivo de enquadrar a população às normas sociais.

No que se refere à higienização das cidades, organizou-se um projeto de reforma urbana e de saneamento das mesmas, que se caracterizava como um esforço das autoridades republicanas em adequá-las ao ideal de modernidade. No Rio de Janeiro, como em outras metrópoles, os reformistas alardeavam sobre os diversos focos de “riscos sanitários” espalhados pelas cidades, com a ocupação de casarões abandonados nas áreas centrais, em grande parte pela população negra, liberta e desamparada após a Abolição, que veio para cidade em busca de trabalho, como em atividades portuárias (SEVCENKO, 1998).

Entretanto, a atuação da medicina nas cidades se estendeu para além da reorganização do espaço urbano: "a medicina social prescrevia também novos hábitos (“civilizados”) de vida, novos costumes, combatia a desordem relacionando-a à doença, oferecendo-se ao Estado como fundamento de uma política social racional e tecnicamente orientada” (RAUTER, 2003p. 22-23).

É importante ressaltar, ainda, que as estratégias médicas traçadas para normalização da população foram distintas às diferentes camadas sociais. Costa (1989) argumenta que aliança entre as famílias da elite e o Estado foi feita, por intermédio das prescrições higienistas, em nome de saúde e do bem-estar. A medicina higiênica, concebendo a família como uma rede complexa e heterogênea, promoveu intervenções, incentivou o interesse pela vida e selecionou aliados. Esta intervenção médica realizou uma manobra que minou a família tradicional, acusando-a de negligência e incompetência para a criação dos filhos. Nesta estratégia, a mulher se tornou uma forte aliada, a qual passou a ser responsável por pôr em prática as prescrições higiênicas. Desde modo, na família burguesa viu-se um processo intenso de medicalização do corpo feminino e psiquiatrização da criança.

Quantos as práticas dos higienistas destinadas à infância e a juventude pobre o que a literatura tem afirmado é que as mesmas objetivavam as crianças e os jovens das classes populares como potencialmente perigosos ou como já se constituindo como perigos a sociedade (RIZZINI, 2011; COIMBRA & NASCIMENTO, 2003; PASSETI, 2009, SCHEINVAR, 2005). Não raramente pobreza e degradação moral eram associadas pelo discurso moralizador higienista, o qual sustentava ainda que as famílias pobres e operárias, com seus hábitos e comportamentos apontados como desviantes, degeneravam sua prole.

Rizzini (2011) sinaliza que os pobres considerados virtuosos pelo discurso higienista, são os que trabalham e conseguem preservar a família unida, ainda que sobrevivendo com poucos recursos. Para a autora, estes são os que foram docilizados pelo adestramento disciplinar: “pobres, porém dignos” (p. 59). Ainda que disciplinados, o olhar vigilante sobre os mesmos continuava indispensável, pois qualquer intempérie, como a perda do emprego, poderia reconduzi-los aos caminhos viciosos (da vagabundagem, alcoolismo e delinquência), sobre os quais estariam por natureza vinculadas a uma classe mais suscetível a degradação moral.

A Antropologia Criminal ou Criminologia fez parte deste conjunto de ideias novas que teve ressonâncias sobre os intelectuais brasileiros, ao menos de 1870 a 1930¹³, e que se alimentou do higienismo. A Criminologia começou a ser elaborada a partir dos trabalhos do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que propunham não somente o criminoso como objeto de estudo científico, mas também almejava oferecer as bases de conhecimento para toda a vida social (ALVAREZ, 2002).

Alvarez (2002) indica a existência de dois campos de teorias penais em fins do XIX, o primeiro desenvolvido desde o século XVIII, o da Escola Clássica, e o segundo iniciado pelos estudos de Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo (1852-1934), Enrico Ferri (1856-1929) e outros. Estes campos propunham perspectivas diferentes sobre a forma de pensar o criminoso:

[...] de um lado a *Escola Clássica* define a ação criminal em termos legais ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição; de outro, a *Escola Positiva* rejeita uma definição estritamente legal, ao destacar o determinismo em vez da responsabilidade individual e ao defender um tratamento científico do criminoso, tendo em vista a proteção da sociedade (ALVAREZ, 2002, p. 678-679).

Na realidade, até então, o direito penal não se dedicava ao criminoso, a não ser como elemento que cometeu um crime. A novidade trazida pela criminologia foi de oferecer uma forma diferente de tematizar o criminoso, ao passar a associá-lo com a figura do anormal (RAUTER, 2004).

Ainda que, as principais teses da antropologia criminal já fossem fortemente criticadas por seus contemporâneos, em fins do XIX, estas ganharam grande repercussão nos países latino-americanos, sendo recebidas com entusiasmo por alguns juristas brasileiros, tais como João Vieira de Araújo e Tobias Barreto. Alvarez (2002) chama atenção que adesão às ideias

¹³ Para um debate mais aprofundado sobre o desenvolvimento da Criminologia no Brasil, conferir: ALVAREZ, M. (1996). *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil (1889-1930)*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo.

da Escola Positiva Penal não se fez por desconhecimento das críticas a este pensamento feitas na Europa, “[...] *mas sim por acreditarem que se tratava do que de melhor se produzia na época no campo da compreensão científica sobre o crime*” (p. 685).

Rauter (2004) e Alvarez (2002) salientam que, tal como no caso das teorias raciais, a consolidação da criminologia no Brasil não deve ser pensada apenas como efeito da adoção massiva da criminologia europeia, uma vez que estas buscavam dar respostas às demandas históricas do momento.

O olhar dos criminólogos brasileiros se volta para os costumes brasileiros: o carnaval, os sambas, os cangaceiros nordestinos, a miscigenação. Todos estes são indícios de uma incapacidade para o controle moral, que explica também a indolência para o trabalho, a tendência para o desrespeito à autoridade e finalmente para o crime (RAUTER, 2004, P.37).

Ainda que o Código Penal de 1990 tenha seguido o modelo igualitário da Escola Clássica, sob a insatisfação dos teóricos adeptos da Escola positiva. As práticas judiciais foram fortemente marcadas por estas concepções, como ainda são em diversas situações.

A delinquência atribuída à infância e a juventude corrompida (seja pelo mau zelo da família ou do Estado) era alvo também da preocupação dos criminalistas (DOS SANTOS, 2009). Estes endossaram o coro dos higienistas, propagando a ideia de que a desestruturação familiar natural nos segmentos pobres produzia criminosos em potencial e defendiam as práticas de internação dos jovens pobres como forma privilegiada de mecanismo de ortopedia social. Mas além desta, foram acionadas também outras medidas de caráter filantrópico e de tutela a este público (PASSETTI, 2009).

O código de menores de 1927 é resultado deste intenso debate desenvolvido no século XIX. O código surge dos esforços coletivos de um saber médico, atento ao controle higiênico das famílias, e um saber jurídico, preocupado com o enquadramento criminal das desordens juvenis. O termo menor, contudo, passou a ser amplamente adotado, para além das esferas judiciais e de saúde. De acordo com Bulcão (2002, p. 69), este código contribui com a produção de infâncias desiguais:

A primeira associada ao conceito de **menor**, é composta por crianças de famílias pobres, que perambulam livres pela cidade, que são abandonadas e às vezes resvalam para a delinquência, sendo vinculadas as instituições como cadeia, orfanato e asilo, etc. Uma outra, associada ao conceito de **criança**, está ligada a instituições como família e escola e não precisa de atenção especial.

Se o conceito de menor, no Império, estava vinculado a um limite etário, na transição para a República este foi limitado a designar os jovens das famílias pobres, que se encontravam em vias de se tornar um perigo ou que já se constituía como tal. As práticas de estigmatização das parcelas pobres da população ganharam um estatuto legal através deste Código (SCHEINVAR, 2005).

A imprensa do século XIX mostrou-se uma importante aliada na gestão da população, por meio dela se difundia as políticas públicas de cunho sanitarista, alardeava-se sobre os perigos urbanos, expunham-se os considerados “bons hábitos de vida”. Ademais, a imprensa dava visibilidade a estes conjuntos de perigos, vinculados especialmente à delinquência.

Neste período, o relato sobre a criminalidade juvenil começou a povoar os noticiários populares, o que “[...] *contribui para a criação e reprodução das figuras criminosas juvenis, alimentando a imaginação dos adultos*” (CÉSAR, 2008, p. 121). Isto indica a importância da imprensa para a produção e pela circulação de enunciados que associam a juventude pobre à noção de perigo social.

Trechos da matéria intitulada “Polícia nas Ruas”, publicada no pequeno jornal *São Paulo*, em 1907, foram reproduzidos por Dos Santos (2009, p. 220) para exemplificar as constantes denúncias sobre o aumento da criminalidade na cidade atribuídas a jovens e crianças e o elogio às ações corretivas da polícia paulista, vejamos um destes excertos:

certamente como extrema facilidade se dará o precioso corretivo aos excessos de toda a espécie que praticam os meninos, que ao que parecem, vivem por aí absolutamente às soltas, habilitando-se e preparando-se pela nossa tolerância às façanhas (...) a se tornarem amanhã desordeiros perigosos, que forçosamente perturbarão a paz pública.

Em entrevista, Foucault (2009 a, p. 224) chamou atenção para o caráter panóptico da imprensa: “*No fundo, foi o jornalismo a invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política de olhar*”. Nesta perspectiva, o noticiário policial, que passou a integrar quase todos os jornais, desde meados do século XIX, tem como função estratégica dar visibilidade aos perigos cotidianos, fazer aparecer o que não pode ser esquecido, por sua natureza obscura e infame. O jornalismo policial produz a figura do anti-herói, o inimigo público, sob o qual deveria se desenvolver uma constante vigilância e, por consequência, naturalizam a demanda por mais controle judiciário e policial (FOUCAULT, 2007). Assim, uma inflexão faz-se importante: a de questionar a atualização das práticas de vigilância da mídia na contemporaneidade.

Narramos alguns destes elementos históricos sobre a gestão da população pobre no Brasil para dar visibilidade a algum destes mecanismos disciplinadores e regulamentadores que incidiram sobre o corpo dos jovens, na transição do século XIX ao XX. Rauter (2003) chama atenção de que o processo de medicalização no Brasil não seguiu da mesma forma que nos países de onde estas ideias foram importadas, bem como, na Europa, as estratégias disciplinares foram utilizadas de maneiras distintas: “se a medicalização e a escolarização foram implantadas no país de forma desigual, isto não provocou um vazio de poder. O que ocorre é que convivem, no nível das práticas sociais, novas e velhas estratégias” (p.23). No interior próprio país, as práticas que culminaram em processos de normalização não foram homogêneas. A Região Amazônica, por exemplo, convive ainda de maneira intensa com práticas anteriores ao Liberalismo. A política coronealista se mostra de maneira mais aguda, quando colocamos em análise os conflitos ambientais e os pela posse da terra no estado paraense.

No próximo capítulo, dedicamo-nos a problematizar estas novas formas de gestão da pobreza na governamentalidade neoliberal e seus efeitos sobre as juventudes.

CAPÍTULO 4:

A GESTÃO DA JUVENTUDE (POBRE) EM TEMPOS NEOLIBERAIS

As práticas de saber/poder produzem objetos e sujeitos, portanto, o conceito de juventude é o efeito de uma objetivação de um determinado campo de saber-poder que, no geral, tem definido esta categoria como período de transição para o mundo adulto considerado normal. Desta forma, para que os jovens se transformassem em adultos, enquadrado em um modelo considerado adequado (o do trabalhador produtivo e disciplinado), as diversas instituições sociais, da Primeira República, valeram-se das diversas tecnologias de adestramento do corpo. Coimbra e Nascimento (2003) notam que na atualidade, no entanto, têm ocorrido mudanças nas formas de gerir a população jovem e pobre:

“Se no capitalismo liberal os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados na expectativa de que fossem transformados em cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família, hoje no neoliberalismo eles não são mais necessários ao mercado, tornaram-se supérfluos, suas vidas de nada valem – daí justificar-se o extermínio” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003).

Concluimos o capítulo anterior, empreendendo uma breve análise dos mecanismos de controle da população brasileira emergentes no contexto da Primeira República. Neste capítulo, pretendemos seguir a análise, levantando questões a cerca destas novas formas de controle produzidas pelo capitalismo contemporâneo e suas implicações sobre a regulação da juventude. Esta cartografia das forças políticas e econômicas contemporâneas que regulamentam as parcelas juvenis e outros segmentos populacionais é necessária, pois são estas forças que fundamentam as racionalidades do Diário do Pará na produção de notícias sobre o homicídio juvenil, como tentamos evidenciar em nosso capítulo de análise.

4.1. MUNDIALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: INTERROGANDO OS EFEITOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Tal como o Liberalismo, o Neoliberalismo mais do que um conjunto de teorias econômicas e políticas, é uma racionalidade sobre o governo das populações, uma forma de gerir a cultura e forjar subjetividades. Em *Nascimento da Biopolítica*, curso do College de

France de 1978-1979, Foucault (2008b) coloca que esta forma de governo da população desenvolvida no fim da década de 40, do século passado, está relacionada à produção intelectual da Escola de Friburgo (da Alemanha) e da Escola de Chicago (dos Estados Unidos), as quais questionaram o excesso de intervencionismo estatal, deste período. No século XX, estes teóricos chamam atenção de que a ideia de *laissez-faire*, princípio básico do liberalismo, foi desvirtuada, sobretudo, nos países do continente europeu e dos Estados Unidos, com a adoção dos modelos de Estado intervencionista, por sua maior ingerência estatal sobre a economia e investimento sólido em políticas de seguridade social.

A lógica do “governa-se demais”, pressuposto básico do neoliberalismo, têm produzido um estado de insegurança generalizado, uma vez que o desmonte do Estado de Bem-Estar Social tem fragilizado as políticas de seguridade social (como a previdência, saúde e educação) e cujos efeitos são a generalização de processos de desfiliação social (CASTEL, 1998).

Em termos das políticas econômicas internacionais, a produção de um conjunto de programas econômicos de caráter neoliberal está associada com a tentativa de contornar a crise econômica de proporções mundiais¹⁴, que atravessou a década de 1970, marcada pela alta taxa de inflação e pelo baixo crescimento econômico. Estes programas serviram de modelo norteador da política econômica mundial, ainda que a aplicação destas medidas tenha sido diferenciada tanto nos países centrais como nos periféricos. A perspectiva em que se assenta este modelo traz em seu bojo a ideia de que o Estado caracteriza-se pela ineficiência e pela falta de agilidade na direção dos processos de natureza econômica, daí a necessidade de restringir a sua ação.

Organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), fundados no período posterior a Segunda Guerra Mundial, contribuíram com a condução do processo de mundialização do capital. O risco da moratória da dívida externa, ainda nos anos 80, levou a estes organismos a uma contra-ofensiva para regulamentação dos países devedores. Desta forma, estes organismos lançaram sob a forma de “pacotes”, um conjunto de prescrições neoliberais para ajustes econômicos, como condicionantes de novos empréstimos (MELO, 2005). O Consenso de Washington constitui-

¹⁴ Esta crise foi gerada por diversos fatores, entre estes a crise no sistema produtivo desencadeada pela “mudança no paradigma tecnológico”, que foi chamada de “Terceira Revolução Industrial” e a redução da autonomia dos Estados Nacionais, vinculada ao “intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira” (SOARES, 2009, p.12).

se como um destes pacotes de ajuste, propostos pelo BM e o FMI, dirigidos aos países latino-americanos.

Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a adotar o modelo neoliberal em sua administração política, na década de 70, em plena Ditadura Militar. O ajuste neoliberal nos outros países latino-americanos ocorreu gradualmente, nas décadas de 80 e 90. Os contornos das políticas neoliberais nestes países dependeram de suas características estruturais prévias, alguns destes elementos foram apresentados por Soares (2007 p.32-33): da estrutura do Estado (se este era federativo, democrático ou autoritário); da estrutura da economia (se mais industrializada ou exportadora de matérias-primas); da consolidação das políticas públicas (se é de âmbito nacional, seu grau de universalidade do acesso, seu padrão de financiamento, e cobertura) e; da extensão das condições de desigualdade social.

Neste cenário, Soares (2009, p. 35) considera que a experiência neoliberal do Brasil pode ser considerada tardia, pois este foi um dos países a apresentar maior resistência, na década de 80, “[...] às políticas de desregulamentação financeira e abertura comercial irrestrita”. Contudo, a partir da década de 90, a autora analisa que houve um intenso avanço deste modelo na gestão política-financeira do país, que foi de encontro à tentativa tardia de construção de um Estado de Bem-Estar Social. Se o Governo Collor abriu o país para uma profunda mudança na política econômica brasileira, foram com a inauguração do Plano Real e com a gestão de Fernando Henrique Cardoso que as diretrizes neoliberais se tornaram mais marcantes sobre as políticas tanto econômicas quanto sociais.

Uma das consequências mais graves deste processo tem sido a privatização das empresas estatais e a transferências da gestão e execução de diversos setores públicos a fundações e entidades privadas, sob a forma de uma Reforma do Estado, vulnerabilizando os avanços no campo da proteção social. A lógica privatista tem adentrado, sobretudo, as áreas da Saúde e da Educação Públicas (SOARES, 2007).

Sejam nos países centrais ou sejam nos países periféricos, a adoção de medidas neoliberais tem características comuns, se no campo econômico este modelo implicou no aprofundamento da internacionalização da economia e da liberalização do mercado, no campo das políticas sociais os impactos não foram menores, Soares (2009, p.13) sintetiza estes:

[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida a este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo.

Este novo modelo de gestão das políticas sociais baseia-se numa nova forma de conceituar a “pobreza”, que, nitidamente, individualiza suas causas, à medida que esta é associada à falta de competências dos indivíduos em acessar as “oportunidades” supostamente oferecidas a todos pelo sistema político e econômico.

Ugá (2004) analisa de maneira detalhada a teoria social de pobreza que fundamenta as ações do Banco Mundial. A autora afirma que este organismo tem preconizado, por meio de seus relatórios, uma ordem social em que os Estados tenham uma atuação secundária no desenvolvimento econômico, configurando-se apenas como um facilitador dos mercados. Contudo, o BM recomenda também que os Estados atuem nos mercados de serviço, em que o setor privado não tem interesse em participar, ou seja, “[...] em prestação de serviços sociais aqueles que não podem pagar por eles (p.58)”.

Desde 1990, o BM tem incentivado ações de “combate a pobreza”, entendendo a mesma como “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, citado por UGÁ, 2004, p. 58). O padrão de vida mínima referido pelo banco deve ser definido a partir de um cálculo de renda, diferenciada para cada país (logo, o padrão de vida mínimo de um país europeu é diferente de um país africano). E o indivíduo incapaz é aquele que, simplesmente, não se mostra competitivo no mercado econômico ou que não é capaz de prover sua própria renda.

Investir em “capital humano” é a chave para redução da pobreza, na ótica do Banco Mundial, este defende que o investimento em educação pode resultar em indivíduos mais competitivos, logo, com mais chances de empregabilidade. Recomenda-se aos “países em desenvolvimento” que executam programas compensatórios e com o foco no aumento de “capital humano”¹⁵, destinados aos sujeitos que não detêm este tipo de capital. Desta forma, fortalece o compromisso do Estado, apenas, com os mais pobres e de maneira pontual (UGÁ, 1990).

Os programas de transferência de renda, carro-chefe das políticas sociais nas últimas gestões presidenciais, é um exemplo de política compensatória, realizada com o objetivo de retirar parcela da população da condição de pobreza absoluta para uma condição de pobreza relativa.

¹⁵ A teoria do Capital Humano constitui-se no elo entre educação e desenvolvimento econômico. Sob o prisma do Capital Humano, a educação “se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimento e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho” (GENTILI, 1998, p.).

Este modelo de política compensatória tem sido desenvolvido também para o segmento juvenil. Como políticas compensatórias, estas não são destinadas a todos os jovens, mas aqueles que merecem “mais atenção”, por seu suposto comportamento de risco e vulnerabilidade, são estes os principais focos dos mecanismos de capturas governamentais (FREITAS, 2009).

De acordo com De Freitas (2009) o desenvolvimento de políticas para a juventude está vinculado tanto a objetivação da juventude como uma categoria distinta no “ciclo de vida”, quanto a um movimento que colaborou “[...] para veicular uma imagem da juventude diretamente ligada aos problemas da violência, das drogas, da gravidez indesejada, do vandalismo e da morbidade” (p.2).

Recentemente, o Estado brasileiro passou a desenvolver ações específicas para este público por meio da Secretaria Nacional da Juventude. A Secretaria, juntamente, com o Conselho Nacional da Juventude foi instituída, em 2005, para articular a construção de uma Política Nacional da Juventude. Para consolidar de maneira descentralizada e democrática esta política, além da instalação dos conselhos de juventude, também foram realizadas duas Conferências Nacionais, a primeira em 2008 e a segunda em 2011. Estas conferências previam também a criação de uma “agenda juvenil”¹⁶.

O Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (PROJOVEM) é a principal ação do governo federal para este segmento. Instituído em 2005 e executado desde 2008, o programa oferece elevação de escolaridade, capacitação profissional e inclusão digital, em quatro frentes: PROJOVEM Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador, para jovens de 15 a 29 anos.

Em debate na câmara dos deputados e senadores encontram-se alguns projetos para construção de um marco legal, com vistas à transformação destas políticas em políticas de Estado, como o projeto de emenda constitucional (PEC 042/2008), que propõe a inclusão do termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo de direitos e garantias institucionais. O Plano Nacional de Juventude, constituído por um conjunto de metas referentes à política juvenil que os governos federal, estadual e municipal deverão cumprir, aguarda em pauta de votação no Senado e o Estatuto da Juventude, encontra-se em discussão na Comissão Especial da Câmara.

¹⁶ Estas informações estão disponíveis no site da Secretaria Nacional da Juventude: www.secretarianacionaldejuventude.org.br.

Tal como a atuação dos Organismos Internacionais, como o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), contribuiu para a internacionalização dos direitos da infância e se constituiu como força política importante para adesão do Brasil a Doutrina de Proteção Integral, responsabilizando o Estado pela atenção integral, promoção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, que passaram a ser segmentos prioritários da ação política, após a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (de 1990), a criação de uma agência mundial da juventude, pautada pelas Agências Multilaterais, tem se constituído como vetor político importante para elaboração de políticas específicas pelos Estados Nacionais.

Durante a Conferência Mundial da Juventude, realizado em Agosto de 2010, na cidade de Léon no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Ano Internacional da Juventude e Entendimento Mútuo (do período de 12 de Agosto de 2010 a 12 de Agosto de 2011). A subordinação do Ano da Juventude a temática do diálogo e entendimento mútuo visou, de acordo com a própria Agência: “promover os ideais de paz, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre gerações, culturas, religiões e civilizações” (2010 a, p. 2). Este Organismo correlaciona à diminuição do que definem como conflitualidade com ações de gestão da cultura, por isso por meio de parcerias de cooperação técnica com os países, como o Brasil, incentiva a realização de uma série de ações voltadas para crianças e jovens sob este prisma (LEMOS, 2010). Por serem considerados como fases iniciais do desenvolvimento, em uma lógica evolucionista, a infância e a juventude são alvos das ações prioritárias de Organismos, como a UNESCO e o UNICEF, vinculados a ONU.

É interessante notarmos a tônica econômica dada pelas Nações Unidas para as ações voltadas à juventude. Por meio do Programa das Nações Unidas para a Juventude, a ONU tem conclamado os países em desenvolvimento, onde vivem 87% dos jovens no mundo, a investir em programas e políticas para este público, afirmando serem estas medidas essenciais ao desenvolvimento econômico destes países:

A acumulação de capital humano e social deve começar em idade jovem, já que o cérebro se desenvolve rapidamente durante a infância e adolescência. Além disso, habilidades cognitivas e não-cognitivas precoces e recursos de saúde conduzem para uma maior eficácia dos investimentos posteriores. Como resultado, a construção de uma base forte e o investimento em programas adaptados a crianças e jovens avançam o desenvolvimento sócio-econômico (2010 b, s.p.).

Este organismo atrela a falta de investimento neste público a uma série de riscos sociais, os quais os países devem evitar, uma vez que desembocarão em custos econômicos:

Não investir nas crianças e nos jovens provoca custos econômicos, sociais e políticos substanciais decorrentes dos resultados negativos, como abandono escolar, entrada no mercado de trabalho precário, comportamentos sexuais de risco, abuso de drogas, crime e violência. Em muitos países, o prejuízo geral para a sociedade totaliza uma alta porcentagem do produto interno bruto por ano.

Algumas estimativas mostram que comportamentos de risco evitáveis provocam prejuízos para a sociedade que chegam a bilhões de dólares. Por exemplo, na América Latina e no Caribe, uma série de comportamentos negativos dos jovens reduz o crescimento econômico em até 2% anualmente. Estes números não refletem os custos não mensuráveis, tais como a aflição psicológica, saúde precária, menos participação cívica ou os efeitos inter-geracionais (2010 b, grifos do autor, s.p.)

Grande parte das ações das agências ligadas a ONU conta com o incentivo de organismos financeiros como o Banco Mundial, que como já frisamos é um órgão que tem ajudado a capilarizar a racionalidade neoliberal no mundo. A co-responsabilidade da sociedade na gerência e execução das políticas sociais é também incentivada pelas Nações Unidas, sob a produção do que se tem chamado de “responsabilidade social” (LEMOS, 2010). Desta forma, a redução da participação do Estado na condução das políticas sociais tem transferido cada vez mais a responsabilidade para organizações privadas e do terceiro setor.

De acordo Abramo (1997), anterior ao próprio enfoque governamental sobre os jovens, encontram-se inúmeros projetos executados por organizações sociais que têm este segmento como público prioritário. Projetos, cuja tônica é a proteção dos adolescentes em situação de “desvantagem social”, oriundos das “comunidades pobres”, e que desenvolvem ações, ao menos, em duas direções: ações de promoção da integração social (com o desenvolvimento de projetos como os de educação não-formal e de profissionalização), que trazem em seu escopo a ideia de “[...] contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu ‘afastamento das ruas’ ou pela ocupação de ‘suas mãos ociosas’” (ABRAMO, 1997, p. 26).

A outra modalidade de ação propõe a “formação integral dos jovens” via formação para cidadania. Esta se incube de tratar dos problemas sociais que atravessam a vida dos jovens, todavia, acabam por tomar os próprios jovens “[...] como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e integrá-los à ordem social” (ABRAMO, 1997, p. 26).

Entendemos que estes projetos, programas e políticas para juventude, que tem enfatizado as questões da profissionalização e da educação, mostram-se como políticas compensatórias de um Estado Mínimo, com vistas ao investimento em capital humano futuro. De acordo com Cordeiro e Costa (2009), colocando-se, muitas vezes, como “redentoras”, estas políticas tem forjado um “modo-jovem-trabalhador”, pouco questionador sobre as

condições de trabalho precário, terceirizado e temporário, condizentes a flexibilização proposta pelas prescrições neoliberais.

A teoria do Capital Humano é a produção de uma governamentalidade, que reenforma à sociedade segundo modelo da empresa, generalizando as relações de mercado como princípio de inteligibilidade para todas as formas de relações sociais. Sob o conceito de capital humano voltam-se as diversas iniciativas neoliberais, que forjam subjetividades dos jovens como “empresários de si” (FOUCAULT, 2008b). Assim, os jovens são convidados a investir em si mesmo para obter o conjunto de competências, requeridos para participar de maneira competitiva nos espaços econômicos e sociais. Desta forma, o dispositivo gestão-inserção/escola/trabalho dispara práticas, que culpabilizam os jovens por seus sucessos ou fracassos no mercado de trabalho, sustentadas pela racionalidade que o destino dos jovens depende, unicamente, de suas habilidades e competências (CORDEIRO e COSTA, 2009).

Concordamos, ainda, com os diversos autores (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003; LEMOS, 2010; CORDEIRO e COSTA, 2009; DE FREITAS, 2009) que tem afirmado as diversas ações para a infância e juventude como atualizações das estratégias de biopoder. Em nome da proteção, defesa e garantias dos direitos dos jovens classificados como “em situação de risco”, governa-se a juventude por meio de práticas de racismo, que identificam a juventude moradora das periferias urbanas como potencialmente perigosa e buscam a integração deste segmento por meio da prescrição de modos de agir, pensar e sentir com base em modelos normativos.

Outros jovens, contudo, não enquadrados nas estratégias de inclusão precária ao mercado, insubmissos ao modelo de sub-consumidor, acabam sendo engolidos pelas redes criminais, especialmente, as vinculadas ao narcotráfico e tornando-se os alvos preferenciais das políticas penais, as quais nas últimas décadas, têm se intensificado.

4.2. GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA

Seguindo as pistas teóricas de Foucault, Deleuze (2002) afirma que, desde a segunda metade do século XX, com o período pós Segunda Guerra Mundial e mais adiante com a derrocada do socialismo soviético, marcado pela queda do Muro de Berlim, os mecanismos disciplinares entram em crise. O confinamento está sendo trocado por um jogo de controle e comunicação contínuos, permanentes e inacabados. Desde modo, os dispositivos de poder, imanentes as novas configurações do Capitalismo, produzem um controle em meio aberto.

Nas “sociedades de controle” ou “sociedade dos dispositivos de segurança”, as formas de controle mais maleáveis e flexíveis concorrem com o sistema duro das disciplinas. Afirmar Deleuze (2002, p. 221): “os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”.

Se a prisão é o modelo por excelência das sociedades disciplinares, é interessante notarmos as mudanças concernentes às práticas penais na contemporaneidade. “No *regime das prisões*: a busca de penas “substitutivas”, ao menos para a pequena delinquência, e a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a ficar em casa em certas horas” são sinais das mudanças dispersas e progressivas dos dispositivos de poder (Deleuze, 2002, p. 225). Foucault (2009) elucida que as tecnologias de segurança voltadas à penalidade, nem eliminaram as técnicas jurídico-penais, que definem em forma de lei (código penal) as ações proibidas e as punições a estas, nem as tecnologias disciplinares, em que a lei é disposta em termos de mecanismos de vigilância e correção. Na contemporaneidade, estas tecnologias formam um sistema de correlações com os dispositivos de segurança, que problematizam a criminalidade em termos de custos econômicos e de probabilidades. Com exemplo da lei penal, Foucault evidencia esta lógica:

Mas, desta vez, a aplicação dessa lei penal, a organização da prevenção, da punição corretiva, tudo isso vai ser comandado por uma série de questões que vão ser perguntas do seguinte gênero, por exemplo: qual é a taxa média da criminalidade desse [tipo]? Como se pode prever estatisticamente que haverá esta ou aquela quantidade de roubos num dado momento, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determina camada social, etc.? Em segundo lugar, há momentos, regiões sistemas penais tais que essa taxa média vai aumentar ou diminuir? As crises, a fome, as guerras, as punições rigorosas ou, ao contrário, as punições brandas vão modificar essas proporções? Outras perguntas mais: essa criminalidade, ou seja, o roubo portanto, ou, dentro do roubo, este ou aquele tipo de roubo, quanto custa à sociedade, que prejuízos produz, que perdas, etc.? Mais outras perguntas: a repressão a esses roubos custa quanto? É mais oneroso ter uma repressão severa e rigorosa, uma repressão fraca, uma repressão de tipo exemplar e descontínua ou, ao contrário, uma repressão contínua? Qual é o custo comparado do roubo e da sua repressão? O que é melhor, relaxar um pouco com o roubo ou relaxar um pouco com a repressão? Mais outras perguntas: se o culpado é encontrado, vale a pena puni-lo? Quanto custaria puni-lo? O que se deveria fazer para puni-lo e, punindo-o, reeducá-lo? Ele é efetivamente reeducável? Ele representa, independentemente ao ato que cometeu, um perigo permanente, de sorte que, reeducado ou não, reincidiria, etc. ? De maneira geral, a questão que se colocará será a de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser, digamos, ótima para um funcionamento social dado. (FOUCAULT, 2009d, p. 7, - 8)

Os dispositivos de segurança tentam traçar sobre este fenômeno que é a criminalidade um espectro de probabilidades, definindo uma média considerada ótima e estabelecendo o limite do aceitável. Na análise da criminalidade pelo neoliberalismo americano, Foucault (2008b) afirma que nesta racionalidade, o crime também é submetido a uma grade de inteligibilidade econômica. A despeito de toda uma noção moral do crime, desenvolvida como vimos desde o século XIX, os neoliberais passam a definir o crime como “toda ação que faz um indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena” (p. 344). Opera-se, assim, a supressão de uma antropologia do crime, pois não se recorre mais a ideia de uma personalidade criminosa. Qualquer pessoa, a partir desta definição, pode incorrer em um ato passível de punição.

Em consequência disto, a punição também será entendida de uma forma diferenciada, definida como “o meio utilizado para limitar as externalidades negativas de certos atos” (FOUCAULT, 2008b, P. 346). Trata-se, agora, “de punir de maneira tal que os efeitos nocivos da ação pudessem ser ou anulados ou prevenidos” (p. 347). Esta ideia baseia-se em premissas e tecnologias ambientais, que sustentam que todos os indivíduos respondem em certa medida a uma ação ambiental de ganhos e perdas, como é o caso da ação penal. Assim, o crime deve parecer como desvantajoso em relação ao ato criminoso.

O cálculo do risco é a nova racionalidade produzida pelos Dispositivos de Segurança, sendo assim, “trata-se agora de dispor novas formas de prevenção que envolvam a minimização dos riscos” (DE SOUZA, 2006, p. 250), o crime, como outras atividades, é objetivado como um risco.

O esforço para a definição da sanção penal se desloca para a minimização do risco de delinquir, em uma lógica da prevenção. Com isto, a tendência desta organização da vida em torno do risco aponta para o crescimento das formas de controle em meio aberto, sinalizados por Foucault e por Deleuze, contudo, em um aparente paradoxo, ganha força mundial uma política de recrudescimento penal, que coloca a prisão, mais uma vez, no centro da gestão da pobreza. O paradoxo é aparente, uma vez que Foucault não afirmou a decadência do direito frente ao desenvolvimento do biopoder. Como nunca na história observamos uma verdadeira “proliferação legislativa” (DE SOUZA, 2006). Como indica outros autores (WACQUANT, 2001, 2003 e BAUMAN, 2005) a fragilização do sistema de seguridade social, provocada pelo desmonte do Estado de Bem-Estar Social, tem sido acompanhada pelo incremento do aparato do Sistema de Segurança Criminal.

Castel (1998), em *Metamorfoses da Questão Social*, analisa os efeitos de desfiliação social provocados pela fragilização do emprego provocado pelas novas configurações do

Estado. Esta vulnerabilização tem produzido a acomodação na precariedade dos antigos trabalhadores estáveis que agora apresentam uma maior dificuldade de retorno aos postos de trabalho, bem como, produzido “sobrantes” do sistema social ou “inúteis ao mundo”, isto é, aqueles indivíduos que se tornam “inempregáveis” (para utilizar o neologismo criado por Castel).

De acordo com Bauman (2005), estes indivíduos, descritos por Castel, formam uma população de supérfluos, que irão compor as novas classes perigosas. O antigo Estado social que prometia proteger seus cidadãos da redundância tem se desfeito e dado lugar a uma sociedade de livre flutuação global, em que a promessa do pleno emprego se desfez. O que se vê, assim, é a produção de uma “população excedente”, a qual se conforma como dejetos não programado do progresso econômico. Esta população nem pode ser consumidora e nem serve como mão-de-obra barata para os empreendimentos econômicos. Sobre esta população de “redundante”, o autor explica:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade.

[...]

“Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com *refugio*. O destino dos *desempregados*, do “exército de reserva de mão de obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo (p. 20).

O processo de pauperização da população nos países periféricos, desencadeado pelas reformas neoliberais, tem colaborado para a migração massiva em direção aos países situados no norte do globo. Outro fator que tem contribuído para um fluxo migratório intenso é a execução de uma série de massacres de “limpeza étnica”, especialmente, no Centro-Sul da Ásia e na África Ocidental e Central, promovidos por pequenos grupos não-estatais, que se valem ainda de todo um suprimento de armas, herdados da Guerra Fria. A migração massiva tem ativado velhos nacionalismos. Atitudes hostis têm sido cometidas contra aqueles que são percebidos como ameaças à identidade cultural e coletiva das nações. (HOBBSAWM, 2007). Assim, na Europa, esta população migrante ajuda a compor o conjunto de “redundantes”, alvo das políticas racistas.

Analisando os acontecimentos políticos ocorridos em 2005, na periferia de Paris, em que as tensões entre jovens migrantes e a sociedade francesa acentuaram-se, culminando em uma série de eventos de violência, Castel (2008) cunhou o conceito de discriminação negativa para analisar o tratamento francês dado aos imigrantes oriundos, sobretudo, de países

africanos. Argumenta que: “ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma” (p.14).

A prática de discriminação negativa evidencia a gestão diferencial destes segmentos étnicos, mas propensos às ações de controle policial e judiciário e os colocam em uma situação de não-cidadãos franceses. Castel (2008) relaciona este tratamento diferenciado ao crescente sentimento de insegurança, o qual estaria apoiado em dois fatores: da insegurança social (precarização das condições de vida) e da insegurança civil (o aumento da violação da integridade aos bens privados e a vida). Ele ainda estabelece uma “homologia de posições” entre os jovens da periferia parisiense e os proletários e vagabundos do século XIX. Ambos foram e são estigmatizados como classes perigosas, em uma nítida transferência de responsabilidade pelas mazelas sociais, aí reside a utilidade política deste estigma.

A demanda por controle social, de acordo com Bauman (2005, p.113), tem sido “[...] constituída sobre os pilares da vulnerabilidade e da segurança *pessoais*, e não da precariedade e proteção sociais”. Na lógica da segurança pessoal é o tratamento penal um dos destinos comuns dado a este “refugio humano”. Assim a fragilização do sistema de seguridade social, na lógica política do neoliberalismo, tem sido recompensada pelo incremento do aparato do Sistema de Segurança Criminal.

Wacquant (2003) analisa que a despeito do Estado Providencia dos países europeus, os Estados Unidos desenvolveram um Estado Caritativo, que mais do que reduzir as desigualdades econômicas, tem como objetivo o “alívio” da miséria, através de programas sociais, pautados sobre uma concepção moralista da pobreza. Argumenta que desde a década de 70, têm se realizado a transição deste estado Caritativo para um Estado Penal e Policial¹⁷, caracterizado pelo controle punitivo dos segmentos pauperizados. Tem se formado o que o autor descreve como um “Estado Centauro, guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista” (p. 21).

Conforme Wacquant (2003), a política estatal norte-americana de criminalização da miséria avança em duas direções: a primeira, na transformação dos serviços sociais em

¹⁷ Deve-se adiantar que, para a posição teórica assumida nesta pesquisa, há um ponto de discordância com o pensamento de Wacquant. Consideramos que pautar a existência de um Estado Penal significa afirmar um Estado como um universal histórico e político, e não como uma realidade compósita. Ademais, remete a velha dicotomia entre Estado e sociedade civil, a qual aparece como outra abstração, da qual tentamos nos distanciar. Concordamos que não é a sociedade que se tem estatizado, mas o Estado que foi governamentalizado, o que implicou uma maior participação daqueles que são ditos como governados nas decisões estatais. Desta forma, o que está em curso é a constituição não de um Estado Penal, mas de uma sociedade penal, que têm demandado por estas formas de controle social destes sujeitos que tem sido associado a uma classe perigosa.

mecanismos de vigilância e controle dos miseráveis, obrigados a se submeterem a uma série de medidas burocráticas e estigmatizantes e; a segunda, no encarceramento massivo da população carcerária no país, que passou “[...] de menos de 200 mil detentos em 1970 a cerca de 825 mil em 1991”, resultando em um crescimento de 314 %, em duas décadas. Este encarceramento tem sido seletivo, afinal são, sobretudo, negros que têm sido condenados às prisões (p. 28).

O pesquisador vincula este crescimento à política antidroga desenvolvida pelas cidades americanas que, apesar de retirarem das ruas um grande número de jovens, que sobrevivem do varejo das drogas, não diminuiu o comércio e a circulação de entorpecentes. Este aparente paradoxo sugere Wacquant (2003, p.30), indica menos a execução de uma “guerra contra drogas” do que “um novo tratamento da miséria e seus correlatos”, uma nova forma de gestão das classes perigosas.

De acordo com Belli (2004, p. 62), o programa de Tolerância Zero não se caracteriza pela tradicional repressão *ex post facto*, “[...] mas repressão aliada às novas estratégias de organização policial inspiradas em técnicas de gestão empresarial pós-fordista” (BELLI, 2004, p. 62). O autor continua:

Baseada em uma criminologia conservadora como ponto de partida, a tolerância zero se afigura como uma nova forma de gerir o espaço urbano e as relações entre polícia e comunidade. Em vez de repressão pura e simples, a vigilância constante e a escolha de alvos preferenciais. No lugar de burocracias centralizadas, atribuição de responsabilidade aos distritos e aos policiais (BELLI, 2004, p. 62).

O programa de tolerância zero baseia-se na Teoria das Janelas quebradas, divulgada por James Wilson e George Kelling, nos Estados Unidos, a qual argumenta que “uma pequena infração, quando tolerada, pode levar a um clima de anomia que gerará as condições propícias para que crimes mais graves vicejam” (BELLI, 2004, p. 64). Aí se explica a lógica de intolerância a qualquer ato classificado como transgressor, uma vez que o pequeno desvio poderia levar a um estado de desordem.

A política de gestão do crime da prefeitura de Nova York, fundamentada na doutrina de “tolerância zero”, têm sido reaplicado como “modelo exitoso” de contenção dos distúrbios sociais e controle dos espaços da cidade. Estas produções discursivas sobre o crime e a violência, que possui forte apelo na opinião pública, oriundas dos Estados Unidos, têm se globalizado, sendo adotadas também pelos países europeus. No geral, tais práticas discursivas colocam a questão da delinquência juvenil e da violência urbana como causa de um “pânico

moral” generalizado e que, como foi mencionado, têm como consequência o redesenho das políticas estatais. (WACQUANT, 2001).

Em especial, após os atentados de 11 de Setembro, assistimos ao investimento massivo, por parte do Governo Norte-Americano e da União Europeia, em medidas de criminalização, refinamento dos serviços de informação e estabelecimento de banco de dados internacional, restrição de direitos dos imigrantes, sob a justificativa de combate ao terrorismo e que, de acordo com Koerner (2006, p. 234), “[...] tende a confundir ações militares e policiais, medidas repressivas e preventivas, e a lógica da punição judicial com a administração da dissuasão”.

É importante ressaltar que a política securitária cresce não somente como prática estatal, mas como prática social generalizada. A intensificação de dispositivos de controle é também efeito dos investimentos na indústria de segurança privada, que movimento um mercado milionário. Ademais, a desresponsabilização social por parte do Estado e o incentivo a participação social nas tomadas de decisão e na gestão do cálculo de riscos, convoca cada cidadão a ser um observador das condutas desviantes dos outros e de suas próprias formas de vida (KOERNER, 2006).

A conjugação entre a fragilidade dos sistemas de seguridade social, em detrimento do sistema penal, e o clima de terror difundido pela mídia, como “sensação de insegurança” tem pautado toda sorte de práticas racistas sobre os grupos considerados potencialmente perigosos, sob a justificativa de defesa da segurança e da ordem. Arendt (2001), ao escrever sobre a violência, já advertia que quanto mais se proliferam os discursos sobre insegurança e de terror, mais possível se torna a constituição do totalitarismo. Quando não encarcerados, grupos inteiros são alvos de extermínio. Nunca se matou tanto na história mundial como no século passado:

O século XX foi o mais mortífero de toda a história documentada. O número total das mortes causadas pelas guerras do século ou associadas a elas foi estimado em 187 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 10% da população mundial em 1913. Se consideramos 1914 como seu início real, foi um século de guerras praticamente ininterruptas, com poucos e breves períodos em que não houve conflitos armados organizados em algum lugar. Ele foi dominado por guerras mundiais: ou seja, guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estado (HOBSBAWM, 2007, p. 21).

Desde a década de 60, houve um deslocamento neste cenário de genocídios: as guerras internacionais foram refreadas, em contrapartida, cresceu os conflitos no interior dos territórios nacionais. Os conflitos no Oriente Médio, no Leste Europeu, na América Latina, no

continente africano e, ainda, na Espanha e Irlanda, são exemplos deste recuo da guerra aos limites territoriais. De acordo com Hobsbawm (2007) supõe-se que entre 80 e 90 % das vítimas destes conflitos, nos últimos anos, pertença a população civil. O autor observa que, ainda que os avanços do aparato militar possibilitem a distinção nítida entre objetivos militares e civis, combatentes e não combatentes, sem dúvida, são os civis que majoritariamente têm sido atingidos nas guerras.

Paralelamente, a estes conflitos declarados, há produção cotidiana de outros genocídios silenciosos, ou seria melhor dizer, silenciados, já que não tem ganhado a visibilidade das “baixas” civis das guerras. É neste quadro contemporâneo de guerras civis e a partir do conceito de práticas de racismo do biopoder que propomos entender o atual genocídio da população jovem, pobre e negra no Brasil. É para que uma parcela da população viva, que outra deve morrer, por se tratar de uma “vida nua”, como se refere Agamben (2010).

A temática da exposição da vida a uma violência banal na contemporaneidade tem feito parte das inflexões deste filósofo italiano, o qual tem proposto a análise do homem matável a partir do estudo do direito romano arcaico e da teoria sobre o estado de exceção soberana. No livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, logo, na introdução Agamben (2010, p. 9) retoma uma distinção presente na filosofia antiga, afirma o autor:

[os gregos] serviam-se de dois termos semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou a maneira de viver própria do indivíduo ou do grupo.

Um dos traços da modernidade é, justamente, a entrada da *zoé*, isto é, da vida natural na política, acontecimento que, de acordo com Agamben, já havia sido abordado por Foucault, por meio do conceito de biopolítica. Todavia, ainda segundo Agamben, Foucault teria deixado de analisar a relação entre a biopolítica e o campo jurídico-institucional. A investigação sobre a intersecção entre estes dois modelos de poder constitui-se como objetivo do filósofo nesta obra, o qual propõe que esta articulação reconduz á temática da soberania, uma vez que a “[...] implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto - do poder soberano” (p. 14).

Em sua análise sobre a Soberania, Agamben (2010) recorre à figura jurídica do direito romano arcaico, a do *homo sacer*, que é situado entre o sagrado e o profano, entre a pureza e a impureza. De maneira sintética, o *homo sacer* era aquele, que foi julgado por um delito e cuja morte não tem valor de um sacrifício, no âmbito religioso. Esta *vida insacrificável* é, ainda,

definida como *matável*, o que significa que aquele que mata o *homo sacer* não é considerado um homicida. O homem sacro vive sob a ambiguidade de uma vida vetada ao sacrifício e da impunidade de sua morte, sua execução corresponde a uma mera matabilidade. Vive sob a exclusão tanto do domínio da lei divina, quanto da jurisdição humana.

“Se hoje não existe mais uma figura predeterminável do homem sacro, é, talvez, porque somos todos virtualmente *homines sacri*”, diz Agamben (2010, p. 113). A generalização de “vidas matáveis” ocorre em função da forma em que se tem constituído o poder soberano. Para o filósofo, há um paradoxo na Soberania definido por seu poder de estabelecer o estado de exceção. O autor observa que é válido no ordenamento jurídico na maioria dos países ocidentais, que o Soberano suspenda este próprio ordenamento, constituindo-se, assim, este estado de exceção. Ao fazer isto, o soberano passa a não se submeter a este ordenamento, apenas determina-o. Diante disto, o autor considera que na estrutura política atual a exceção, no final, tende a se firmar como regra. É sobre este núcleo originário da Soberania que incide a hipótese de Agamben:

Nós já encontramos uma esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de estado de exceção. Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e assim implica nele a vida nua. Devemos perguntar-nos, então, se as estruturas da soberania e da *sacratio* não sejam de algum modo conexas e possam, nesta conexão. Iluminar-se reciprocamente. Podemos aliás, adiantar a propósito uma primeira hipótese: restituído ao seu lugar próprio, além tanto do direito penal quanto do sacrifício, o *homo sacer* apresentaria a figura originária da vida presa no *bando* soberano e conservaria a memória da exclusão originária da qual se constituiu a dimensão política. O espaço político da soberania ter-se-ia constituído, portanto, através de uma dupla exceção, como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. *Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera* (grifos do autor, 2010, p. 84-85).

Agamben opta em analisar o poder sobre o registro da lei e da soberania, caminho oposto de Foucault, cuja analítica de poder descreve a normalização como característica essencial dos poderes emergentes na modernidade (disciplina e biopolítica), e é sob este aspecto que discordamos do filósofo italiano. Entendemos com Foucault, que o extermínio ou o direito de matar, assim como a gestão da vida, é também efeito de um biopoder. Concordamos, no entanto, com as inflexões de Agamben, sob a amplificação de um estado de exceção, que cada vez mais, põe a vida de alguns (a vida nua) fora da proteção legal do que se constituiu como Direito Constitucional ou simbolicamente como Direitos Humanos.

A vida nua é incluída na ordem jurídica pela exclusão, isto é, pela possibilidade de qualquer um poder exterminá-la. Para Agamben, os campos de concentração e de extermínio, como os que foram organizados pelo Nazismo e pelo Fascismo, são campos puros do estado de exceção e são também paradigmáticos das formas de organização do poder na contemporaneidade.

Se como afirma Bauman (2005, p.115), em nossa vida contemporânea, a confiança tem sido substituída pela “suspeita universal”, uma vez que todas as relações sociais são temidas como emboscadas, isto nos leva a crer que como suspeita Agamben (2010) estamos mais próximos do totalitarismo do que imaginávamos, afinal como observa Arendt (2001), no totalitarismo ninguém é amigo de ninguém.

O terror, forma de governo que permanece no controle total após destruir o poder pela violência, tem sustentação na atomização social (ARENDR, 2001). Em conformidade com esta análise, Sennet (1988) afirma que atomização social é efeito da tirania do intimismo. O autor pondera que a redução contínua da esfera pública em detrimento da esfera privada, uma das características essenciais do Capitalismo Neoliberal, redundando no abandono da crença na solidariedade pela lógica da fraternidade:

Forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornam-se criaturas a serem evitadas; os traços de personalidade compartilhados pela comunidade tornam-se cada vez mais exclusivos. (...). A fraternidade se tornou empatia de um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local. Esta rejeição cria exigências por autonomia em relação ao mundo exterior, por ser deixado em paz por ele, mais do que exigências para que o próprio mundo se transforme. No entanto, quanto mais intimidade, menor é a sociabilidade. Pois este processo de fraternidade por exclusão dos “intrusos” nunca acaba, uma vez que a imagem coletiva desse “nós mesmos” nunca se solidifica. A fragmentação, a divisão interna, é a própria lógica dessa fraternidade, uma vez que as unidades de pessoas que realmente pertencem a ela vão se tornando cada vez menores. É uma versão da fraternidade que leva ao fratricídio (SENNET, 1988, p. 325).

A promessa de integração mundial e solidariedade universal da globalização econômica e cultural mostra-se muito restrita a fraternidade dos comuns. Aos incomuns resta a acomodação e a resignação na precariedade, sob o risco de pagar com a própria vida, aqueles que desafiam a ordem “natural” do mercado. É em meio a esta produção de microfascismos cotidianos, que vão constituindo as relações sociais, que os segmentos pauperizados da juventude brasileira têm lutado por sua existência. Imprimindo modos de vida, ora desviantes, ora capturados nas ondulações do capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO 5

CARTOGRAFIAS DO CADERNO POLÍCIA: A VIDA DOS JOVENS (POBRES) SOBRE O REGISTRO DA INFÂMIA

Vidas que são como se não tivesse existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos (FOUCAULT, 2003, p. 210).

Ainda que os documentos pesquisados refiram-se a violência letal cometida contra jovens, as práticas midiáticas analisadas continuam a abordar os mesmos como os infames ou como aqueles que não souberam operar o cálculo de risco, requeridos nas sociedades de segurança. Neste capítulo, damos visibilidade a esta rede de enunciados e práticas não-discursivas que compõe o caderno Polícia do Diário do Pará e que projetam o lugar da juventude, especialmente a pobre e não-escolarizada, aos territórios da violência e da criminalidade.

Ao debruçarmos sobre estes documentos, nosso primeiro estranhamento ocorreu ao depararmos com certa homogeneidade na produção destes: textos curtos e repetitivos, que subsumiam a singularidade de cada acontecimento. A análise da dispersão e acontecimentalização dos documentos nos permitiu visualizar a heterogeneidade das práticas disparadas por estes, as quais decompomos em séries discursivas. Cartografamos, assim, o estado de forças em que o objeto homicídio contra jovens emerge, sabendo que as práticas do Diário do Pará são vizinhas (ímanentes) a tantas outras.

Adiantamo-nos a dizer que ao abordar o homicídio contra jovens e não jovens, o Diário do Pará tende alardear sobre o crescimento da violência no estado. Em diversas matérias-acontecimento, o Polícia chama atenção para o número de pessoas executadas em um curto espaço de tempo, como o fim- de – semana: “10 assassinatos em 72 horas”; “Fim de semana sangrento tem 6 execuções”, “Violência na RMB: 4 executados em menos de 12 horas” (conferir em anexo II, imagens 3 e 4). O clima de terror criado pela constante divulgação estatística sobre o crescimento do número de homicídios e outros crimes contrapõe-se, de certa forma, com o teor das notícias. Ao relatar quem tem majoritariamente morrido, ameniza-se o terror, pois a morte é denunciada como presumível, em virtude da “vida desregrada” da vítima. Em muitas ocasiões, quem é noticiado como vítima de homicídio, já havia ganhado visibilidade nas páginas deste caderno, ao ser detido por algum

ato considerado ilícito. Nestes casos, o desfecho trágico da vítima não choca. Vejamos como estes e outros elementos discursivos e não-discursivos constituem as matérias analisadas.

5.1. A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS DIVISORAS: O JOVEM VIRTUOSO E O JOVEM VICIOSO

Nas páginas policiais do Diário do Pará, a morte aparece como acontecimento, ao mesmo tempo, impactante, em virtude dos recursos sensacionalistas utilizados na construção da notícia, e previsível por ser resultado de uma trajetória juvenil que insistiu em desviar do modelo do bom cidadão (dócil e produtivo), ao enveredar pelos caminhos da criminalidade e dos vícios.

Não à toa, a categoria trabalho é um demarcador destacado pelo jornal, que opera práticas divisoras. Ao mencionar a etiqueta-trabalho para identificar os participantes da trama da notícia, o Diário do Pará classifica e hierarquiza os jovens a partir do modelo normalizado do “cidadão de bem”. Ou se é qualificado entre os “pobres, mas honestos” - o batedor de açai, o estudante, o auxiliar de pedreiro ou se ganha o estigma dos infames: o desempregado, o viciado, o bandido, o assaltante.

Esta divisão binária produzida pelo Diário do Pará, entre os jovens “virtuosos” e os jovens “viciosos”, atualiza a cisão entre os trabalhadores operada pelas práticas penais, empreendidas desde o século XVIII. As práticas penais fabricam os criminosos, adverte Foucault (2007) em sua análise sobre o aparente fracasso da prisão como instituição ressocializadora dos indivíduos, mais do que excluir os desviantes, a prisão ou produz delinquentes novos ou os encerra mais nas redes da criminalidade. Entre as eficácias para economia de poder das práticas punitivas reformadas foi, justamente, a de estabelecer uma divisão conveniente entre o conjunto de trabalhadores, cuja articulação queria-se de qualquer modo evitar. Os múltiplos levantes e frentes de resistência popular que agitaram a Europa, nos séculos XVIII e XIX, eram sinais da força insidiosa das classes populares organizadas.

Com a ascensão econômica e política da burguesia, esta passou a intolerar uma série de ilegalidades, até então toleradas no Antigo Regime. O ilegalismo popular, desenvolvido após o período revolucionário, surgia como um perigo a ser repellido, já que estes ganhavam dimensões políticas perigosas aos novos códigos instalados pelo Novo Regime. Durante a Revolução Francesa, os próprios movimentos políticos, fizeram uso constante das formas existentes de ilegalidade para derrubar a aristocracia (FOUCAULT, 2007).

Em uma luta anti-sediciosa, as pessoas consideradas perigosas e violentas deveriam ser isoladas, para evitar o desencadeamento de resistências. Para isso, era necessário desvincular a delinquência de outras formas de ilegalidade, instalando uma contradição entre a plebe não proletarizada e o proletariado (FOUCAULT, 2009g). A delinquência isolada deveria se dedicar a uma criminalidade “politicamente sem perigo e economicamente sem consequência” (FOUCAULT, 2007, p. 231).

Para eliminar os perigos das sedições, uma série de medidas de moralização das classes populares foi aplicada: são políticas de urbanização, saúde e higiene, bem como de treinamento para o trabalho e educação, difundindo valores como os de honestidade, retidão, poupança e respeito pela propriedade que passou a subjetivar as diversas camadas sociais. No terceiro capítulo desta dissertação, mencionamos como este conjunto de valores passou a distinguir, no Brasil da Primeira República, os pobres honestos dos pobres viciosos. Tal dicotomia não deixou de ser produzida como observamos nos documentos em análise.

Os elementos principais mencionados pelo Caderno Polícia, que caracterizaram o “cidadão de bem” são: o vínculo ao trabalho ou aos estudos, não possuir “passagem pela polícia” e não ser usuário de droga, como indicam os trechos abaixo:

Segundo informações de alguns moradores, a vítima não tinha passagem pela polícia, não era usuária de drogas e não andava em má companhia. “Foi o que os populares informaram. Por isso suspeita-se que ele foi morto por engano”, contou o soldado Fernandes da 18 ° ZPOL (BAÍA, Patrícia. Porteiro pode ter sido morto por engano. Diário do Pará, Caderno Polícia,, 07/01/2011, p. 7)

Segundo Josilene Silva, tia da vítima, o rapaz não era envolvido com o tráfico de drogas e morava em uma passagem há poucos metros do local do crime. “Ele trabalhava. Não usava drogas e todos o conheciam por aqui”, disse Josilene (BAÍA, Patrícia. Ajoelhou e foi executado com 2 facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 30/01/2011, p. 2).

Para Márcia, provavelmente, os executores pegaram a pessoa errada. “Erick não tem passagem pela polícia, trabalhava muito e era muito querido por todos”, ressaltou. No local, familiares e amigos chegavam para reconhecer o corpo de Erick Bruno, e estavam inconformados com o crime (CARACHESTI, Bruno. Na Cremação, tiros, perseguição e duplo homicídio, Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/06/2011, p. 6-7).

O pai apresentou a carteira de trabalho do rapaz, que estava recebendo seguro-desemprego depois que saiu da firma onde trabalhava para as investigações da polícia dando conta que o filho nunca foi preso, não era viciado e não sabia se o mesmo estava ameaçado de morte (JR AVELAR. Jovem pode ter sido morto por engano. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/06/2011, p. 5).

Em “Estudante é morto por engano”, matéria de 11 de março, o Diário do Pará noticia a morte de um jovem, descrito como uma “pessoa de bem”: estudante, que não fazia uso de drogas e estava prestes a engajar-se no exército. De acordo com as pessoas ouvidas pela

equipe de reportagem este teria sido morto por engano, pois o alvo do crime seria outro rapaz, caracterizado como “desordeiro e usuário de drogas”. A comparação entre a vida dos dois jovens parece ser o mote central da notícia, a lamentação não se limita a dor pela morte de um jovem de 18 anos, mas por aqueles que infringiram o homicídio terem errado de pessoa, neste caso a morte estava justificada:

O delegado Ocimar Nascimento, diretor da Seccional Icoaraci, iniciou com sua equipe, na manhã de ontem, as investigações para apurar o assassinato do estudante Helivelton Barros Freitas, 18 anos.

Na madrugada de ontem, ele foi baleado por dois homens que estavam em uma motocicleta e que o atacaram quando conversava com duas garotas, na rua 15 de Agosto, a 4ª rua, em frente à casa nº85. Segundo o delegado, o rapaz foi confundido com Diego Nogueira Ribeiro, desordeiro e usuário de drogas, que horas antes havia se envolvido em uma briga, quando acompanhava um bloco carnavalesco, tendo inclusive sido preso pela Polícia Militar, mas liberado na Seccional de Icoaraci.

Uma das garotas que Helivelton conversava era justamente a irmã de Diego, sendo que ele parecia fisicamente com o acusado, segundo contaram parentes naquela unidade policial. Assim, os motoqueiros que atiraram no estudante erraram de pessoa. Estariam procurando Diego para um provável acerto de contas.

Os próprios pais de Diego concordam com essa versão. Eles foram à seccional levar a garota que conversava com Helivelton, sua filha, para ser ouvida pela polícia. O delegado disse que já teria um suspeito para o crime.

O estudante, na próxima semana, iria se apresentar ao exército, pois fora aprovado para engajamento na corporação. Sua família estava revoltada na manhã de ontem, dizendo que o estudante era pessoa de bem. Não fumava, não bebia nem se envolvia com más amizades (SILVEIRA, A. e RODRIGUES, A. Estudante é morto por engano em Icoaraci. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/03/11, p. 6).

O liberalismo objetivou a pobreza como condição propícia para a violência, por isso criminalizam-se as condutas associadas a ela, como não ter estabilidade no emprego ou não ser membro de uma família classificada como estruturada, como pondera Coimbra e Nascimento (2003):

Em nosso país, desde o início do século XX, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades onde o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e direito à vida. Ao fugir a esses territórios modelares entra-se para a enorme legião dos “perigosos”, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados.

Os pobres honestos devem fazer o esforço de manter sua família unida, os filhos longe das ruas e das más companhias, preservar os bons costumes. O desrespeito aos conselhos da hierarquia familiar e a ausência de costumes religiosos é um sinal negativo para a construção da moralidade. A matéria de Augusto Rodrigues, “Era só ter seguido Jesus”, de 28 de janeiro, ironiza a morte de um jovem não-identificado, a frente de uma Igreja Evangélica.

“Pare de sofrer. Entre e receba a vitória. Só Jesus salva”. A frase está gravada na parede externa de um templo da Assembléia de Deus, localizado no cruzamento das

passagens São Francisco e Julio Menezes, no bairro Paracuri I, distrito de Icoaraci. Nessa esquina, um retrato da violência urbana contrastava com a mensagem de esperança e fé: um homem foi assassinado ali, em via pública, por volta de 2h20 da madrugada de quinta feira (27).

A legenda da imagem fotográfica (em anexo II, imagem 5), que compõem a notícia, resume em tom moralista, o destino daqueles que também não se submetem as formas de disciplinamento, inclusive ao religioso: *“Ao fundo, o recado para quem quer se libertar. No chão, quem se recusou a aceitar a palavra”*.

Um feixe de luz tem sido lançado sobre a vida dos jovens infames, dando visibilidade a história de desvios de toda ordem. As práticas jornalísticas buscam informações minuciosas sobre o que chama de “vida pregressa” da vítima, indicando os delitos cometidos e outras práticas que não são necessariamente ilegais, mas que são consideradas disruptivas da ordem moral, como o uso de drogas ilícitas. Em poucas linhas o Diário do Pará compõe a biografia criminosa dos jovens, história de uma vida breve e infame que depõe contra o mesmo e que faz com que mais que previsível a morte se torne justificada:

No bairro da Pratinha estava sendo acusado de ter assaltado um mototaxista no final da linha dos ônibus Tapanã, na quarta-feira (29). “A vítima era contumaz na prática de roubo e estava sendo acusada de um roubo a um mototaxista. Familiares acreditam que mototaxistas tenham praticado o crime”, disse o delegado Renato Washington, plantonista da Seccional Urbana de Icoaraci, onde o caso foi registrado (RODRIGUES, Augusto. Executado com dois balaços na Pratinha. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01 e 02/01/2011, p. 6).

“De acordo com o delegado Carlos Eduardo Vieira, que está a frente da investigação, Wesley Ferreira de Oliveira estava preso por assalto em Palmas (TO), mas foi beneficiado com o indulto de Natal e do Ano Novo. Ele tem família em Redenção e já havia sido preso antes por assalto à mão armada” (CARRION, Paulo. Festa de Révellon acaba em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.5).

A vítima, Nielson da Silva Costa, conhecido no submundo do crime como “Nini”, de 18 anos, tinha uma larga folha de “serviços prestados” ao crime que iam desde a adolescência até o dia em que encontrou a morte que, possivelmente, chegou pelas mãos de alguma pessoa que “Nini” teria assaltado ou até mesmo dos parceiros de crime (JR AVELAR. Nielson “Nini” é massacrado com dez balaços. Diário do Pará, 17 de Janeiro de 2011, p. 5).

O sargento Cezar disse ainda que “Baby” era conhecido nas redondezas pelas práticas de pequenos furtos e também seria usuário de drogas. “ele costumava entrar nas casas e furtar pequenos objetos, roupas. Pode ter sido que ele tenha sido morto por vingança, acerto de contas com traficantes ou ainda se desentendeu com comparsas durante a partilha do roubo, especula Cezar (CRUZ, Márcio. Adolescente de 15 anos é morto a facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/11/2011, p. 10).

Segundo a família da vítima, Leandro possuía desafetos na Jaderlândia. No final do ano passado, a Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes registrou uma denúncia contra Leandro Negrão Carneiro, que estaria envolvido em roubo

(RODRIGUES, Augusto. Executado com um balaço na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/03/11, p. 6).

Ele foi identificado como Paulo Robson Silva do Nascimento, de 21 anos, o “Palitão”, um velho conhecido da Polícia Militar pela prática de roubos na área do Bengui e da Pratinha. Ele era viciado em drogas, segundo os policiais.

(...) Palitão foi preso no ano passado, na ilha de Cotijuba, por tráfico de drogas, tendo cumprido pena no Centro de Detenção de Icoaraci, de onde saiu com alvará de soltura no dia 7 de fevereiro passado, e desde então não tinha paradeiro certo (JR AVELAR. “Palitão” é executado com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 21/03/2011, p. 6).

De acordo com o soldado da PM Brito, várias pessoas tiveram que mudar de endereço, por conta das ameaças de morte feitas opor um dos acusados. “Ele era muito conhecido aqui na área, por vários crimes que tinha cometido. Inclusive, conduzimos a mudança de um cabo da Polícia Militar que temia ser morto por Ediel, afirmou (CARACHESTI, Bruno. Assaltante reage à prisão e é morto tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/03/2011, p. 7).

Muitos populares permaneceram no local para observar o corpo da vítima. Alguns comentaram diante dos policiais militares que o adolescente teria envolvimento com tráfico de drogas e já havia cometido assaltos. Inclusive, ele também teve passagens pela DATA (Divisão de Atendimento ao Adolescente).

A mãe, a irmã e tios do adolescente estiveram no local, mas não quiseram fazer nenhuma declaração à imprensa. Em virtude disso, não foi possível confirmar se ele possuía antecedentes criminais (MAURÍCIO, Fúvio. Adolescente é massacrado com oito tiros, Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/04/2011, p. 6).

Segundo o sargento PM César, Fabrício Costa da Silva e a testemunha que estava com ele são conhecidos na área por prática de assaltos. “Recentemente, eles receberam alvará de soltura expedido pela Justiça e estavam cumprindo pena em liberdade”, disse o PM. Policiais Civis da Divisão de homicídios estiveram no local e solicitaram a preservação da identidade da testemunha que presenciou o crime, para não atrapalhar as investigações do caso (CARACHESTI, Bruno. Morto a tiros em suposto acerto de contas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 23/04/2011, p. 5).

A polícia informou ainda que, “Robinho” já tinha passagem pela polícia por ter cometido dois homicídios e além, disso, ele era traficante de drogas (NUNES, Fabrício. Homem é executado com 9 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 05/05/2012, p. 12).

A irmã dele informou que o suspeito já havia matado outro irmão dela, Antônio José dos Santos, no dia 29 de setembro do ano passado. Ela disse à polícia que Augusto era trabalhador e que não sabia dizer qual o motivo do crime.

Mas, na Seccional Urbana de Marituba, a reportagem do DIÁRIO, descobriu que o marceneiro já havia sido preso, quando ainda tinha 18, e respondia processo por portar oito cartuchos de bala calibre 38 intactos (SENA, Raimundo. Batia uma bola e levou oito balas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 09/05/2012, p. 3).

Mataram o “Doquinha”, mas não se trata do parceiro do “Coxinha”, ambos comediantes, e sim do acusado de ser assaltante Claudenilson Chagas Pereira, que teria 17 anos e morava na avenida do Gavião, 825, Liberdade.

A reportagem levantou que “Doquinha” havia sido internado recentemente no Centro de Internação do Adolescente Masculino (CIAM) por conta de um suposto envolvimento no roubo motocicleta (SOUSA, Edinaldo. Corpo do jovem é jogado no rio após execução. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/05/2011, p. 2).

De acordo com informações do pai da vítima, Luiz Antônio, seu filho era usuário de drogas e já tinha sido preso duas vezes por conta de assalto à mão armada. Luiz ressaltou ainda que há três semanas ele tinha saído da cadeia. “Não sei por qual

motivo que mataram ele, mas pode ter sido por causa da divisão do produto de algum roubo” (LIMA, Bruna e NICOLAU, Thamyres. Polícia identifica suspeito de matar “cheira”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/05/2011, p. 10).

De acordo com informações de familiares, a vítima, de pais separados, morava com os avós no município de Cachoeira do Ariri, no arquipélago do Marajó há cerca de dois anos. Lá, ele trabalhava como pescador.

Ainda de acordo com familiares, Silas não conseguia emprego porque sofria de Leucemia e foi preso por porte ilegal porque ele teria sido assaltado há anos atrás e comprou uma arma para “pegar” quem o roubou, mas a polícia o pegou primeiro (NUNES, Fabrício. Pescador é assassinado com 12 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/05/2011, p. 3).

Segundo investigadores da Delegacia de Homicídios, a vítima e o assassino já teriam passagens pela polícia. “Teco” já teria tido passagens pelo DATA (Divisão de atendimento ao Adolescente) e pelo CIAM (Centro de Internação do Adolescente Masculino).

Segundo a polícia, “Teco” e “Boca Torta” teriam agido juntos por algum tempo, mas depois se desentenderam e isso evoluiu até que terminou de forma trágica, com a morte de “Teco” (SENA, Raimundo. “Boca Torta” mata “Teco” a tiros na Marambaia. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/06/2011, p. 3).

Como faz aparecer nos excertos, a vida destes jovens considerada desviante, no geral, começa ser registrada pela via da infâmia muito cedo, ainda na adolescência, por meio dos arquivos e dossiês do Estado, da Divisão de atendimento ao Adolescente, nos Centros de Internação para jovens ditos em conflito com a lei e continua na vida adulta, com o confinamento prisional. Muito destes jovens, informa as matérias, estão em liberdade provisória ou são egressos do sistema penitenciário. Trata-se, portanto, de uma carreira criminosa fabricada não a despeito dos dispositivos de poder, mas constituída por estes.

Diz-se, utilizando-se de um jargão policial, que os jovens assassinados eram contumazes na prática de roubos e outros crimes. De acordo com o dicionário da língua portuguesa, contumaz é aquele que está em estado de contumácia, que por sua vez, significa obstinação extrema, teimosia (SANTOS, 2001). Assim como, se tem produzido a teimosia como um traço de caráter ou de personalidade, para esta racionalidade, ser contumaz na prática de crimes figura com um traço pessoal, de fórum íntimo destes jovens ou ainda como prática que se tornou hábito. Lembremos que o controle penal deve incidir não apenas sobre o crime, mas sobre o que se é e, sobretudo, sobre o que poderá vir a ser, isto é, trata-se de controle das virtualidades. Ser contumaz em crimes pode ser entendido, nesta racionalidade, como uma tendência a cometer novos crimes. Neste caso, o dispositivo de periculosidade é acionado. De acordo com Foucault (1996), ser classificado como perigoso, não significa necessariamente ter cometido qualquer tipo de delito, mas apresentar uma suposta tendência natural para o crime.

Ele escapou de vários atentados, saltou muros, foi perseguido pela Polícia, roubou várias pessoas, até que na noite de domingo encontrou o final previsível: a morte violenta. A vítima era um velho conhecido da Polícia, William Batista Lima Freitas 22 anos, o “Neguinho da Touca” como era chamado no mundo do crime.

(...)

Periculosidade

Para se ter uma idéia do grau de periculosidade do acusado, diversas pessoas contaram histórias de assaltos. “É ele mesmo, na semana passada assaltou uma prima minha”, contou uma das testemunhas, que pediu para não ser identificada.

“Neguinho da Touca” escapou de ser preso às vésperas de sua morte. Na sexta-feira e no sábado passados a polícia fez várias buscas para prendê-lo. Contudo, ainda de acordo com as testemunhas, o bandido era mestre na arte da fuga.

No domingo, porém, minutos antes de ser morto, tentou roubar uma casa no bairro Liberdade, foi perseguido e conseguiu fugir. Como não aceitava o fracasso de uma missão desse porte, ficou insatisfeito, saiu do esconderijo e voltou para a rua.

Nesse momento foi assassinado. Estava dado o ponto final em mais uma vida perdida para o crime (SOUSA, Edinaldo. “Neguinho da Touca” é morto à bala. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/01/2011, p. 8).

Fazendo um levantamento da vida pregressa da vítima, os policiais da Divisão de Homicídios, sob o comando da delegada Silvia Mara, descobriram que Deivid Isaias era homicida e que, tão logo saiu da cadeia, se mudou do Jurunas para Ananindeua, talvez por sentir o perigo de andar no bairro que matou um desafeto (Jr Avelar. “Cabeção” atende ao “chamado” e leva 3 balaços. Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/02/2011, p.10).

“Eles são de alta periculosidade e a comunidade do CDP chegou a parabenizar os investigadores na hora da prisão, por entender que estes três pesos representavam o terror na área”, informou a delegada Silvia Mara.(JR AVELAR. Mataram um e prometem dar fim de mais 40. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/03/2011, p.3).

“Meruin” era figura bastante conhecida no chamo “canal do IML”, apesar da pouca idade. Acostumado, segundo a polícia, a assaltar, a vítima deve ter sido presa fácil para o assassino por não estar armada, caso contrário a reação seria imediata (Jr Avelar, “Meruim é assassinado com tiro no peito”, 11/04/2011, p. 03).

Alívio

Entre os moradores da área onde ocorreu a festa que resultou na morte de “Boca Preta” e José Wellington, a sensação era de alívio. Sem se identificarem, eles relataram que tanto José Wellington quanto “Boca Preta” eram acostumados a praticar roubos nas casas dos moradores, além de serem envolvidos com drogas.

“Eu acho é pouco que tenham morrido os dois. Para nós, é menos dor de cabeça. Nenhum deles valia coisa alguma”, disse um morador (CRUZ, Márcio. Matou desafeto e foi assassinado a machadadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 10/05/2011, p. 7)

Temido

Policiais da Divisão de Homicídios informaram que Wilson Douglas era considerado o bandido mais perigoso e temido da área. Todos tinham medo dele. Informaram ainda, que ele era “Clínico Geral” e cometia todo tipo de crime.

Histórico

A vida negativa de Wilson Douglas, de acordo com a polícia, começou desde a adolescência. Ele foi se tornando violento e perigoso, impondo medo a qualquer pessoa que se posicionasse contra suas idéias. Em levantamento da vida criminosa de Wilson, os policiais informaram que ele já havia sido preso várias vezes por furto, assalto, roubo de moto, homicídio e tráfico de drogas.

A polícia divulgou que Eilson vivia dizendo que tinha uma relação de cinco policiais militares para “mandar pro inferno!”.

Fogos

Após tomarem conhecimento da morte de Wilson Douglas, alguns moradores não se importando com a dor da família da vítima, segundo os policiais, soltaram rojões comemorando a morte do rapaz, que tinha fama de ser o mais temido do Antonio Conselheiro, segundo a polícia. Uma senhora, que pediu para não ser identificada, disse à reportagem que se sentia aliviada pela morte dele (MAGALHÃES, César. Populares comemoram morte no Icuí. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/06, 2011, p.3).

O temor da comunidade é ressaltado para expressar o grau de periculosidade de alguns jovens, cuja vida tornou-se uma ameaça contra todos. O alívio produzido pela morte parece ser o efeito subjetivo de um racismo, em que “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal, a morte do outro, (a morte da raça ruim, da raça inferior ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005b, p. 305). A morte, portanto, não é, apenas, ponto final para uma vida de crimes, no plano da eugenia, o extermínio da raça inferior é a condição para a purificação social, um desfecho trágico para um estado de “deficiência física e moral”:

De acordo com o padrasto da vítima, o jovem de 24 anos era viciado em drogas e passava as madrugadas na rua. Isso leva a crer que é mais um morto por acerto de contas. “Deveu ao traficante, não pagou com dinheiro, mas com a vida”. Com estas palavras, o cabo Juvenal, da 4ª ZPOL, fez uma espécie de resumo macabro da deficiência física e moral de um rapaz até o desfecho trágico: a execução (BAÍA, Patrícia. Assassinado em mais um “acerto de contas”. Diário do Pará, Caderno Polícia, p. 5).

5.2. “AGORA É TARDE”: A RESPONSABILIZAÇÃO DOS JOVENS E DE SUAS FAMÍLIAS

Apenas 17 anos e um fim trágico. O adolescente Ricardo Pantoja dos Santos não quis ouvir os conselhos do pai e acabou sendo morto depois de se envolver em várias ações criminosas na avenida Visconde de Inhaúma, bairro da Pedreira.

(...)

O pai de Ricardo esteve na cena do crime e chegou a comentar que cansou de dar conselhos ao filho, mas não foi ouvido. “Falava pra ele direto, mas ele não me ouviu. Só podia dar nisso”, lamentou o pai do adolescente (OLIVEIRA, V. Não ouviu o pai e acabou morto a tiros na Pedreira, 01 e 02/01/2011, p. 3).

“O pai dele falou que tinha o convidado para sair daqui e ir morar com ele em Abaeté, mas ele não quis. Há alguns dias ele aceitou Jesus, mas parou de frequentar a igreja” afirmou o cabo Rogério, da 3ª ZPol. O PM se referia a Willen Henrique Souza Mesquita, vulgo “Olhão”, 21 anos, assassinado na tarde do último sábado, no 40 horas, em Ananindeua (ROBALO, Adriana. Mataram “Olhão” e fugiram a pé “na moral”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 31/01/2011, p. 10).

Foi morto com cinco tiros de pistola Ponto 40, na madrugada de ontem, o jovem de 24 anos Wilson Pantoja dos Santos, conhecido por “Nil”.

(...)

Segundo o pai da vítima, o operário Wilson Oliveira dos Santos, 50 anos, ele e a esposa, lutaram por muito tempo, tentando tirar o filho do mundo das drogas, porém, perderam a batalha com os assassinos de Wilson. Os pais da vítima querem agora, que a polícia faça Justiça, prendendo os assassinos e os mandantes (SILVEIRA, Amaury. Morto com 5 tiros no “Beco do Inferno”, 13/04/2011, p.07).

A mãe dele, Nerina, ontem de manhã, disse que estava muito angustiada, pois perdera seus filhos para as más companhias que ele conseguira e que o levaram para o crime e para as drogas (SILVEIRA, Amaury. Mãe assiste execução do filho no Atalaia, 28/04/2011, p. 4).

“Leandro, meu irmão! Eu não acredito, ele não pode morrer assim!”. Essas foram as palavras de desabafo do irmão de Leandro Gustavo da Silva Santos, de 19 anos (que não quis se identificar), após constatar que ele havia sido assassinado no início da madrugada de ontem, na passagem São João, esquina com a travessa Curuzu, no bairro de Fátima, em Belém.

(...)

Conselho

Eider Souza de castro, que se identificou como primo da vítima, comentou que Leandro permanecia na referida esquina por quase todas as noites e só se recolhia para dormir de madrugada. “É triste ver um jovem acabar assim. Espero que os jovens escutem os conselhos de suas mães e se recolham mais cedo para casa. Espero que isso melhore” (Maurício, Fúvio, Jovem é arrastado é morto com tiro na cabeça, 30/04/2011, p. 3).

O envolvimento com o tráfico de drogas e com o que tem sido produzido como “mundo da criminalidade” é objetivada ainda como uma escolha unicamente pessoal do jovem, que opta pela parceria das “más companhias” ou por não ouvir os conselhos dos familiares. A construção da notícia, desta forma, oferta os elementos para a responsabilização do jovem por sua própria morte. Sabemos que responsabilização dos indivíduos por sua condição social e econômica é uma característica elementar dos processos de subjetivação do Capitalismo Neoliberal.

Em seus estudos sobre o liberalismo, Foucault (2008b) sinaliza que a liberdade é um elemento central da discursividade de um Estado governamentalizado, o que não significa que haja mais liberdade no liberalismo, mas que esta passou a ser consumida. Esta prática governamental, por um lado, produz certas liberdades como a de mercado, a de propriedade, de expressão de idéias e, por outro, regula e controla o seu excedente. Somos todos livres, é o que afirma esta racionalidade, mas há de saber lidar com esta liberdade, pois seu excesso é ruim. Liberdade demais é perigosa, e o seu oposto é a segurança. Aliás, é em nome da segurança que aceitamos abrir mão de certa liberdade. A cartografia das formas de subjetivação contemporânea nos mostra que das prescritivas da saúde (das receitas e conselhos que nos diz coma menos, durma mais, pratique exercícios, não fume, não beba) as tecnologias high-techs de segurança privada (câmeras de seguranças, escaneamento óptico, coleira digital de segurança para presos) o que se vê são diversos dispositivos de controle de

todos os campos da vida, acionadas para obter mais segurança, pois ser este entendido como produção de bem-estar. Porém, há aqueles que abusam da liberdade e que por isso põe em ameaça a liberdade dos demais. Costumamo-nos a dizer que “a liberdade dos outros termina quando a nossa começa”, cabe nos questionar quem são estes outros deste par. Não é toda a liberdade que ameaça, mas especialmente da população miserável que põe em cheque, com suas formas de sobrevivência, o mundo ordenado e idealizado, forjado pelos dispositivos de poder.

No neoliberalismo, a liberdade tem sido expressa ainda como liberdade de consumo. Nas sociedades de controle, afirma Vaz (1999), somos convidados a consumir permanentemente como forma de obtenção da felicidade, todavia, também somos alertados para os riscos do consumo exagerado, que pode inviabilizar o próprio ato de consumo. Há um nível de consumo ótimo que nem leva ao endividamento e nem gera a despreocupação com o risco: “na realidade, o jogo é entre o vício e o risco: o quão a perda de controle na relação com o que nos dá prazer pode implicar de descuido em relação ao futuro (p. 15)”. O viciado é o extremo de quem consome sem analisar os riscos. A juventude prolongada depende de um grau de auto-controle. Esta é a nossa nova forma de endividamento: as decisões do presente devem se basear no cálculo de riscos futuros. Contudo, como sabemos a lógica de inclusão perversa do capitalismo neoliberal, não permite um padrão de consumo comum a todos. Entre os sub-consumidores, há aqueles que se aventuram mesmo com risco de tudo perder.

O interessante neste modo de constituir a dívida é uma diferença de temporalidade entre os que acessaram o mundo do consumo e aqueles que não o conseguiram ou estão ameaçados de expulsão. Estes não conseguem aceitar o diferido implícito na proposta de multiplicar o prazer – sua duração e seus modos – por restringi-lo no presente; limitam suas opções, nada sacrificam e a tudo arriscam. Explorarão ao máximo as potencialidades de prazer do seu corpo, serão ineficientes, aceitarão um horizonte de vida extremamente limitado e procurarão estratégias velozes de ganhar dinheiro mesmo que ao preço da violência. Surgem os “meninos de rua”, os traficantes, os viciados, seres que tentam ser velozes e que se caracterizam pela precocidade das experiências, pelo risco no modo de conseguir dinheiro e de aproveitar a vida (VAZ, 1999, p. 16).

Somos solicitados a nos responsabilizarmos por nossa vida, logo, a morte, em especial daqueles que se expõem ao risco demasiadamente, engendra-se como o limite para a busca desenfreada pelo prazer, revela a incapacidade de auto-controle. Esvazia-se, assim, o debate político, uma vez que o cuidado com a vida é concebido com atitude individual e é negligenciado os modos de produção e de organização política e econômica como produtores da miséria.

Em outras matérias-acontecimento aponta-se que a “falha” não é somente do jovem, mas também de sua família, que não foi capaz de cuidar adequadamente. Não souberam zelar pelos filhos, pois não souberam vigiar e corrigi-los, funções essenciais da autoridade hierárquica atribuída aos pais. A condição de pobreza, nos diz o higienismo, sempre oferta um risco a mais para os desvios, mesmo entre as “famílias pobres mais dignas”. A família tem uma importante função política, ela é o instrumento estratégico do governo da população, por isso, há um grande investimento das instituições de Estado e da sociedade civil em ações destinadas a ela. Muitas destas ações propõem reajustar a família, especialmente, a classificada como desestruturada, isto é, aquela que supostamente congrega pobreza e negligência. O trecho abaixo é o exemplo do que se tem historicamente estigmatizado como “família desestruturada”:

Em menos de 30 dias Rita da Costa Pereira, uma sofrida avó, vai enterrar o segundo neto vítima de homicídio na área da CDP no bairro de Val-de-Cans, Região Metropolitana de Belém.

(...)

Interrogada pelos investigadores da Divisão de Homicídio, Rita Costa disse que o neto era envolvido com a criminalidade tendo sido preso na Seccional da Sacramento por assalto. “Não se pode mentir, ele já foi preso, consta tudo nos registros da polícia”.

(...). A avó informou que este é o segundo neto morto a bala no bairro. No mês passado o irmão de Fernando, Felipe da Costa Pinheiro também foi assassinado a tiros.

Uma das tias da vítima disse que Rita Costa estava criando os sete filhos de uma família cujos pais morreram e neste ano começou a perder os netos que tinham enveredado pelos caminhos da criminalidade (JR AVELAR. “Buiuzinho” é derrubado a bala no Val-de-Cans, Diário do Pará, Caderno Polícia, 13/03/2011, p. 4).

O que a notícia nos sugere, quando recorta a fala dos familiares, é que quando a família falha com sua função de cuidar, o que deve restar é a resignação, isto é, reconhecer que falhou e conforma-se com o sofrimento. “Agora é tarde” é a conclusão fatalista que se chega:

A poucos minutos do Dia das Mães uma delas, em particular, acabou recebendo um presente macabro. A infelicidade marcou plantão na vida da doméstica que, ao se preparar para deixar a casa onde trabalhava, após um dia de suor e cansaço, recebeu a notícia fatal, através de um celular: “Teu filho está morto”, dizia a voz do outro lado da linha.

A mãe da vítima, que pediu para não ser identificada, disse ao DIÁRIO que era como se o chão tivesse desaparecido debaixo dos pés. “Eu não sei como cheguei até aqui, mesmo sabendo que isto mais cedo ou mais tarde poderia acontecer, mas mãe é mãe” disse, resignada, a mulher.

(...)

Chorando bastante, a mãe da vítima chegou ao necrotério do hospital e pouco sabia sobre o crime. “Eu te avisei para ti sair desta vida e hoje eu estou aqui chorando por ti” dizia a mãe, como se o filho pudesse ouvi-la (JR AVELAR. Mãe de “Nego Leo” recebe o presente macabro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 09/05/2011, p. 5).

O irmão do adolescente que preferiu não se identificar, contou ao DIÁRIO que ele usava drogas, mas que não estaria devendo para nenhum traficante e que já havia orientado Isaiás Ferreira a largar o vício. “Ele era viciado há pouco tempo, mas ele não devia dinheiro para ninguém. A gente sempre aconselhou ele a parar de se meter com ‘pessoas erradas’ e largar o vício das drogas, mas agora é tarde, desabafou (NUNES, Fabrício. Mataram adolescente a tiros no 40 horas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/06, 2011, p. 5).

Segundo informações da ex cunhada da vítima, Simone Pantoja, ele tinha sido preso por conta de um assalto e que estava há dois meses em liberdade provisória.

(...)

“Ele já tinha até prometido pra mãe dele que não ia mais se meter em assalto e que ia se aquietar. Agora é tarde” (NUNES, Fabrício. Jovem é executado com 5 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 25/06/2011, p. 3).

5.3. “É UMA ÁREA VERMELHA”: A PRODUÇÃO DA PERIFERIA COMO LUGAR PERIGOSO

A rua é denunciada, por excelência, como espaço de perigo. É nela em que os jovens são mortos e nela em que os jovens insistem em permanecer por horas. Nela encontram-se os elementos indesejáveis da cidade: são usuários de drogas, vadios, vagabundos, alcoólatras, mendigos, criminosos e prostitutas. Esta construção subjetiva é historicamente datada: sua emergência é possibilitada pela difusão dos saberes higiênicos, que apontam a rua como espaço de sujeira, contaminação e desordem.

Se a rua é por si só espaço de perigo, há algumas localizadas em certos territórios, que são caracterizadas como de extrema periculosidade. O lugar onde a violência contra os jovens acontece é a periferia urbana do estado do Pará, local de moradia destes mesmos jovens e que é definida por expressões como “área vermelha”, “lugar de alta periculosidade” e “área de risco”. Há produção de uma relação naturalizada entre território de pobreza e de criminalidade:

“Por ser uma área vermelha, ninguém dá informação que ajude a Polícia Militar em alguma pista sobre os criminosos”, afirma o cabo Saraiva, que fez o isolamento da área até chegar da Divisão de Homicídios e do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” (Polícia, 28/04/2011, p. 10).

O local é conhecido por abrigar além de casas onde moram pessoas de bem, como ainda várias bocas de fumo. “Aqui é de alta periculosidade. O rapaz morreu na porta de um local onde as pessoas se reúnem para consumir drogas e fazer a divisão dos produtos de roubo”, disse o PM (Polícia, 02/03/2011, p.)

De acordo com o Cabo Ednelson Roberto, da viatura 8123, os moradores da área contaram à polícia que Robinho fazia parte de uma “quadilha” de assaltantes conhecida no bairro e que na segunda feira (23) teriam saído em busca de suas vítimas quando se desentenderam. “Mais um caso de execução em área vermelha, que segundo os moradores foi por motivos exagerados. Só que não podemos descartar também a possibilidade de tráfico de entorpecentes” (NICOLAU, Tamyres. Icuí, jovem é assassinado com 4 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 26/05/2011, p. 3).

A periferia urbana é apresentada como espaço de desordem em que se fabrica a criminalidade e a violência, ainda que nela residem “pessoas de bem”. A convivência com atividades ilícitas, por medo ou interesse, como a do tráfico de drogas são denunciadas como característica comum aos moradores.

A “Lei do Silêncio” é outra expressão utilizada em quase todas as matérias e que também caracteriza a comunidade. Esta refere-se a reação da comunidade de ficar em silêncio ou ocultar detalhes sobre o crime, por medo de represália por parte dos supostos agressores. A expressão é tão corriqueira nas matérias analisadas, que parece ser utilizada como um mero jargão:

No local do homicídio, o silêncio prevalecia entre os populares que se juntaram para observar o corpo do jovem Marcelo. “Não vi”, “eu não estava aqui” e “acabei de chegar” eram as únicas respostas dadas pelos moradores quando eram questionados sobre as circunstâncias do homicídio” (RODRIGUES, Augusto. Executado com dois balaços na Pratinha, 01 e 02/01/2011, p. 6).

No entanto, a tradicional e conhecida “Lei do Silêncio” aliada incondicional da impunidade, ‘falou’ mais alto e ninguém viu ou conseguiu identificar a mulher ‘mui amiga’ da vítima e muito menos o assassino (“Chamado” atraí desempregado para a morte, DP, Caderno Polícia, 14/02/2011, p. 8).

O local é escuro e considerado, pela polícia, de alta periculosidade por causa do tráfico de drogas que é responsável por impulsionar outros tipos de crime. (...) “Outra característica de um lugar dominado pelo tráfico é a Lei do silêncio. Ninguém viu nada. Até o bar teve o funcionamento encerrado antes da hora”, concluiu o cabo da PM (BAÍÁ, P. Adolescente é executado com oito tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/02/2011, p. 6).

A “lei do silêncio” impera no local, pois, segundo os moradores que tomam conta do sítio, ninguém ouviu os tiros ou sequer notou qualquer suspeito pela área. Os moradores informaram que muitas crianças e adolescentes frequentam o sítio para brincar e passear. Talvez, devido a isso, ninguém desconfiou de nada.

Os moradores da área disseram que a vítima era uma pessoa bastante prestativa e não fazia mal a ninguém. Mas a “lei do silêncio” impera no local, pois todos dizem que ouviram os tiros, mas ninguém viu a pessoa que fez os disparos. Até o início da noite de ontem a polícia ainda não sabia quem seria a pessoa que tirou a vida de Teófilo Filho (DA REDAÇÃO. E aí?: Foi a última frase da vítima derrubada a tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/04/2011, p. 11).

Nem a mãe da vítima nem os moradores souberam ou quiseram dar alguma informação à polícia e à imprensa sobre o crime. A “lei do silêncio” se fez presente na área e até o momento não há suspeita sobre o assassino. No local, os moradores dizem que não viram ninguém nem ouviram absolutamente nada. A polícia continua investigando o crime (DA REDAÇÃO. Tiros no olho e na cabeça matam jovem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/04/2011, p. 03).

Policiais da Seccional de Icoaraci estiveram no local do crime, mas a “Lei do Silêncio” novamente serviu de arma para a impunidade.

(...). A exemplo do primeiro homicídio da noite, a situação lembra a música “Conceição” do consagrado cantor Cauby Peixoto, em que um dos versos diz que “ninguém sabe, ninguém viu” (JR AVELAR. Dois jovens executados. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/05/2011, p. 05).

Como de costume, a “lei do silêncio” tomou conta dos populares da área que não quiseram se pronunciar sobre o caso. Apenas disseram que não viram quem entrou e quem saiu do campo (NUNES, Fabrício. “Felipão” é assassinado a tiros no Icuí-Guajará. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/05/2011, p.6).

A mãe da vítima esteve no local, mas pouco acrescentou para a reportagem e para os policiais da Divisão de Homicídios. Embora o crime tivesse acontecido em uma rua movimentada, a “Lei do Silêncio”, inimiga pública número 1 da impunidade, mais uma vez imperou no local (JR AVELAR. Jovem é assassinado com um tiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 22/05/2011, p. 3).

A “lei do silêncio” é também produzida pelo Diário do Pará como certa compactuação da comunidade com a criminalidade, como se esta tivesse contribuindo para a impunidade do crime. Os lamentos das autoridades policiais, com a falta de colaboração por parte de testemunhas e familiares da vítima com a investigação policial, são agregados na matéria como um desestímulo à atividade policial.

A chamada Segurança Cidadã, um modelo de segurança comunitária produzido, nos últimos anos, incentiva a participação ativa da comunidade para a apuração não apenas dos crimes, mas também como mediadoras de conflitos e de vigilância das diversas anomias no interior das mesmas. Este modelo, que se apresenta como uma forma alternativa ao modelo tradicional de segurança policial, ao passo que descentraliza as instâncias de controle, compõe as novas formas de governamentalização da vida, uma vez que subjetivam cada indivíduo como cidadão ativo e participativo, que deve monitorar as condutas e denunciar os desvios. Passetti (2011, p. 48) atenta que:

Na sociedade de controles em fluxos, acontece, simultaneamente, a ampliação da participação e do acesso à informação e à comunicação, ao mesmo tempo em que, cada um, deve transitar pelas suas minorias de acolhimento, defender seus direitos, praticar ações comunitárias em função da redução de anomias, irregularidades e disfunções no interior de suas comunidades, para elevá-las à condição de espaço desejado e amado, e não mais de periferias abandonadas ou reduzidas a um ou outro programa social de Estado.

A difusão deste modelo subjetivo e securitário tem propagandeado que ser um bom cidadão é aquele que denuncia. Quem se cala é, portanto, apontado como um mal cidadão, conivente com o estado de insegurança. O silêncio contrapõe-se a delação esperada. Deseja-se que os familiares e as possíveis testemunhas revelem não somente informações sobre os acusados pela violência letal, mas também sobre características infames das vítimas. Se o jovem não pode mais confessar suas faltas, que a família as confesse, por isso, a falta de contribuição de familiares é, especialmente, criticada:

A mãe do adolescente, que não quis se identificar, disse que não sabia o que o filho estava fazendo àquela hora da madrugada e nem com quem estava, demonstrando assim total desconhecimento das atividades do filho. Ela não colaborou muito com o trabalho policial.

O depoimento da mãe, colhido na Divisão de Homicídios, na manhã de ontem, foi alvo de comentários de policiais que se sentiam desmotivados a investigar devido a carência de informações (SOUSA, Edinaldo. Adolescente confia em “amigos” e morre em Marabá, Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.8)

“Tem tanta gente olhando, mas nunca sabem de nada. Estamos aguardando a família voltar da Seccional de Ananindeua para averiguar. Só sabemos que levou um tiro certo e morreu”, disse o soldado Mário Lacerda, da 14^oZPOL.

A mesma dificuldade encontrou a equipe de investigação da Divisão de Homicídios, comandada pelo delegado Eduardo Rollo. As informações colhidas foram as mesmas prestadas pela família à equipe de reportagem. “Pela característica do crime e a área onde ocorreu, só pode ter sido acerto de contas, mas a mãe da vítima diz que ele nunca foi preso nem tinha envolvimento com pessoas erradas”.

Mesmo o rapaz sendo morador da área, os vizinhos e curiosos disseram que não o conheciam ou que tinham se mudado há pouco tempo para aquele local (BAÍIA, P. Ajudante de pedreiro é morto a tiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 21/02/2001, p.11).

5. 4. A OBJETIVAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS COMO EXPLICAÇÃO CAUSAL DA VIOLÊNCIA

Ao mesmo tempo em que é ressaltada a responsabilidade dos jovens pela inserção dos mesmos em uma série de atividades ilícitas, em alguns textos noticiosos a construção discursiva enfatiza a “falta de opção” destes frente à condição de pobreza. Pelo que nos informa os documentos em análise, as mortes dos jovens constituem-se, na maioria dos casos, em execuções sumárias, isto é, aquelas com pouca possibilidade de reação da vítima. E são decorrentes das disputas entre gangues, endividamento com tráfico de drogas ou confronto com a polícia militar e, em menor número, em decorrência da violência doméstica, latrocínio, entre outras motivações.

O tráfico de drogas é constantemente mencionado pela violência de suas ações contra aqueles que possuem algum atrelamento com o mesmo, seja por conta de dívidas, seja por ser “traficante”:

“Segundo os populares, ele era traficante aqui no bairro e foi assassinado por conta de uma dívida que tinha com os criminosos” disse o aspirante Rômulo da Polícia Militar (ROBALO, Adriana. Tiro elimina “Belisca”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 16/01/2001, p. 5.).

“Não enganarás o traficante”. Este é o primeiro artigo da lei que rege o tráfico de drogas e que foi o motivo de 60% dos 1.490 assassinados registrados pela Polícia Civil e Militar no ano de 2010. Quem não paga a droga consumida acaba na “cidade dos pés juntos”, em crimes chocantes que passaram a fazer parte do cotidiano dos paraenses no chamado “acerto de contas” que a polícia não pode evitar dadas as circunstâncias em que acontecem.

Foi assim que mais um homicídio aconteceu, dessa vez na invasão do Amazonex, encravada na estrada velha do Outeiro, e que chamou atenção de centenas de pessoas que foram ver o corpo de Eduardo Pereira Campos, de 24 anos, o “Dudu”, executado com cinco tiros disparados por um motoqueiro desconhecido (JR. AVELAR. Traficantes detonam viciado em Icoaraci. Diário do Pará, 16/01/2011, p. 8).

A rivalidade entre as gangues fez uma vítima fatal, na madrugada de ontem, no loteamento Nova Esperança, em Ananindeua. Geovani Palheta Araújo, de 18 anos, morreu após uma troca de tiros na passagem 8 de outubro. Segundo populares, a vítima tinha ligação como tráfico de drogas (CARACHESTI, B. Morto a tiros na “guerra” entre gangues. Diário do Pará, Caderno Polícia, 27/03/2011, p. 3).

Interessa-nos problematizar, portanto, esta objetivação do tráfico de entorpecentes pelo Diário do Pará, que atrela a pobreza a esta atividade ilícita. Em *“Marituba: famílias perdem filhos para criminalidade”*, a jornalista Patrícia Baía escreve sobre o número alto de homicídio de jovens, da faixa etária de 14 a 22 anos, no município de Marituba, localizado na Região Metropolitana de Belém, e apresenta mais um caso de homicídio no município. Na segunda página que compõem a matéria a jornalista dedica-se a entender as causas para a violência, com o subtítulo *Pobreza é o fator principal de violência*, a sub-matéria relaciona os altos números de homicídio com a existência do tráfico de drogas no local, e este com a pobreza generalizada no município:

Além de homens pobres, as vítimas são quase sempre adolescentes que entram para o mundo das drogas e são usados como ‘funcionários’ dos traficantes. Buscam na atividade a única forma de sobreviver. São os ‘patrões’ que mandam matar quem não consegue obedecer as normas estabelecidas no mundo do tráfico. Se para justiça oficial no Brasil há formas de reduzir a pena e até a possibilidade de perdô-la, para o tráfico não existe nada que possa amenizar sua aplicação. “Eles (jovens) assumem uma dívida e não conseguem pagar. Por isso, são executados a mando dos traficantes”, reforça Cavalcante.

Ao lado do texto verbal, a imagem das condições de moradia de muitos destes jovens em Marituba é apresentada (anexo II, imagem 6), são palafitas que de acordo com a matéria representam condições extremas de vida, que propiciam a entrada no tráfico de drogas como “opção de sobrevivência”. Na segunda sub-matéria “*Caminho fácil da droga toma ponto negativo*”, da mesma jornalista e ainda na mesma página, continua o tema: aborda a facilidade de entrada de drogas no Município por sua localização geográfica (à beira de uma rodovia federal - BR 316 e cortada por braços de um rio) e afirma:

Mesmo com esforço conjunto entre as polícias para combater o tráfico e impedir o aumento de consumo de droga, que num caminho natural acaba na violência, ainda está longe de reduzir o problema, que, para autoridades de vários setores, aumentou após a liberação do consumo no Brasil com sanção da Lei 11.343, de 2006.

A referida lei corresponde à nova lei sobre o tráfico de drogas que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD e “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes” (BRASIL, 2006, p.1). A lei pune com penas alternativas (advertência, prestação de serviço a comunidade e/ou medida educativa) aquele que porta ou cultiva algum tipo de substância ilícita apenas para o consumo pessoal, uma vez que prioriza a reinserção social dos usuários.

Valendo-se das práticas de “autoridades de vários setores”, o posicionamento do Diário do Pará tenciona as medidas alternativas de combate ao tráfico de entorpecentes, por entender que esta política caminha em direção oposta ao conjunto de esforço policial, que atua na repressão da atividade. Ainda que no texto da lei, as medidas de repressão se façam presente, ações punitivas mais severas aos consumidores de drogas são entendidas como substanciais para um efetivo combate as drogas. Se a lei passa a não prever mais penas de restrição de liberdade aos usuários, aumento a pena para os que traficam entorpecentes (com penas de 3 a 5 anos). Eis aqui mais um indicativo da concordância deste jornalismo com certa racionalidade penal

Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência (da USP) constatou-se que, inversamente, do que se previam, após a promulgação da lei, as prisões referentes ao tráfico de entorpecentes no Brasil cresceu consubstancialmente: ”em 2006, o sistema penitenciário brasileiro contava com 47.472 pessoas presas por tráfico no país. Já em 2010, registrou-se 106.491 presos pelo mesmo motivo, número 124% maior”, observam (DE JESUS et al, 2011, p. 7).

Se as condições extremas de miséria são levantadas como causalidade direta na entrada do tráfico de jovens pobres, o que produz esta condição de miséria não entra em pauta. Ademais, o tráfico nos parece ser equivocadamente localizado restritamente nas favelas e presídios, como se o mesmo não formasse um rede complexa, muitas vezes, transnacional, da qual os chamados “favelados” tem uma atuação menor, no sentido que estes se ocupam apenas da venda a varejo. Habitualmente, se pensa neste tipo de organização como paralela ao Estado, constituída nas lacunas deixadas pelo mesmo, em especial, no que se refere às políticas sociais. Se este pressuposto não é inteiramente equivocado, já que de fato a lacuna existe, nos parece que esta forma de organização criminosa não é paralela a organização estatal, mas esta associada ao mesmo, isto é, é sob a conivência das práticas estatais que esta se materializa. Sabemos dos lucros econômicos incomensuráveis produzidos por esta e por outras formas de organização criminal de sustentação transnacional (comércio ilegal de armas, tráfico de pessoas, etc.), que fazem desta ilegalidade uma forma de delinquência útil:

Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da “delinquência útil”; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades (FOUCAULT, 2007, p. 232).

A vantagem econômica tem sido acompanhada de uma utilidade política. Coimbra e Pedrinha (2005) ressaltam que, desde o final da Guerra Fria, o comunista foi substituído pelo traficante como novo inimigo público, figura necessária para manutenção das engrenagens dos dispositivos do controle. Wacquant (2001) salienta que a chamada “guerra anti-droga” foi o estopim para as políticas de tolerância zero, as quais além de não ter efeito efetivo para o objetivo determinado, tem criminalizado apenas os setores mais pauperizados da população.

A utilidade econômica e política da delinquência do tráfico justifica a tolerância com certo grau de desordem social, ainda que como consequência desta opção encontre-se a morte de centenas de jovens por grupos rivais ou em confronto policiais. A explicação individualizante para a inserção dos jovens no tráfico de drogas tem sido a saída política, que desresponsabiliza não somente o Estado, mas o sistema político como um todo. Posicionamento semelhante ao dos conservadores frente a repercussão das altas taxas de homicídio, sobretudo, entre negros, nos Estados Unidos, no final da década de 70 e início da década de 80:

É o alto índice de homicídios entre os negros que leva observadores conservadores a afirmar que não existe um problema criminal naquele país, mas um problema negro e jovem do crime, nessa peculiar visão segregada da sociedade americana. Ou, pior ainda, que os políticos conservadores devem lavar as mãos e manter a consciência tranquila, pois a responsabilidade pela matança é dos próprios negros. Se uma das funções da guerra entre nações foi resolver a questão do excesso populacional dos países envolvidos, essa nova guerra privatizada do final do milênio, parece contribuir para eliminar uma parcela cada vez mais considerável dos chamados, ora “excedentes”, ora “marginais”, ora “excluídos”. *Uma desordem bem-vinda em nome da futura ordem embranquecida* (ZALUAR, 1998, p. 263, grifos nossos).

Os jovens que mantêm algum tipo de relação com o tráfico de entorpecentes compõem os grupos de “excedentes” populacionais, na atualidade, cuja morte tem-se lavado as mãos. A falta de ação política efetiva para a reversão do genocídio juvenil é mais um indicador da tolerância de uma desordem em prol da manutenção de uma determinada ordem política e econômica.

5.5. O EXTERMÍNIO DA VIDA NUA NA EXCEÇÃO DA AÇÃO POLICIAL

A expressão máxima da existência de uma “vida nua”, por ser “redundante”, como nos falam Agamben (2010) e Bauman (2005), ganha materialidade nas notícias de execuções dos jovens em ações das instituições policiais. Nestas, a morte dos jovens é descrita como prática previsível e inevitável. A vida criminal e a “periculosidade” dos jovens assassinados são ressaltadas para dar legitimidade a morte, quase nunca contestada. Poucas vezes, O Diário do Pará acolhe uma versão distinta da relatada por agentes da Polícia, quando são apresentados relatos de testemunhas ou outras pessoas que conhecem a vítima, estas apenas tendem a confirmar a versão policial.

Na capa do Polícia, do dia 04 de janeiro de 2011 (ver anexo II, imagem 3), destaca-se: **“Bandido é crivado de Balas por policial do COE”**, em fonte de tamanho menor, continua: “Trio tentou assaltar cabo mas levou a pior: um assaltante foi morto, o outro baleado e a namorada de um deles, após fria e corajosa reação do militar, no Icuí-Guajará”. A chamada refere-se à matéria de Augusto Rodrigues, “Cabo da COE reage, manda bala e ladrão é fuzilado”, na qual relata a ação de um cabo da Polícia Militar, durante suposta tentativa de assalto sofrida pelo mesmo. De acordo com a matéria, o cabo da COE, que não estava em serviço, teria reagido ao assalto e disparado sua arma contra um jovem de 18 anos, o que, consequentemente, levou o jovem a morte:

Um assaltante morreu e outro ficou ferido após tentarem roubar uma moto na quadra 22 do conjunto Uirapuru, bairro Icuí-Guajará, em Ananindeua, no final da noite de

domingo (2). Os criminosos foram surpreendidos pela reação fria e precisa da vítima, um policial militar, cabo da Companhia de Operações Especiais (COE). Uma mulher, também foi envolvida no assalto, foi presa por policiais da 3ª ZPOL.

(...)

Um homem identificado com Anderson Reis, 18 anos desceu da moto apontando uma arma para o policial. Outro assaltante, identificado como Jonata de Andrade Miranda, 19, ficou na moto, dando cobertura, junto com Aldenira Assunção Pereira, 18, namorada de Anderson.

Com uma arma apontada em sua direção, o PM retirou o capacete e, em movimentos rápidos, sacou da cintura sua pistola calibre 40 e segurou a mão direita do assaltante Anderson Reis. Nesse momento, o cabo percebeu que Jonata, o assaltante que ficou na moto, também estava armado. O policial foi “mais rápido no gatilho” e baleou fatalmente Jonata, tendo em seguida atirado em Anderson Reis.

A versão em que se baseia a matéria é a do próprio policial que efetuou os disparos e que narra sua façanha em retirar a arma do acusado e revidar com vários tiros. A matéria dá destaque a “coragem” e a “perícia” do militar, que conseguiu, ao mesmo tempo, desarmar um dos jovens e baleiar o outro.

Em outra matéria (de 03 de Fevereiro) relata mais um final previsível de um assalto com reféns, em um município do interior do estado. O texto noticioso começa com a frase que supostamente foi dita pelo jovem morto na ação policial, antes do assalto a uma papelaria:

“Hoje a cidade de Jacundá vai ouvir falar de mim”. Esta foi a frase que o assaltante Acácio Pereira da Silva, de 22 anos, disse antes de invadir a papelaria Líder em Jacundá, no centro da cidade. Ele foi morto após a troca de tiros com policiais militares. (BARROSO, Antônio. Assalto como refém termina em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/02/2011, 11).

A frase atribuída ao jovem “Hoje a cidade de Jacundá vai ouvir falar de mim”, parece ser utilizada para ressaltar a ousadia do rapaz, que de acordo com a notícia, assaltava pela segunda vez e no mesmo dia uma papelaria da cidade. A morte em confronto com as forças policiais, nesta construção discursiva é banalizada como resultado natural de quem desafia a ordem. As imagens fotográficas (em anexo II- imagem 7) integram a racionalidade do texto verbal, que naturaliza a morte. Nelas, a imagem do jovem vivo (em tamanho menor) é contrastada com a do mesmo morto, que aparenta estar sobre uma maca do IML.

Em outra matéria, o título da mesma, “Ousadia de Adolescente é derrubado a tiros”, preanuncia o viés dado às informações:

“Já sabia que isto ia acontecer mais cedo ou mais tarde”. Este foi o comentário de um familiar do adolescente José Santana de Carvalho Monteiro Júnior, de 17 anos,

conhecido como “Mãe d’Água” ao saber que ele (José) havia morrido no Hospital do Pronto-Socorro do Guamá após trocar tiros com uma guarnição da Rotam. [...]. A Mãe d’Água, que fugia com revólver calibre 38 em punho, apontou para a guarnição disparando. Os militares revidaram os tiros e o acusado de cometer assaltos na área acabou derrubado a bala.

[...]

Terror

A vítima, segundo a Polícia Militar, era muito temida do bairro da Terra Firme, tanto pelos cidadãos de bem como pelos inimigos, que chegaram a soltar fogos pelas estreitas ruas do bairro logo que se espalhou a notícia da morte de “Mãe d’Água”.

Algumas destas notícias limitam a informar que as circunstâncias em que ocorreram a morte dos jovens devem ser apuradas pela Divisão de Homicídios, não se questiona a ação da polícia, que é apresentada como se fosse a única possível, não se questiona se havia outros meios de imobilização do jovem, mediante a suposta reação dos mesmos a abordagem policial, ou seja, se houve abuso do monopólio da violência de Estado. Resta aos familiares dos mortos, novamente, a resignação frente a morte e a vida criminal dos jovens, afinal “mais cedo e mais tarde isto ocorreria”:

Resignação. Esta foi a sensação para familiares de Carlos Daniel Pantoja de Almeida, de 24 anos, conhecido como “Dani”, ao ver o corpo do rapaz, que foi morto com um tiro após enfrentar, armado, policiais militares pertencentes a 22ª Zona de Policiamento durante uma intensa troca de tiros no bairro do Bengui. O DIÁRIO passava pelo local no momento em que “rolava” a ação. “Dani” tinha saído, no mês de fevereiro, do Presídio de Marituba, após cumprir pena por assalto no bairro da Cidade Velha. O criminoso se mudou para o bairro do Bengui onde segundo a polícia, nestes dois meses praticou, juntamente com os comparsas, um grande número de assaltos (JR AVELAR, Trocou tiros com policiais e levou a pior. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/04/2011, p.11).

A produção subjetiva que afirma que “bandido bom é bandido morto” é o efeito da forma como no texto noticioso recortam-se, selecionam-se e organizam-se os discursos. A naturalização da violência letal indica a consonância da política editorial do jornal com uma racionalidade de recrudescimento punitivo, a qual legitima a pena capital para alguns segmentos da população. Ressalta-se a comemoração da comunidade, especialmente, das “pessoas de bem”: “é menos um”! Constrói-se a imagem do inimigo público, daquele que rompe com contrato social, que viola a ordem. Cria-se, assim, o solo para as mais diversas formas de fascismo, que no terreno das políticas de segurança é investido como políticas de tolerância zero e crescimento da segurança privada.

O direito de matar, materializado na violência institucionalizada da ação policial, é justificado pela proteção do bem comum, conferindo status de legalidade às práticas de ilegalidade e possibilitando o estabelecimento de um Estado de exceção como regra. A morte

do jovem é banalizada no Polícia por se tratar de uma “vida nua”, vida sem valor que compõe o refugio humano.

Na análise deste quadro de extermínio dos “redundantes”, buscamos evitar a velha oposição entre Estado e Sociedade, respectivamente, representados pelos agentes das forças policiais e pelos jovens. Em nosso entendimento este cenário além de mais complexo, em virtude da multiplicidade de forças que o compõe, nos parece ser ainda mais cruel, uma vez que se exerce no interior das classes populares. Não podemos perder de vista que, aqueles que, no geral, ocupam os cargos “inferiores” da hierarquia militar - soldados, cabos e praças - são recrutados nas próprias classes populares. Mais uma vez é a cisão entre trabalhadores (identificado, agora, como agentes da polícia) e todos aqueles classificados como “os violentos da plebe” que é posta em circulação. O complexo justiça-polícia-prisão utiliza dos próprios pobres para função de vigilância e repressão da classe trabalhadora (FOUCAULT, 2009g). Esta cisão trata-se, portanto, de um efeito do poder e não da origem do mesmo.

5.6. DA ABORDAGEM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA A PRODUÇÃO DE UMA SOCIEDADE PENAL:

Os dispositivos midiáticos ao tratarem da violência urbana e a criminalidade, no geral, tem fomentando a produção subjetiva de “insegurança”. De modo semelhante atua o Diário do Pará ao abordar estas questões. Constantemente, as matérias vinculadas no Polícia chamam atenção para o acirramento da violência:

A Divisão de Homicídios, tendo à frente a delegada Silvia Mara, registrou dois homicídios nas últimas horas desta sexta-feira na Região Metropolitana de Belém, elevando para 46 o número de mortos até o penúltimo dia do mês de abril, contra 60 ocorridos no mesmo período do mesmo período do ano passado (JR AVELAR. Dois jovens executados. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/05/2011, p. 05).

Em um período de 72 horas, entre a madrugada de ontem, nada menos que 10 homicídios foram cometidos na Região Metropolitana de Belém, segundo o que foi apurado pelas equipes de reportagem do DIÁRIO junto às unidades policiais (DA REDAÇÃO. Fim de semana sangrento: 10 mortos em 3 dias. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/05/2011, p.07).

A denúncia sobre “fins de semana sangrentos” na Região Metropolitana de Belém e no interior do estado restringe-se a descrever as circunstâncias dos homicídios, a expor as imagens das vítimas e a ressaltar o apelo da população por mais policiamento. A exposição destes acontecimentos sob o viés sensacionalista, que alimenta os sentimentos de medo e

insegurança, não são os únicos recursos técnicos utilizados para sensibilizar o leitor. O efeito de aproximar o leitor da imagem fotografada é obtido com o auxílio de algumas técnicas fotográficas, como as que exploram o plano de tomada médio, isto é, aquelas cuja imagem encontra-se na mesma altura das pessoas fotografadas (ver anexo II, imagens 8 e 9). Assim, o leitor tem a impressão de que é mais um que observa o corpo estendido no chão.

Os enunciados das matérias apresentadas até o momento em nosso recorte das séries discursivas assinalam que o regime de racionalidades e de verdades, as quais se ancoram as práticas deste jornal, conectam-se ao discurso criminológico em ascendência na contemporaneidade, caracterizado pela demanda punitiva. Ainda que, para diversos autores como Wacquant e Bauman, o que está em jogo, na ordem do discurso criminológico, seja a constituição de um Estado Policial, preferimos problematizar esta questão sob o prisma da fabricação de uma sociedade penal. Com isto não queremos negar a existência de práticas estatais de criminalização da miséria (uma vez que reconhecemos o escalonamento destas), mas assinalar que a obsessão securitária, que se redesenha desde as três últimas décadas do século passado, não se resumem as formas estatais. Os dispositivos midiáticos são exemplos de instâncias não-estatais de gestão da vida, cujas práticas endossam este discurso criminológico. A obsessão securitária investe, desta maneira, todo o corpo social, que se reorganiza a partir da demanda por segurança e ordem.

Ainda que um mecanismo de massa, como o jornal, mantenha uma relação, comumente, unilateral com seus leitores, o Diário do Pará convoca a relativa participação dos mesmos, especialmente, por meio da página eletrônica do jornal. É possível, por exemplo, comentar algumas das matérias dos diversos cadernos do DP, inclusive as publicadas no Polícia. A notícia¹⁸ sobre o homicídio de um jovem de 17 anos na periferia de Belém, cometido por homens não identificados, é uma das matérias disponíveis no sítio do jornal para comentários. Um leitor com o pseudônimo de “Revoltado” postou seu comentário relativo à notícia:

"já foi tarde!!! esse anjinho ke a familia fala!!!! já matou e roubou muita gente!!! eu já fui vítima desse covarde!!!! agora kero ver se ele vai roubar o satanás!!!! já foi tarde."

O comentário acima ilustra bem a produção de uma sociedade penal, cuja demanda de mais punição e de medidas mais rígidas, inclusive de execução, são constantemente requisitadas.

¹⁸ RODRIGUES, A. Jovem de 17 anos é assassinado no Canal do Pirajá. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/02/2011, p.12.

No campo de gestão da Segurança Criminal, em vigor no Brasil destacam-se os segmentos sociais, que divergem entre a aplicação do modelo da Segurança Cidadã e o de Tolerância Zero, que ainda que se baseiem em modos distintos de organização dos aparatos de vigilância e policiamento, não são incoerentes as formas de governamentalização da vida, que tem no triângulo formado por dispositivos de segurança-disciplina-soberania seus mecanismos essenciais. Dentre estes modelos, a dispensa da experiência ainda restrita de Segurança Cidadã no país, tem se generalizado o tom profético das políticas de Tolerância Zero, entre as autoridades administrativas.

No Brasil, a alta popularidade da política de Tolerância Zero, entre os gestores de segurança pública e demais políticos, têm os levado a visitar Nova York para conhecer sua experiência em Segurança Pública. Belli (2004) distingue duas recepções desta política entre os políticos brasileiros, ressaltando a complementariedade entre ambas: a primeira visão é a destinada ao público geral, veiculada nos meios de comunicação de massa, que jogando com o medo da violência urbana, divulga seu empenho no combate ao crime, por meio de políticas energéticas de segurança pública. A outra versão é destinada a um público mais restrito, como operadores de direitos e componentes da elite brasileira, fazendo uso de um linguajar mais técnico, ressaltam que a imposição da lei e ordem, deve estar alicerçada no uso qualificado de um conjunto institucional de equipamentos, recursos humanos e planejamento estratégico.

Nota-se que adoção de políticas de recrudescimento penal no Brasil também se sustenta sobre os traços autoritários pertinentes a cultura brasileira. Com Chauí (2007) consideramos que a violência que têm atravessado todas as relações sociais: relações familiares, da escola, do trabalho, da burocracia estatal atualiza os traços autoritários de uma cultura senhorial. Esta sociedade autoritária, que se pretende auto-organizada e funcional, se por um lado, tem entendido os conflitos e tensões sociais como perigosos, por outro, tem naturalizado as desigualdades sociais e econômicas, concebendo-as como frutos da vadiagem e ociosidade das classes populares. A conjunção destes aspectos tem autorizado práticas violentas a aqueles que não se enquadram nos estereótipos de cidadãos ordeiros. Em um movimento de inversão, têm-se considerado estes grupos não como vítimas, mas como agentes potenciais da violência. O que nos faz, mais uma vez observar a composição e ajustamento de formas de liberalismo e de poder soberano nos modos de organização política brasileira.

Nas últimas eleições no estado do Pará, o debate acerca da Segurança Pública e do combate a criminalidade tem sido pontos de destaque da plataforma política dos candidatos ao governo do Estado, com destaque ao policiamento ostensivo como medida principal ao

combate a dita escalada da violência. A opção por esta medida por parte da atual gestão do estado foi noticiada pelo Diário do Pará, no dia 17 de Março de 2011. A matéria “*Violência caiu no Pará, aponta levantamento*”, de Fúvio Maurício, informa sobre as declarações do Governador do Estado, Simão Jatene, na reunião do Comitê de Gestão do Governo do Estado. Nesta reunião, de acordo com a matéria, o governador teria divulgado os dados levantados pelo próprio governo sobre os indicadores da criminalidade, os quais teriam sido reduzidos, em comparação com os dados de Fevereiro do ano anterior, ainda que no geral estes níveis encontravam-se elevados nos municípios vizinhos a capital (em especial Ananindeua e Marituba). No caso dos homicídios teria ocorrido uma redução de 57 homicídios, em comparação ao ano anterior. Em Fevereiro de 2010, ocorreram 271 casos, enquanto em Fevereiro de 2011 teriam sido registrados 214 homicídios. A matéria traz uma declaração do governador: “*Precisamos compreender a guerra contra a violência. Não é uma questão de acabar com a violência, mas de garantir níveis de vida mais humanos*”. É interessante demarcar a ação anunciada pelo Governo do estado para o combate a violência. O governador, Simão Jatene, declara “guerra contra a violência”, com a contratação de mais 1000 policiais para a Polícia Militar e de 400 para a Polícia Civil, além da construção de mais cadeias públicas.

Em 31 de Março de 2011, a matéria *Homicídios no Pará superam média nacional*, parecem contrapor alguns dados apresentados pelo Governo do Estado. A matéria apresenta agora os índices pesquisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em seu estudo “Sistema de Indicadores de Percepção Social sobre Segurança Pública”. De acordo com a referida pesquisa, as taxas de homicídio no Estado do Pará estariam acima da média nacional, enquanto as do investimento em Segurança Pública estariam abaixo:

Enquanto no Brasil são registrados em média 22,47 homicídios por 100 mil habitantes, no Pará essa média chega a 36. Número é maior que o da região Norte (29, 5 homicídios dolosos/100 mil habitantes), considerada a maior do Brasil. Em contrapartida, a aplicação de recursos em segurança pública no Estado está bem abaixo da média brasileira: no Brasil o valor médio é de R\$ 200, 07 por habitante enquanto que no Pará o valor investido é de apenas R\$ 126,63. Mais uma vez a média paraense é menor que a nacional: é no Nordeste que é registrada a menor média de gastos per capita com segurança pública (R\$ 139,60 por habitante).

A matéria é concluída, afirmando que a pesquisa do IPEA indica que os gastos com Segurança Pública na região Sudeste teriam contribuído para a redução da criminalidade. A região apresenta maiores gastos no setor e também as menores taxas de homicídio doloso. Neste enfoque, a produção massiva de homicídios contra os jovens é enquadrada como

problema de Segurança Criminal (“um problema de polícia”) e não dentro de um espectro mais amplo da Seguridade Social.

Ainda que não se refira, diretamente, ao tema pesquisado nesta dissertação, nos chamou atenção, uma matéria de, que se refere ao debate sobre a redução da maioridade penal, uma vez que indicam uma forma de pensar a gestão da juventude. Em *Redução da maioridade penal volta a ser debatida*, de Cíntia Magno, uma tentativa de assalto realizada por três adolescentes é relatada no início da matéria. Em seguida, a matéria apresenta a fala de um professor de Direito da UFPA, que defende a efetivação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente e explica que de, acordo com o estatuto, as medidas sócio-educativas não tem fins penais, mas de ressocialização, uma vez que o adolescente não comete crime, mas um ato infracional. A matéria termina com a fala da coordenadora de um movimento local, que diverge das garantias legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Essa situação é o que mais revolta a coordenadora do Movida, Iranildes Russo. “O menor tem consciência dos seus direitos e essa proteção o incentiva a continuar cometendo infrações”, afirma. “A partir do momento que esses delinquentes souberem que podem ser presos, vão pensar duas vezes antes de cometer um crime”.

A matéria não aprofunda o debate e ainda que aparentemente abra espaço “democraticamente” para opiniões divergentes, a forma como finaliza (com o trecho acima) parece tender a certa perspectiva menorista, isto é, aquela que associa a juventude pobre como ameaça a ordem social e que fundamentou a legislação destinada à infância e à adolescência, anteriormente, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aquilo que, culturalmente, objetiva-se como conflitualidade ou violência tem sido tratada como “caso de polícia”. Sob esta perspectiva, a Segurança Pública é restritamente pensada como questão militar e não é visualizada dentro de um quadro geral de Seguridade Social, portanto, de direitos sociais. As práticas jornalísticas do Diário do Pará, que são reconhecidas como legítimas pelos leitores paraenses, contribuem para a constituição deste regime de verdade, que tem como efeito a produção de uma sociedade penal.

5.7. ÚLTIMAS E PROVISÓRIAS INTERROGAÇÕES DA ANÁLISE CARTOGRÁFICA:

A pesquisa genealógica descreve as práticas de saber-poder que investem o corpo, desde a modernidade, através dos mais variados dispositivos: das práticas confessionais, elaboração dos exames médico-psicológicos, das avaliações pedagógicas ao confinamento

carcerário. Para Foucault (2009c, p. 22), a genealogia como prática da história efetiva: “[...] está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ele deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”.

A cartografia das sociedades modernas mostrou o corpo como alvo político, em que as relações de poder: “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2007, p. 25). Ainda que com a invenção das tecnologias biopolíticas, o poder tenha se voltado à regulamentação dos fenômenos referentes ao conjunto de corpos, a ação capilar que incide sobre cada corpo individual não deixou de existir, o corpo continua como espaço de inscrição dos acontecimentos.

Vaz (1999), argumentando sobre as mudanças contemporâneas de experiência do corpo, nota que se no capitalismo industrial, o corpo era qualificado como força de trabalho, em um capitalismo de super-produção como o que vivemos, o corpo “entra no mercado como capacidade de consumir e de ser consumido” (p. 4). Investimos em tecnologias biomédicas, das indústrias de saúde e cosméticas, para produção do corpo consumido como imagem bela. Entre os produtos mais desejados para o consumo das classes altas e médias encontra-se a possibilidade do prolongamento da juventude e da beleza. A produção destas demandas nos faz produzir novas formas de cuidado com o corpo e de novas formas de nos constituirmos como sujeitos.

Ao nos depararmos com a imagem dos corpos sem vida dos jovens, registrados como infames no caderno policial do Diário do Pará, em toda sua decadência e crueza, temos nos questionado se estes não correspondem ao par antitético deste ideal de corpo belo e jovem. Talvez, o horror causado por estas imagens a boa parte da classe média se refira menos ao fim de uma vida breve, em virtude de seu caráter de matabilidade, do que por ser o extremo negativo dos modelos idealizados que as mesmas consomem. Pertencentes a uma realidade, cuja produção subjetiva que prevalece é de que o fim da história já está dado, que o que nos resta é acomodarmos e desfrutarmos do máximo de prazer que o consumo pode nos ofertar, a indiferença ou, no máximo, a resignação com a morte de alguém, que lhes parece tão distante de sua fraternidade, torna-se sentimento comum.

A notícia publicada em junho de 2011 (ver anexo II, imagem 10), traz mais uma descrição de um corpo duplamente investido pelo poder, primeiro, a partir da regulação de sua vida e de sua morte, e depois, pela visibilidade midiática, que permitiu que com seus feixes de luz esta vida fosse lembrada como a anti-norma:

Usuário de droga desde os 14 anos de idade, há três anos sem freqüentar uma escola e com passagem por um centro de recuperação de entorpecentes. Qual a perspectiva de vida para um jovem com os precedentes citados anteriormente? No caso do adolescente Wesley Breno de Oliveira Castro, de 16 anos, ser assassinado com um tiro na cabeça e várias facadas representou o desfecho de uma história de sofrimento para ele e para família (MAURÍCIO, Fúvio. Usuário de droga é assassinado com 1 tiro e 11 facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, p.5, 13/06/11).

As ferramentas da pesquisa arqueogenealógica nos permitiu estranhar a questão, constantemente, colocada pelo Polícia: de que vale a existência de uma vida como a descrita acima? A análise cartográfica nos indicou que as práticas de saber-poder-subjetivação deste dispositivo midiático, só podem ser problematizadas no entrecruzamento com outras tantas práticas políticas, econômicas e culturais, que demandam uma determinada política de verdade e a visualizar que os jornalistas, fotógrafos, editores responsáveis pela produção do caderno policial do Diário do Pará, ocupam provisoriamente lugares institucionais, cujo discurso ganha legitimidade, em um jogo de enunciados cuja função é historicamente constituída.

Quando o Diário do Pará narra a vida e a morte de determinados jovens nas páginas policiais, postula as mesmas como anormais e que, por isto, devem ser alvo de disciplina corretiva com vistas a uma inclusão vigilante. Quando este jornal pergunta: o que esperar de um jovem que produzia sofrimento para si próprio e para a família? E responde que é um fim trágico que ponha fim ao sofrimento de todos, “amola a faca que esquarteja” como nos incita a pensar Baptista (1997, p. 105):

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rosto que preparam o solo para estes sinistros atos. Sem cara ou personalidade podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de faca, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da “cotidianidade”, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos destes agentes. Onde estarão os amoladores de faca?

Os amoladores de faca, diz Baptista (1997, p. 108) também são genocidas, isto porque “retiram da vida o sentido de experimentação e da vida coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno da luta política e o da afirmação de modos singulares de existir. São genocidas porque entendem a Ética enquanto questão da polícia, do ressentimento e do medo”. Assim, a potência de vida de jovens e de tantos outros aparece subsumida nas curtas linhas da notícia e

a materialização diária da violência letal contra jovens no Brasil permanece não questionada como efeito dos dispositivos de poder-saber das sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com nossas análises buscamos evidenciar que os documentos interrogados (o conjunto de matérias sobre homicídio contra jovens, publicados no *Polícia*) tratavam-se, menos de vestígios de um passado não muito distante, do que um arquivo produzido na luta pela validação de discursos. Desta forma, a realização desta cartografia consistiu na desmontagem dos documentos e a proposição de uma nova montagem (as séries discursivas), que deram visibilidade as linhas de dizibilidade e visibilidade mapeadas.

As análises empreendidas apontaram que ao enunciar sobre o acontecimento homicídio contra jovens, o *Diário do Pará* por meio de suas páginas policiais, hierarquiza e classifica os jovens, os distinguindo entre “jovens dignos”, aqueles que se enquadram na norma, por serem identificados como estudantes ou trabalhadores; e os “infames” que escaparam a este modelo normativo, ao se engajarem em práticas ilegais ou por fazerem uso de substâncias ilícitas. Enquanto a morte dos primeiros é noticiada com penar e entendida como um erro, a morte dos “jovens infames” é publicada como justificável, suscitando sentimentos de “alívio” e de desprezo. Na trama jornalística, as infâmias e pequenos desvios destes jovens são reconstituídos, a fim de produzir a figura do indivíduo perigoso e que por tal característica representa uma ameaça à segurança da população.

O saber da antropologia criminal, que atualiza o “dispositivo de periculosidade” surge como uma das forças que sustentam as práticas de poder e subjetivação deste jornal. Ao longo desta dissertação, enfatizamos que estas práticas que fabricam os indivíduos e o hierarquizam a partir da norma, assim como, os dispositivos que tem vinculado a pobreza à noção de perigo em potencial são históricos e têm sido acirrados no Neoliberalismo. Em um contexto político e econômico, cuja produção de “exércitos de reserva de mão-de-obra” não interessam mais a engrenagem do capital e que reduz milhares de miseráveis a “sobrantes” do sistema, a produção de uma sociedade penal, isto é, de uma sociedade que demanda por políticas de criminalização e que, muitas vezes, legitima ações de extermínio aos taxados como “sobrantes” ganha força e perpetua-se por meio de ações estatais e não-estatais.

O *Diário do Pará* ajuda a afirmar um campo discursivo que defende a gestão das mazelas sociais por meio de políticas de exceção, que imprimem uma limpeza urbana e social

aos indesejáveis, isto é, aqueles que subvertem a ordem ao não se adequarem a docilidade política e a produtividade exigidas disciplinarmente.

Nas práticas midiáticas, como as do Diário do Pará, a difusão desta racionalidade penal ocorre por meio de matérias que seguem uma linha editorial sensacionalista, a qual transforma o horror em mercadoria de entretenimento. O uso de imagens chocantes das vítimas e de descrições discriminatórias são os recursos utilizados para a produção de notícias atualizadoras de racismos. Em um plano de acirrada disputa por mercado e por publicidade, os direitos à imagem e à dignidade das vítimas e de seus familiares são preteridos em detrimento do uso comercial do mesmo.

A genealogia como ferramenta que permite a constituição de uma saber histórico a ser utilizado como tática da luta política (FOUCAULT, 2005b) foi utilizada nesta pesquisa para desestabilizar a produção naturalizada das práticas midiáticas. Ao valermos desta ferramenta ético-política-metodológica tentamos produzir um campo de interferência, que ao interrogar certos regimes de verdade, possam problematizar práticas da atualidade, como as que têm legitimado e/ou produzido a morte de milhares de jovens no Brasil, sobre a justificativa da produção de segurança da população. A problematização da mídia é importante para a este interrogar sobre o presente, uma vez que este dispositivo tem contribuído para configurar certos modos de existência, ao atuar orientando sobre o que pensar e sobre o que sentir, apontando quais temas importantes a serem debatidos e como nos posicionar diante destes (COIMBRA, 2001).

Entendemos que esta dissertação pode contribuir para aqueles que estudam a intersecção entre discursos criminológicos e os dispositivos midiáticos, ainda que nosso estudo tenha se restringido as produções de um jornal impresso de circulação local. Este estudo traz um conjunto de questionamentos que podem ser esmiuçados e ampliados a outros veículos de comunicação no Brasil, por meio de novas pesquisas.

Ademais, ao problematizarmos o Sistema de Comunicação do Brasil, como um espaço político que tem silenciado e invalidado as demandas de determinados grupos sociais por meio de consensos forçados, bem como, estigmatizado as camadas miseráveis da população brasileira, esta dissertação dispara interrogações acerca das relações de poder e de dominação que atravessam o campo da comunicação, questionamentos importantes para a consolidação da democracia no país.

6. REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, M. e PAPA, F. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friederich Ebert, 2003.

ABERT. **Conferência Nacional de Comunicação termina com propostas que ameaçam a liberdade de imprensa**.

Boletim Semanal: **Edição nº 52 de 18 de dezembro de 2009 (18.12.2009)**, disponível em: http://www.abert.org.br/novosite/abert_informa/abert_informa_detalle.cfm?cod=A27B609B-3048-8732-0FFC90EA51E91DF, acesso em 17 de Março de 2010.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização sobre a juventude. **Revista Brasileira de Educação**. Número Especial – Juventude e Contemporaneidade, p.25-36, n.5, maio/jun./jul/ago. 1997, n. 6, set./out./nov./dez 1997.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a via nua I**. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaio de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. e LUCA, T. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALVAREZ, L. G. Guerra civil ignorada pela mídia. **Observatório da Imprensa, Caderno da Cidadania**, ano 15, nº 632, 08 de Março de 2011, disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/guerra_civil_ignorada_pela_midia, acesso em

ALVAREZ, M. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 4, 2002, pp. 677 a 704.

ANGRIMANI SOBRINHO, D. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo**. São Paulo: Summus, 1995.

ANJ. **ANJ condena censura prévia a jornais paraenses**. (15/04/2009). Disponível em: <http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/noticias/anj-condena-censura-previajornais-paraenses/?searchterm=DIÁRIO DO PARÁ>, acesso em 15/11/11.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. 3º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea. Em: C.M.R.Viscardi e L.A.N. Delgado (orgs.) **História Oral: teoria, educação e sociedade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, pp. 13-32.

ARRAIS, C. A escola metódica e o conhecimento histórico como problema. **Emblemas. Boletim da Linha de Pesquisa Campos de Experiência e Relações de Força**. v.2, 2006.

Catalão, Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão: Editora Modelo. 2006. n.2. Disponível em: <http://www.catalao.ufg.br/historia/boletimlemas/Sumario/sumariov1n2/05.pdf>, acesso em 10 de Fevereiro de 2012.

BAPTISTA, L. A Atriz, o Padre e o Psicanalista. Os amoladores de Faca. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**. Niterói, RJ: Departamento de Psicologia da UFF, n. 3/4, p. 103-109, 1997.

BARBOSA, M. Jornalistas, Senhores de Menória?. Trabalho apresentado no IV Encontro do Núcleo de Pesquisa da INTERCON (2004). Disponível em: www.portcom.intercom.org.br/novosite/navegacaoDetalhe.php?. Acesso: 16 de janeiro de 2012.

BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. **Revista Discurso Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Vol. 12. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Disponível em: www.bocc.bi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf, acesso em 12/11/2010.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BORGES, M, **História & Fotografia**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm, acesso em: 15 de Setembro de 2011.

BULCÃO, I. A produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria L.(org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2007.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CANDIOTTO, C. A Governamentalidade Política no Pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**. Vol. 11, n. 1, pp. 33 – 43, jan./abril 2010.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad.: Iraci Poletí. 7ª ed. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, C. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CEZAR, T. Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. **História UNISINOS**, São Leopoldo, Vol.8, nº 10, jul/dez, 2004, p. 11-34, disponível em: http://www.unisinos.org.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/07historian10vol8_artigo01.pdf, acesso em 03 de Dezembro de 2011.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COIMBRA, C. Mídia e Produção de Modos de Existência. **Psicologia e Teoria de Pesquisa**. Brasília:, vol 17, nº01, jan/abril, 2001.

COIMBRA, C. e NASCIMENTO, M.L. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. & IULIANELLI, J. (org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, C. e PEDRINHA, R. **Metáforas do Controle do Século XXI: Penas Alternativas, Justiça Terapêutica**. In: MENEGAT, M. e NERI, R. Criminologia e Subjetividade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

COSTA, A. **A Violência como espetáculo: um debate em torno do programa “Metendo Bronca”**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, 2004.

DE CASTRO, F. Geopolítica da Comunicação na Amazônia. **Comunicação & Sociedade**, ano 33, n.57, p. 151-171, jan./jun. 2012

DE FREITAS, A. O (des)governo da razão: biopolítica e resistência nas políticas de juventude. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

DE JESUS, M.; OI, A.; DA ROCHA, T.; LAGATTA, P. **Prisão Provisória e lei de drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo (sumário executivo)**. São Paulo: NEV, Opens Society Institute, FUSP, 2011. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down254b.pdf>, acesso em 12 de março de 2012.

DE SOUZA, L. Paradoxos da modernidade vigiada: Michel Foucault e as reflexões sobre a sociedade de controle. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M.; e MISKOLCI, R. **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo- Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Braziliense, 2005.

DIÁRIO DO PARÁ. **Diário é o preferido dos leitores pelo quinto ano consecutivo.** Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/impressao.php?idnot=123201>, acesso em Fevereiro de 2011.

DIAS, A. O Discurso da Violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3°. São Paulo: Cortez, 2008.

DOS SANTOS, M. Criança e Criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil.** 6 ed. 2º reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRA, M. História, tempo presente e história oral. **Topoi.** Rio de Janeiro, dezembro, 2002, pp. 314-332.

FISCHER, R. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 141, novembro, 2001.

FOLHA ON LINE. **Jornais são proibidos de publicar fotos de cadáveres; para ANJ, é censura,** 17/04/2009, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u551984.shtml>, acesso em 15/11/11.

FONSECA, F. Mídia e Democracia: falsas confluências. **Revista de Sociologia Política.** Dossiê Mídia e Política, Curitiba, 22, p. 13-24, junho de 2004, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a03.pdf>, acesso: 15 de Janeiro de 2012.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. **Os Anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

_____. A vida dos homens infames. **Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber.** 2ª Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **A Ordem do Discurso.** 11ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do Saber.** 7ªed. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2005a.

_____. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 34ªEd. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Ditos E Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder**. 27º reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

_____. **História da Sexualidade: a vontade do saber**. 19º reimp. Rio de Janeiro: Graal 2009 b.

_____. Genealogia, História e Nietzsche. In: **Microfísica do poder**. 27º reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009c.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2009 d.

_____. A Política de Saúde do Século XVIII. **Microfísica do poder**. 27º reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009e.

_____. Soberania e Disciplina. In: **Microfísica do poder**. 27º reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009 f.

_____. Sobre a Justiça Popular. In: **Microfísica do poder**. 27º reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009 g.

GENTILI, P. **A falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. **Micropolíticas do Desejo**. 8º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOBSBAWM, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOERNER, A. Direito, regulação e governamentalidade. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M.; e MISKOLCI, R. **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p.535-553.

_____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEMOS, F. & CARDOSO, Jr. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, 21 (3), pp. 353-357, 2009.

LEMOS, F. A cultura como dispositivo de governo da população pela UNICEF e UNESCO: apontamento genealógicos. **Psicologia Política**, vol.10, nº 20, pp. 245-247, jul-dez 2010.

LIMA, V. **As bases do novo coronelismo eletrônico**. Observatório da Imprensa, edição nº 341, de 08/03/2005, disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news>

/view/as_bases_do_novo_coronelismo_eletronico, acesso: em 10 de Janeiro de 2012

_____. **Quem ameaça a Liberdade de Imprensa**. Observatório da Imprensa, edição nº 433, de 18/05/2005, disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/quem_ameaca_a_liberdade_de_imprensa, acesso: em 10 de Janeiro de 2012.

LIMA, V. & LOPES, C. **Rádios Comunitárias – Coronelismo Eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como barganhas políticas** (livro eletrônico). Observatório de Imprensa e Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), junho de 2007, disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf, acesso: 11 de Janeiro de 2012.

LOBO, L. Movimento eugênico: tribunal de todos os desvios. In: Jacó-Vilela, Ana Maria; Cerezo, Antônio Carlos; Rodrigues, Heliana de Barros Conde; **Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades**, Rio de Janeiro, Relume Dumará-FAPERJ, 2003, disponível em: <http://www.slab.uff.br/textos/texto31.pdf>, acesso: 05 de Dezembro de 2011.

MACHADO, R. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MARTINS, M. **Reação empresarial ao PNDH-3 põe em risco avanços na comunicação**. (15/01/2010). Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6034, acesso: 17 de março de 2010.

MARINI, A. Rádio e televisão regulados é interesse público. **Revista Mídia e Democracia**, 2009.

MONTES, M. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. & QUEIROZ, R(Orgs.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1995.

MUCHAIL, S. T. **Foucault, Simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ONU. **Caderno Especial do Ano Internacional da Juventude** (2010a). Disponível em: http://www.unicrio.org.br/docs/iyy_portugues.pdf, acessado em 15 de Setembro de 2011.

ONU. **Ficha técnica: a juventude como um investimento inteligente** (2010b). <http://unicrio.org.br/dialogo-e-compreensao-mutua/>, acessado em 15 de Setembro de 2011.

PASSETI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. 6 ed. 2º reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Governamentalidade e Violências. **Currículo Sem Fronteiras**. Vol. 11, n.1, pp. 42-53, jan./jun. 2011.

PINTO, L. F. **A mesma origem dos jornais rivais**. Observatório da Imprensa, edição 448, 28/08/2007, disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_mesma_origem_dos_jornais_rivais, acesso em 20 de Outubro de 2011.

_____. **Diário do Pará: o novo Liberal**. Observatório da Imprensa, edição 469, 22/01/2008, disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/diario_do_para_o_novo_liberal, acesso em 20 de Outubro de 2011.

RAGO, M. Efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista Sociol. Usp, São Paulo 7(1-2) 67-82, out de 2005.. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/efeito.pdf>, acesso em: 13 set. 2010.

RAUTER, C. **Criminologia e Subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, V. **Dicionário Essencial da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Rígel, 2001.

SCHEINVAR, E. Avanços e limites da legislação: o caso da infância e da adolescência no Brasil. **Jovens – Revista de Estudos sobre Juventud**. México, ano 9, n. 22, pp. 280-285, jan-jun 2005.

SCHWARCZ, L. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, N. Introdução: O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil, volume3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, L. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA JÚNIOR, J. A “Escola Francesa” ou “Escola dos Annale”. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém (17): 67-88, jul/set. 1998).

UGÁ, V. A categoria “pobreza” nas formulações da política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia Política**, nº23, p. 55-62, nov./2004.

UNICEF; Secretaria de Direitos Humanos; Observatório das Favelas; Laboratório de Análise da Violência; Programa de Redução a Violência Letal. **Homicídios na Adolescência no Brasil: IHA 2005/2007**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VAZ, P. Corpo e Risco. **Forum Media**, Viseu, v.1, n.1, p.101-111, 1999. Disponível em: <http://souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf>, acesso em 01/02/2012.

VELOSO, M. Padrões da Mídia no Brasil: o caso do Pará. **Revista Comunicarte – Centro de Linguagem e Comunicação da PUC – Campinas**, v. 27, n. 36, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e Educação**. 3ªed. São Paulo: Editora Autêntica, 2011.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Trad: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UNB, 1998.

WACQUANT, L. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2011: os Jovens do Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça/ Instituto Sangari, 2011.

ZANCHETTA JÚNIOR, J. **Imprensa escrita e Telejornal**. São Paulo: UNESP, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1: LISTA DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

1. OLIVEIRA, V. Não ouviu o pai e acabou morto a tiros na Pedreira. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01 e 02/01/2011, p. 3.
2. RODRIGUES, Augusto. Executado com dois balaços na Pratinha. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01 e 02/01/2011, p. 6.
3. ROBALO, Adriana. Criminosos armam “casinha” e segurança morre. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/01/2011, p. 11.
4. RODRIGUES, Augusto. Jovem de 17 anos é assassinado no Canal da Pirajá. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/02/2011, p.12.
5. CRUZ, Márcio Sousa. No “Curu”, jovem mototaxista faz a última viagem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.3.
6. CARRION, Paulo. Festa de Révillon acaba em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.8.
7. RODRIGUES, Augusto. Cabo da COE reage, manda bala e ladrão é fuzilado. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.7.
8. SILVEIRA, Amaury. Aberto inquérito para apurar morte de professor. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.8.
9. SOUSA, Edinaldo. Adolescente confia em “amigos” e morre em Marabá. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/01/2011, p.8.
10. BAÍA, P. Porteiro pode ter sido morto por engano. Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/01/2011, p. 7
11. SILVEIRA, Amaury. Em Ananindeua estudante é executado a tiros. Diário do Pará, 08/01/2011, p. 3.
12. SOUSA, Edinaldo. Pistoleiros mandam bala e matam assaltante. Diário do Pará, Caderno Polícia, 08/01/2011, p. 4
13. SILVEIRA, Amaury. Família acredita que PM matou adolescente. Diário do Pará. Caderno Polícia, 10/01/2011, p. 5.
14. CRUZ, Márcio Souza. Dívida com traficantes causa mais uma morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/01/2011, p. 12.
15. RODRIGUES, A. Crônica de uma morte anunciada no Barreiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/01/2011, p. 5.
16. ROBALO, Adriana. Tiro elimina “Belisca”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 16/01/2001, p. 5.

17. JR. AVELAR. Traficantes detonam viciado em Icoaraci. Diário do Pará, 16/01/2011, p. 8.
18. JR AVELAR. Nielson “Nini” é massacrado com dez balas. Diário do Pará, 17/01/2011, p. 5.
19. CRUZ, Márcio Sousa. Não Livraram nem a cara do “Lacraia” em Marituba. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/01/2011, p. 11.
20. SOUSA, Edinaldo. “Neguinho da Touca” é morto à bala. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/01/2011, p. 8.
21. SOUSA, Edinaldo. Idoso, Adolescente e Adultos não foram poupados por homicidas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/01/2011, p.9.
22. RODRIGUES, A. A triste sina de Josiele: enterrar marido bandido. Diário do Pará, Caderno Polícia. 21/01/2011, p. 3.
23. OLIVEIRA, Valéria. Pai mata pra vingar desafeto do filho. Diário do Pará, Caderno Polícia. 21/01/2011, p. 11.
24. CAMPOS, Bruna. Facada no Abdômen foi fatal para viciado. Diário do Pará, 24/01/2011, p. 3.
25. MENDES, César. Jovem queimada pelo ex-marido morre em Belém. Diário do Pará, 24/01/2011, p. 9.
26. TORRES, Mauro. Militar confessou que matou o próprio irmão. Diário do Pará, 24/01/2011, p.12.
27. RODRIGUES, Augusto. Era só ter seguido Jesus. Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/01/2011, p. 5.
28. RODRIGUES, Augusto. Tiro na Cabeça mata jovem no Tapanã. Diário do Pará, Caderno Polícia, 29/01/2011, p. 5.
29. BAÍA, Patrícia. Ajoelhou e foi executado com 2 facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 30/01/2011, p. 2.
30. ROBALO, Adriana. Mataram “Olhão” e fugiram a pé “na moral”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 31/01/2011, p. 10.
31. BARROSO, Antônio. Assalto como refém termina em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/02/2011, 11.
32. CARACHESTI, Bruno. Assalto a posto de gasolina termina em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/02/2011, p. 10
33. CRUZ, Márcio. Adolescente de 15 anos é morto a facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/02/2011, p. 10.

34. BAÍA, Patrícia. Tiro põe fim à vida de Douglas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/02/2011, p. 6.
35. SILVEIRA, Amaury. Jovem morre baleado por engano. Diário do Pará, Caderno Polícia, 08/02/2011, p.3.
36. OLIVEIRA, Valéria. “Retalhou” a ex-mulher a facadas e depois se enforcou. Diário do Pará, Caderno Polícia, 10/02/2011, p. 11.
37. CRUZ, Márcio. Executado com vários tiros na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/02/2011, p. 07.
38. OLIVEIRA, Valéria. Executaram e ainda arrancaram as vísceras. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/02/2011, p. 7.
39. JR AVELAR. “Chamado” atrai desempregado para a morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/02/2011, p. 8.
40. BAÍA, P. Adolescente é executado com oito tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/02/2011, p. 6.
41. SOUSA, Edinaldo. “Encaminharam” o coveiro para baixo da terra. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/02/2011, p. 6.
42. BAÍA, P. Marituba: famílias perdem filhos para criminalidade. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/02/2011, p. 4-5.
43. BAÍA, P. Ajudante de pedreiro é morto a tiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 21/02/2001, p.11.
44. LIMA, Bruna. Corpo é achado em Marituba. Diário do Pará, Caderno Polícia, 23/02/2011, p. 12.
45. MAURÍCIO, Fúvio. “Baby” é executado com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/02/2011, p.8.
46. CRUZ, Márcio. Rapaz é executado com tiro no rosto. Diário do Pará, Caderno Polícia, 26/02/2011, p.3.
47. Jr Avelar. “Cabeção” atende ao “chamado” e leva 3 balaços. Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/02/2011, p.10.
48. BAÍA, Patrícia. Assassinado em mais um “acerto de contas”. Diário do Pará, Caderno Polícia, p. 5.
49. SILVEIRA, Amaury. Tiro na cabeça e outro no peito matam jovem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/03/2011, p. 3.
50. RODRIGUES, Augusto. Executado com um balaço na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/03/11, p. 6.

51. RODRIGUES, Augusto. Servente é derrubado com oito tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/03/11, p.11.
52. RODRIGUES, Augusto. Chegou a hora de “Dinando” e Bochecha. Diário do Pará, Caderno Polícia, 05/03/11, p. 5.
53. RODRIGUES, Augusto. Em defesa do “amor”, homem mata rival. Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/03/11, p. 6.
54. JR AVELAR, Quatro tiros matam “Bacu”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/03/2011, p. 12.
55. SILVEIRA, Amaury. Jovem é assassinado pelo marido da irmã. Diário do Pará, Caderno Polícia, 08/03/2011, p. 5.
56. SILVEIRA, Amaury. Dupla criminosa executa jovem a bala. Diário do Pará, Caderno Polícia, 08/03/2011, p. 7.
57. SILVEIRA, A. e RODRIGUES, A. Estudante é morto por engano em Icoaraci. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/03/11, p. 6.
58. JR AVELAR. “Buiuzinho” é derrubado a bala no Val-de-Cans, Diário do Pará, Caderno Polícia, 13/03/2011, p. 4.
59. ROBALO, Adriana. Jovem é assassinado com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 13/03/2011, p. 8.
60. JR AVELAR. Piratas atacam outra vez e matam vendedor. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/03/2011, p. 6.
61. JR AVELAR. Navegantes querem fim da violência nos rios. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/03/2011, p. 7.
62. MAURÍCIO, Fúvio. Violência caiu no Pará, aponta levantamento. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/03/2011, p. 6-7.
63. JR AVELAR. Mataram um e prometem dar fim de mais 40. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/03/2011, p.3.
64. JR AVELAR. “Capacidade” é executado com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/03/2011, p.3.
65. JR AVELAR. “Palitão” é executado com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 21/03/2011, p. 6.
66. ROBALO, Adriana. Acerto de contas com 5 tiros em troca. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/03/2011, p.3.
67. ROBALO, Adriana. Assassino com tiro no olho na Cabanagem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/03/2011, p.6.

68. CARACHESTI, Bruno. Assaltante reage à prisão e é morto tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/03/2011, p. 7.
69. RODRIGUES, Augusto. Dupla é executada com balaços na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 25/03/2011, p.4.
70. CARACHESTI, B. Morto a tiros na “guerra” entre gangues. Diário do Pará, Caderno Polícia, 27/03/2011, p. 3.
71. MELLO, Luiza. Homicídios no Pará superam média nacional. Diário do Pará, Caderno Polícia, 31/03/2011, p. 11.
72. CARACHESTI, Bruno. Taxa de Homicídios caiu em todo o Pará, diz SEGUP. Diário do Pará, Caderno Polícia, p.4.
73. MAURÍCIO, Fúvio. Adolescente é massacrado com oito tiros, Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/04/2011, p. 6.
74. SOUSA, Edinaldo. Assaltante morre após tiroteio com a polícia. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/04/2011, p. 7.
75. DA REDAÇÃO. Corpo é encontrado “desovado” no Sideral. Diário do Pará, Caderno Polícia, 02/04/2011, p.4.
76. JR AVELAR. Ousadia de Adolescente é derrubada a tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/04/2011, p.4.
77. MENDES, César. Adolescente é encontrado morto no lixão. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/04/2011, p.6.
78. DA REDAÇÃO. E aí?: Foi a última frase da vítima derrubada a tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/04/2011, p. 11.
79. CARACHESTI, Bruno. Balaço deu ponto final à vida do “Pantera” do Paar. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/04/2011, p. 5.
80. Jr Avelar. Meruim é assassinado com tiro no peito. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/04/2011, p. 03.
81. LIMA, Bruna. Jovem é morto a pauladas em Ananindeua. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/04/2011, p.7.
82. JR AVELAR, Trocou tiros com policiais e levou a pior. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/04/2011, p.11.
83. LIMA, Bruna. Morto a tiros após suposto assalto. Diário do Pará, Caderno Polícia, 12/04/2011, p.7.
84. SILVEIRA, Amaury. Morto com 5 tiros no “Beco do Inferno”. Diário do Pará, Caderno Polícia 13/04/2011, p. 7.

85. SILVEIRA, Amaury. Adolescente é executado a tiros na Pedreira. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/04/2011, p. 9.
86. DA REDAÇÃO. Tiros no olho e na cabeça matam jovem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/04/2011, p. 03
87. CARACHESTI, Bruno. Morto a tiros em suposto acerto de contas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 23/04/2011, p. 5
88. SILVEIRA, Amaury. Mãe assiste execução do filho no Atalaia. Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/04/2011, p. 4.
89. SILVEIRA, Amaury. Adolescente é morto a bala por “Pato John”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 29/04/2011, p. 7.
90. Maurício, Fúvio. Jovem é arrastado é morto com tiro na cabeça. Diário do Pará, Caderno Polícia, 30/04/2011, p. 3.
91. JR AVELAR. Dois jovens executados. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/05/2011, p. 05.
92. JR AVELAR. Mototaxista é executado com 4 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 01/05/2011, p. 05.
93. SOUSA, Edinaldo. Assassinado com vários balaços em Marabá. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/05/2011, p.05.
94. NUNES, Fabrício. “Felipão” é assassinado a tiros no Icuí-Guajará. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/05/2011, p.6.
95. MAURÍCIO, Fúvio. Suposta rixa acaba em morte. Diário do Pará, 03/05/2011, p. 10.
96. LIMA, Bruna. “Cacá” leva balaço e é morto no Decouville. Diário do Pará, Caderno Polícia, 05/05/2012, p. 09.
97. NUNES, Fabrício. Homem é executado com 9 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 05/05/2012, p. 12.
98. MAGNO, Cintia. Pará é o 13º no ranking com maior número de homicídios. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/05/2012, p. 5.
99. CARACHESTI, Bruno. Assassinos executam 2 em 30 minutos. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/05/2012, p. 6.
100. SENA, Raimundo. Batia uma bola e levou oito balas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 09/05/2012, p. 3.
101. JR AVELAR. Mãe de “Nego Leo” recebe o presente macabro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 09/05/2011, p. 5.

102. SILVEIRA, Amaury. Três mortos no PSM vítimas de homicídios. Diário do Pará, Caderno Polícia, 10/05/2011, p. 3.
103. CRUZ, Márcio. Matou desafeto e foi assassinado a machadadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 10/05/2011, p. 6 -7.
104. SILVEIRA, Amaury. Irmãos são acusados de matar jovem em Mosqueiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/05/2011, p. 2.
105. AGÊNCIA ESTADO. Mais de 150 mil homicídios ainda estão sem solução. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/05/2011, p. 8.
106. LIMA, B. Policial “abate” estudante com 1 tiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 16/05/2011, p. 6.
107. MAURÍCIO, Fúvio. Mototaxista é assassinado a tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/05/2011, p. 2.
108. NUNES, Fabrício. Jovem é executado com 2 tiros no rosto. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/05/2011, p. 3.
109. CARACHESTI, Bruno. Triplo homicídio choca comunidade de Ananindeua. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/05/2011, p. 4-5.
110. NUNES, Fabrício. Adolescente é morto com tiro no peito. Diário do Pará, Caderno Polícia, 17/05/2011, p. 7.
111. CARACHESTI, Bruno. Revolta marca enterro de irmãos assassinados. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/05/2011, p.6.
112. SOUSA, Edinaldo. Corpo do jovem é jogado no rio após execução. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/05/2011, p. 2.
113. LIMA, Bruna e NICOLAU, Thamyres. Polícia identifica suspeito de matar “cheira”. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/05/2011, p. 10.
114. NUNES, Fabrício. Pescador é assassinado com 12 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/05/2011, p. 3.
115. NICOLAU, Thamyres. Adolescente é morto a facadas em Marituba. Diário do Pará, Caderno Polícia, 21/05/2011, p. 05.
116. JR AVELAR. Jovem é assassinado com um tiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 22/05/2011, p. 3.
117. DA REDAÇÃO. Fim de semana sangrento: 10 mortos em 3 dias. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/05/2011, p.07.
118. TORRES, Mauro. Trêsmortes marcam fim de semana em Itaituba. Diário do Pará, Caderno Polícia, 24/05/2011, p. 11.

119. NICOLAU, Tamyres. Icuí, jovem é assassinado com 4 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 26/05/2011, p. 3.
120. JR AVELAR. Lei que altera código de processo penal pode fomentar crimes. Diário do Pará, Caderno Polícia, 29/05/2011, p. 4.
121. JR AVELAR. Mudança é retrocesso a Segurança Pública. Diário do Pará, Caderno Polícia, 29/05/2011, p. 5.
122. NUNES, Fabrício. Duplo Assassinato choca moradores no Outeiro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/06, 2011, p.4-5.
123. CRUZ, Márcio. Homem é executado a tiros no lixão do Aurá. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/06, 2011, p.6.
124. MAGALHÃES, César. Populares comemoram morte no Icuí. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/06, 2011, p.3.
125. NUNES, Fabrício. Mataram adolescente a tiros no 40 horas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 04/06, 2011, p. 5.
126. CARACHESTI, Bruno. Dor e revolta no enterro de jovens mortos no Outeiro. Diário do Pará, 04/06/2011, p. 6.
127. CRUZ, MÁRCIO. “Lourinho” é morto por dívida com traficantes. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/06/2011, p. 2.
128. CRUZ, Márcio. “Pitbull” é massacrado com 6 balaços. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/06/2011, p. 3.
129. MENDES, César. Violência assusta em Rondon do Pará. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/06/2011, p. 8.
130. CRUZ, Márcio. Retalhado a golpes de garrafa. Diário do Pará, Caderno Polícia, 06/06/2011, p. 11.
131. CARACHESTI, Bruno. Na Cremação, tiros, perseguição e duplo homicídio, Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/06/2011, p. 6-7.
132. MAURÍCIO, Fúvio. Tiroteio deixa um ferido e dois mortos. Diário do Pará, Caderno Polícia, 07/06/2011, p.9.
133. CARACHESTI, Bruno. Rapaz que executou lavrador de carro tinha matado outro. Diário do Pará, Caderno Polícia, 08/06/2011, p. 4.
134. MAURÍCIO, Fúvio. Suposto assaltante é derrubado à bala. Diário do Pará, Caderno Polícia, 11/06/2011, p. 5.
135. MAURÍCIO, Fúvio. Usuário de droga é assassinado com 1 tiro e 11 facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 13/06/2011, p. 7.

136. LIMA, Bruna. Em Santa Bárbara dois jovens são executados. Diário do Pará, Caderno Polícia, 13/06/11, p. 9.
137. CARACHESTI, Bruno. Polícia descobre suspeitos de duplo homicídio. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/06/11, p. 2.
138. MAURÍCIO, Fúvio. Liberdade de ex-prisioneiro lhe custou a vida. Diário do Pará, Caderno Polícia, 14/06/11, p. 6.
139. CARACHESTI, Bruno. Homoafetivo é assassinado com 31 facadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 15/06/2011, p. 7.
140. MAURÍCIO, Fúvio e NICOLAU, Thamyres. “Para aí, Natália!”, última frase dita antes dos 11 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/06/2011, p. 5.
141. MAURÍCIO, Fúvio. Na hora do banho, três balaços e adeus, mundo!. Diário do Pará, Caderno Polícia, 18/06/2011, p. 7.
142. JR AVELAR. Jovem pode ter sido morto por engano. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/06/2011, p. 5.
143. SENA, Raimundo. “Boca Torta” mata “Teco” a tiros na Marambaia. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/06/2011, p. 3.
144. LIMA, Bruna. Matou e tentou se “esconder” embaixo da cama. Diário do Pará, Caderno Polícia, 23/06/2011, p. 9.
145. NUNES, Fabrício. Jovem é executado com 5 tiros. Diário do Pará, Caderno Polícia, 25/06/2011, p. 3.
146. NICOLAU, Thamyres. Discussão acaba com um morto a terçadadas. Diário do Pará, Caderno Polícia, 25/06/2011, p. 5.
147. MAURÍCIO, Fúvio. “Dodô” é assassinado com 2 tiros em Benevides. Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/06/2011, p. 7.

ANEXO 2: IMAGENS

Imagem 3: 10 assassinatos em 72 horas



Fonte: Diário do Pará, capa do Caderno Polícia de 24/05/2011.

Imagem 4: Fim de semana sangrento tem 6 execuções



Fonte: Diário do Pará, capa do caderno Polícia, 13/06/2011.

Imagem 5: Era só ter seguido Jesus...



Fotógrafo: Thiago Araújo

Fonte: RODRIGUES, Augusto. Era só ter seguido Jesus... Diário do Pará, Caderno Polícia, 28/01/2011, p. 5.

Imagem 6: Marituba: famílias perdem filhos para criminalidade



Fotógrafo: não identificado

Fonte: BAÍA, P. Marituba: famílias perdem filhos para criminalidade. Diário do Pará, Caderno Polícia, 20/02/2011, p. 4-5.

Imagem 7: Assalto com refém termina em morte



Fotógrafo: Antônio Barroso

Fonte: BARROSO, Antônio. Assalto com refém termina em morte. Diário do Pará, Caderno Polícia, 03/02/2011, 11.

Imagem 8: Tiros no olho e na cabeça matam jovem



Fotógrafo: Celso Rodrigues

Fonte: DA REDAÇÃO. Tiros no olho e na cabeça matam jovem. Diário do Pará, Caderno Polícia, 19/04/2011, p. 3]

